

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

**PERCEPÇÃO ESPACIAL COMO INSTRUMENTO PARTICIPATIVO
DE PLANEJAMENTO URBANO**

DAVI EMERICH LOPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

**PERCEPÇÃO ESPACIAL COMO INSTRUMENTO PARTICIPATIVO
DE PLANEJAMENTO URBANO**

DAVI EMERICH LOPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr. José Francisco

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L864pe Lopes, Davi Emerich.
 Percepção espacial como instrumento participativo de
planejamento urbano / Davi Emerich Lopes. -- São Carlos :
UFSCar, 2014.
 169 f.

 Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2008.

 1. Planejamento urbano. 2. Percepção espacial. 3.
Instrumento participativo. I. Título.

CDD: 711 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana
C. P. 676 – 13.560-970 – São Carlos – SP
Fone/FAX: (16) 3351-8295
e-mail: ppgeu@power.ufscar.br
home-page: www.ufscar.br/~ppgeu



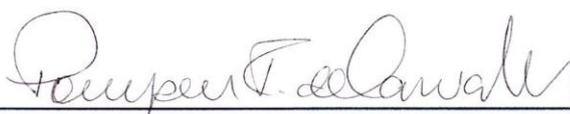
FOLHA DE APROVAÇÃO

DAVI EMERICH LOPES

Dissertação defendida e aprovada em 11/06/2008
pela Comissão Julgadora



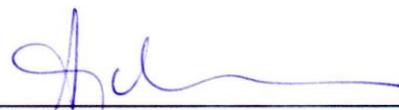
Prof. Dr. José Francisco - Presidente
Orientador (DECiv/UFSCar)



Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho
(IGCE/UNESP)



Prof. Dr. Luis Antonio Nigro Falcoski
(DECiv/UFSCar)



Prof. Dr. Archimedes Azevedo Raia Jr.
Presidente da CPGEU

Ao PAI e a MÃE.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Fiel.

Aos meus pais e familiares que me apoiaram na realização deste trabalho.

Ao prof. José Francisco, pela dedicação e orientação em tantos anos.

Aos amigos feitos em São Carlos, desde a graduação.

Aos amigos de Araraquara.

À CAPES, instituição que apoiou esta pesquisa.

Ao prof. Roosevelt Fernandes, à Sub Prefeitura de Paranapiacaba (Santo André) e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Araraquara pelas informações fornecidas de cada experiência, fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos Professores do PPGEU que influenciaram na elaboração deste trabalho, em especial ao prof. Luis A. N. Falcoski pela contribuição.

Ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana.

Resumo

LOPES, Davi Emerich. **Percepção espacial como instrumento participativo de planejamento urbano**. 2008 169 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, 2014.

Este trabalho estuda a percepção espacial visando a sua utilização no processo participativo de planejamento urbano. A percepção espacial aborda a relação do homem com o espaço, identificando necessidades, desejos, opiniões, grau de apropriação, senso de cidadania, entre outros aspectos. O processo de urbanização levou o homem a se adaptar ao espaço transformado, ao invés de adaptar o espaço ao homem, desprezando as conseqüências na qualidade de vida. Alguns autores como Kevin Lynch e Amos Rapoport mostram que o espaço construído deve ser adaptado as necessidades humanas, buscando a qualidade espacial. O planejamento participativo teve grandes avanços nos últimos anos, mas ainda se mostra incompleto e desigual. Os subsídios provenientes da percepção espacial são fornecidos pela população, mostrando-se uma forma diferente de participação popular no processo de planejamento. Existem várias técnicas para obtenção da percepção de uma população; por exemplo: as entrevistas, os mapas mentais, os registros fotográficos, etc. Em cada caso, é estabelecida uma estratégia metodológica conforme as particularidades do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa. Para discutir a percepção espacial como instrumento participativo são analisadas três experiências brasileiras na qual há o envolvimento do poder público; uma na Região Metropolitana de Vitória (ES), a outra em Santo André (SP) e a última em Araraquara (SP). Por fim, discute-se conceitualmente a viabilidade da percepção espacial como instrumento participativo, analisando os subsídios fornecidos para o planejador, a qualidade da participação popular proporcionada e as condições para sua implementação.

Abstract

LOPES, Davi Emerich. **Spatial perception as participative instrument of urban planning.** 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, 2014.

This paper is all about spatial perception in order to be used at participative process of urban planning. The spatial perception to deal with the relationship between human being and space to identify needs, desires, opinions, appropriation level, to have a basic grasp of citizen and so on. The urban process has taken the human being to adapt to transformed space, instead of to adapt to space to human being, to take for granted the consequences of life quality. Some of the authors like Kevin Lynch and Amos Rapoport show that the built space should be adapted to human needs searching spatial quality. For this, the supplied subsidies by spatial perception are valuable to planner to take a decision. This subsidies come from population introducing different way to popular participation at planning process. There are many techniques to get the population perception. For instance: the interviews, the mental maps, the photographs, etc. It is established a methodology strategy in each case according to the specific study's object and the research purpose. To discuss the perception spatial as participative process are analyzed three Brazilian experiences which one is involved the public power; one of them at Região Metropolitana de Vitória (ES), the other at Santo André (SP) and at last Araraquara (SP). After all, the feasibility of the spatial perception as participative instrument is argued theoretically studying the subsidies supplied, the quality of popular participation and the condition for its introducing.

Lista de Tabelas

TABELA 01: DE QUE RIO(S) VEM À ÁGUA QUE ABASTECE A RMV– REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA?	86
TABELA 02: QUANTO TEMPO ESTES RIOS TEM CONDIÇÕES DE ABASTECER A RMV?	86
TABELA 03: CONSUMO DE ÁGUA DURANTE UM BANHO DE 15 MINUTOS?	86
TABELA 04: CONSUMO DE ÁGUA NO ATO DE ESCOVAR OS DENTES?	86
TABELA 05: PERDA DE ÁGUA DECORRENTE DE TORNEIRA GOTEJANDO?	87
TABELA 06: QUAL SEGMENTO ECONÔMICO CONSUME MAIS ÁGUA?	87
TABELA 07: CONTRARIANDO O QUE ESTABELECE A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, QUEM DEVERIA SER ISENTO DO PAGAMENTO PELO USO DA ÁGUA?	87
TABELA 08: DESPERDÍCIO MÉDIO DE ÁGUA NO BRASIL?.....	87
TABELA 09: VOCÊ CONFIA NA QUALIDADE DA ÁGUA QUE RECEBE VIA REDE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO?	88
TABELA 10: APÓS A PESQUISA VOCÊ ACEITARIA PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO PARA ANALISAR OS RESULTADOS?	88
TABELA 11: COMO AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO VÊM TRATANDO A PROBLEMÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS?.....	88
TABELA 12: O GOVERNO VEM TRATANDO DE FORMA EFETIVA A PROBLEMÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS?.....	88
TABELA 13: UMA PESQUISA COMO ESTA PODE MUDAR SEU COMPORTAMENTO QUANTO AO USO RACIONAL DE ÁGUA?	89
TABELA 14: FORMA DE APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	113
TABELA 15: MODAL DE TRANSPORTE DO ENTREVISTADO.....	116
TABELA 16: PERCEPÇÃO SOBRE A PASSAGEM DE TRANSPORTE COLETIVO NA RUA NOVE DE JULHO.	116
TABELA 17: PERCEPÇÃO SOBRE A PASSAGEM DO TRANSPORTE COLETIVO POR OUTRA RUA DA REGIÃO CENTRAL	117
TABELA 18: PERCEPÇÃO DO ENTREVISTADO SOBRE AS SIMULAÇÕES DAS PROPOSTAS	117
TABELA 19: INDICAÇÃO DO LOCAL DE COMPRAS PREFERENCIAL.....	118
TABELA 20: VERIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS PARTICIPANTES DA PESQUISA DE COMPARAÇÃO QUE VIU A SIMULAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	118
TABELA 21: PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AS PROPOSTAS SIMULADAS	119
TABELA 22: ESCOLHA ENTRE O “CALÇADÃO VIRTUAL” E O ESTACIONAMENTO DUPLO	119

Lista de Figuras

FIGURA 1: ESPAÇO ARTIFICIAL.....	1
FIGURA 2: HOMEM E ESPAÇO	6
FIGURA 3: QUADRO SEQÜENCIAL DO PROCESSO PERCEPTIVO: DA REALIDADE A AÇÃO	10
FIGURA 4: ESQUEMA TEÓRICO DO PROCESSO PERCEPTIVO – CINCO ETAPAS	11
FIGURA 5: MODELO PARA AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....	34
FIGURA 6: ESPAÇO URBANO: CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO	45
FIGURA 7: DIMENSÕES, SUB-DIMENSÕES E METACRITÉRIOS DE DESEMPENHO DA FORMA URBANA... 57	57
FIGURA 8: DIMENSÕES E SUBDIMENSÕES DE DESEMPENHO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO.....	58
FIGURA 9: QUADRO SÍNTESE DOS ELEMENTOS MORFOLÓGICOS DO ESPAÇO PÚBLICO.....	60
FIGURA 10: PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO	68
FIGURA 11: MAQUETE DE INTERVENÇÃO URBANA.....	82
FIGURA 12: MORADORES REUNIDOS PARA CONSTRUÇÃO DO BIOMAPA	96
FIGURA 13: QUADRO REFERENTE AOS SUBSÍDIOS FORNECIDOS PELOS BIOMAPAS DO PQ. REPRESA II.	97
FIGURA 14: BIOMAPA DO PQ. REPRESA BILLINGS II – VISÃO FUTURA	98
FIGURA 15: QUADRO REFERENTE AOS SUBSÍDIOS FORNECIDOS PELOS BIOMAPAS DO PQ. REPRESA III.	99
FIGURA 16: BIOMAPA DO PQ. REPRESA BILLINGS III – SITUAÇÃO ATUAL.....	100
FIGURA 17: QUADRO REFERENTE AOS SUBSÍDIOS FORNECIDOS PELOS BIOMAPAS DO PQ. AMÉRICA...	101
FIGURA 18: BIOMAPA DO PQ. AMÉRICA – SITUAÇÃO ATUAL.....	102
FIGURA 19: QUADRO REFERENTE AOS SUBSÍDIOS FORNECIDOS PELOS BIOMAPAS DA VILA DE PARANAPIACABA	103
FIGURA 20: BIOMAPA DA VILA DE PARANAPIACABA – SITUAÇÃO ATUAL	104
FIGURA 21: BIOMAPA DA VILA DE PARANAPIACABA – ASPIRAÇÕES FUTURAS.	105
FIGURA 22: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONSUMIDORES	111
FIGURA 23: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COMERCIANTES E COMERCIÁRIOS.....	112
FIGURA 24: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONSUMIDORES, COMERCIANTES E COMERCIÁRIOS.....	114
FIGURA 25: O BOULEVARD DO COMÉRCIO - RUA NOVE DE JULHO ATUALMENTE	122
FIGURA 26: QUADRO DA RELAÇÃO ENTRE O TIPO DE PARTICIPAÇÃO SEGUNDO A TÉCNICA USUALMENTE EMPREGADA NA APREENSÃO DA PERCEPÇÃO ESPACIAL.....	130
FIGURA 27: QUADRO-SÍNTESE DA VIABILIDADE DA PERCEPÇÃO ESPACIAL COMO INSTRUMENTO PARTICIPATIVO DO PLANEJAMENTO URBANO	135
FIGURA 28: PRAÇA EM MEIO A UM BAIRRO PERIFÉRICO	136

Siglas

ACIA – Associação Comercial e Industrial de Araraquara

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e turístico do Estado de São Paulo

FCL – Faculdade de Ciências e Letras

GEPAM – Gerenciamento Participativo das Áreas de Mananciais de Santo André

MAB – Man and Biosfera

NEPA – Núcleo de Estudos de Percepção Ambiental

ONG - Organização não governamental

RMV – Região Metropolitana de Vitória

SDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Araraquara

SPPA – Sub Prefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense

UNESCO - Organismo das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIVIX – Faculdade Brasileira

Índice

RESUMO	I
ABSTRACT	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – PERCEPÇÃO ESPACIAL	6
O PROCESSO PERCEPTIVO: DA SENSACÃO À CONDUTA	8
A IMAGEM DA CIDADE: A PERCEPÇÃO CODIFICADA	15
PERCEPÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO: HUMANIZANDO A CIDADE	23
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS: O DESAFIO DE APREENDER A PERCEPÇÃO	29
DIMENSÕES DE ANÁLISE DA PERCEPÇÃO ESPACIAL	37
TÉCNICAS E INSTRUMENTOS	40
CAPÍTULO II – ESPAÇO URBANO	45
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ESSENCIALMENTE SOCIAL	47
MORFOLOGIA URBANA: OBJETO DA PERCEPÇÃO	53
QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO: IDENTIDADE, SEGURANÇA EMOCIONAL E TOPOFILIA	60
PÚBLICO VS PRIVADO: O PREDOMÍNIO DA DIMENSÃO PRIVADA NA SOCIEDADE ATUAL.....	64
CAPÍTULO III – PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	68
PARTICIPAÇÃO POPULAR: OBSTÁCULOS E CAMINHOS.....	75
CAPÍTULO IV – PERCEPÇÃO ESPACIAL COMO INSTRUMENTO PARTICIPATIVO	82
EXPERIÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA – ES: PERCEPÇÃO DE DIFERENTES SEGMENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA SOCIEDADE FRENTE À PROBLEMÁTICA DO USO RACIONAL DA ÁGUA.....	84
EXPERIÊNCIA DE SANTO ANDRÉ - SP: OFICINAS DE DIAGNÓSTICO REALIZADAS ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE BIOMAPAS.	93
EXPERIÊNCIA DE ARARAQUARA – SP: PERCEPÇÃO DO USUÁRIO DA RUA NOVE DE JULHO REFERENTE A DUAS SIMULAÇÕES DE REVITALIZAÇÃO.	109
RELEVÂNCIA DOS SUBSÍDIOS FORNECIDOS	124
QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO	128
CONDIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
SUGESTÃO DE PESQUISA	140
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	147
APÊNDICE A - MODELOS URBANÍSTICOS E O SURGIMENTO DA PERCEPÇÃO URBANA	148
APÊNDICE B - A PSICOLOGIA AMBIENTAL.....	154
ANEXOS	159
ANEXO A - GLOSSÁRIO	160
ANEXO B - QUESTIONÁRIO USADO NA PESQUISA NA EXPERIÊNCIA DA RMV	162
ANEXO C – OBSERVAÇÕES DO QUESTIONÁRIO DE COMPARAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE ARARAQUARA	166



Figura 1: Espaço artificial. Elaboração: Davi E. Lopes a partir de foto de Fábio Freire, set/2007.

As administrações municipais têm buscado o modelo de governo democrático participativo, fazendo uso cada vez mais de instrumentos de planejamento que permitem a participação da sociedade. São canais de participação institucionalizados, que promovem uma gestão compartilhada entre poder público e sociedade.

Os principais instrumentos participativos utilizados na esfera municipal são os conselhos da cidade, as audiências públicas, orçamento participativo e o plano diretor participativo. No entanto, discute-se a qualidade da participação popular nesse processo, principalmente no que diz respeito ao baixo grau de participação, a parcialidade no atendimento de reivindicações e a falta de capacitação dos representantes dos movimentos sociais para o debate.

Diante disso, este trabalho estuda a viabilidade da percepção espacial como um instrumento participativo a fim de ser somado aos demais, incrementando o processo de participação no planejamento das cidades. O termo percepção espacial adotado neste trabalho foi utilizado inicialmente em outras disciplinas como percepção ambiental.

A percepção ambiental surgiu como um campo interdisciplinar da pesquisa em que são integrados elementos da Psicologia (sensorial, perceptivo e social), do Urbanismo, da Geografia, da Biologia e áreas afins, cujo objetivo principal é a busca do entendimento dos fatores, mecanismos e processos atuantes sobre a percepção e o comportamento humano, focalizando sua relação com o meio ambiente.

Trata-se de uma área relativamente pouco estudada no Brasil e de avaliação complexa. Os métodos de análise comumente usados incluem a realização de entrevistas padronizadas ou informais, a aplicação de questionários que podem conter questões fechadas ou abertas e a análise de mapas mentais elaborados pelo público abordado.

A pesquisa da percepção da população fornece subsídios ao planejador urbano sobre suas necessidades e desejos em relação ao ambiente onde vive, abrangendo aspectos tais como: físico (forma urbana), sensorial (afetivo) e cultural. Estes subsídios devem ser estudados quanto a sua relevância.

Como o resultado do estudo da percepção provém da população, observa-se a possibilidade de seu uso no processo participativo de planejamento urbano como um instrumento a ser acrescentado aos demais.

Nos últimos anos tem sido discutido o processo de participação no planejamento urbano. No entanto, nota-se a insuficiente representatividade na participação efetiva nos processos vigentes. Às vezes, muda-se o processo de participação, porém os interesses atendidos continuam os mesmos.

Se não há participação efetiva da sociedade no planejamento e execução de intervenções no espaço público, produz-se cada vez mais um espaço sem identidade para a população que, por sua vez, tende a formar cada vez mais uma visão avessa do mesmo.

O espaço público urbano é um elemento fundamental para o planejamento das cidades. Ele se apresenta como elemento funcional e ordenador, mas também é um espaço

onde pode ser promovido o convívio social ou a sociabilidade de uma população, ou ainda, a noção de cidadania.

A percepção do espaço público indica o grau de apropriação, o senso de coletividade, a cultura de uso e tratamento com o mesmo, entre outros aspectos. Além disso, também indica as necessidades, os desejos e as idéias do indivíduo para o espaço como um lugar de lazer, de paisagem, de convivência, ou simplesmente de circulação.

Para avaliar a viabilidade do uso da percepção espacial como instrumento participativo também analisa-se experiências cunhadas nesse conceito. São três experiências distintas e com algum tipo de envolvimento do poder público; uma na Região Metropolitana de Vitória (ES), a outra em Santo André (SP) e a última em Araraquara (SP).

Este trabalho inicia-se com a apresentação do conceito de percepção espacial no Capítulo I, chamado em outras disciplinas de percepção ambiental. Discute-se a percepção espacial em relação à cidade, o seu produto, o seu potencial para o planejamento, a metodologia adequada para a apreensão da percepção, as técnicas utilizadas e as dimensões de análise na qual se circunscreve a percepção.

No Capítulo II, discorre-se sobre o espaço urbano, gerador da percepção espacial. Busca-se a compreensão do espaço segundo sua produção social, destacando que a forma não pode ser estudada dissociada da função ou conteúdo e outros aspectos relacionados à percepção. Comenta-se também sobre a identidade e segurança emocional como fatores de qualidade desses espaços e encerra-se com a oposição entre a dimensão pública e a privada, verificando a relevância do domínio da dimensão privada sobre a pública na percepção do espaço público.

O Capítulo III trata da participação popular. Comenta-se a sua inclusão no planejamento das cidades mediante conquistas da sociedade decorrente do histórico de ações

dos movimentos sociais. Desenvolvendo o tema, discute-se a sua potencialidade e limites, o quão longe ainda se está de um processo participativo eficiente.

Por fim, o Capítulo IV, mediante os subsídios levantados nos capítulos anteriores, culmina no debate da proposta do trabalho. Inicia-se apresentando e analisando as três experiências selecionadas. A experiência da Região Metropolitana de Vitória avalia a percepção de moradores da área de estudo segundo os segmentos sócio-econômicos quanto à problemática do uso racional da água. A segunda experiência apresentada, em Santo André, se baseia em oficinas de diagnóstico da situação urbana (presente e futura) de alguns bairros situados em área de proteção de manancial, através da construção de mapas mentais, conforme metodologia denominada de biomapa. A última experiência, em Araraquara, foi referente à simulação de duas propostas para revitalização da Rua Nove de Julho, que é tradicionalmente voltada ao comércio e localizada na região central.

O capítulo IV segue com a discussão da viabilidade da percepção espacial como instrumento participativo, dentro de um contexto geral, quanto aos subsídios fornecidos, a qualidade da participação proporcionada e as condições para a implementação.

Este trabalho visa estudar conceitualmente a proposta, sendo que um estudo específico da metodologia de aplicação da percepção espacial nas administrações públicas exigiria um detalhamento das estratégias metodológicas e das técnicas, na teoria e na prática, acima dos objetivos e possibilidades desta dissertação. Porém, isto deve ocorrer como seguimento do trabalho.



Figura 2: Homem e espaço. Elaboração: Davi E. Lopes a partir de foto de Fábio Freire, set/2007.

Inicia-se este capítulo esclarecendo a relação entre dois termos que podem se confundir: a percepção espacial e a percepção ambiental. Verifica-se que ambos se referem ao meio, no qual ocorrem as relações ecológicas (ou ambientais), morfológicas (ou físicas) e sociais (econômica, política e ideológica). Porém são empregados conforme a visão das disciplinas que utilizam e estudam esse conceito.

O termo percepção ambiental surgiu primeiro dentro do escopo da Psicologia Ambiental, embora seja um campo de estudo interdisciplinar. A Psicologia Ambiental é tida principalmente como a psicologia do espaço, pois analisa percepções, atitudes e comportamentos humanos em relação ao ambiente no qual se vive (sobre a Psicologia Ambiental, veja o apêndice B). Por esse motivo, teve seus conceitos utilizados em modelos do urbanismo.

Por questões terminológicas, este trabalho adota a denominação percepção espacial ao invés de percepção ambiental, entendendo o termo “espaço” mais adequado ao

campo de estudo dos arquitetos, engenheiros urbanos e urbanistas, enquanto o termo “ambiente” é mais utilizado nas disciplinas da psicologia, biologia e áreas afins.

Segundo Choay (1997), o conceito de percepção espacial é introduzido no urbanismo claramente após a Segunda Guerra Mundial, no modelo denominado pela autora de antrópolis, caracterizado pela visão humanista. Alguns autores tais como Patrick Guedes¹, Jane Jacobs² e Kevin Lynch³ discutiram o modelo progressista, no qual se impõe ao homem a adaptação ao meio ambiente construído, sendo este o modelo predominante (sobre o surgimento da percepção ambiental no urbanismo, veja o apêndice A).

Esses autores apresentam a cultura e história local, a higiene mental e a percepção espacial como parâmetros indispensáveis para o pensamento da cidade. Pretende-se não mais um espaço ao qual o homem tenha que se adaptar, mas um espaço urbano produzido de acordo com as necessidades culturais, psíquicas e perceptivas, sem deixar de lado os aspectos funcionais.

O Processo Perceptivo: da sensação à conduta

O estudo da percepção espacial pode ser empregado em diferentes situações e escalas. Neste trabalho tem-se o foco de estudar a percepção no contexto do planejamento urbano como um instrumento no processo participativo de tomada de decisão da

¹ Patrick Guedes, biólogo escocês, estudou as transformações das comunidades humanas sob um ponto de vista evolucionista. Exerceu grande influência quando se realizaram as Garden-Cities. Foi mestre de Lewis Mumford. Suas duas obras principais, em matéria de urbanismo, são: *City Development* (1904) e *Cities in Evolution* (1915) (CHOAY, 1997).

² Jane Jacobs (1916 – 2006) foi uma partidária convencida do modo de existência autenticamente urbano, uma apologista da megalópolis, em detrimento dos suburbs e das cidadezinhas provincianas. Seu livro *The Death and Life of Great American Cities* (1961) contribuiu, nos Estados Unidos, para a criação de uma nova corrente pró-urbana e inspira, em parte, o remodelamento do centro de grandes cidades como Boston e Filadélfia (CHOAY, 1997).

³ Kevin Lynch foi professor do M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology). Em sua formação intervieram diversas disciplinas. Estudou arquitetura com F. L. Wright, fez estudos de psicologia e de antropologia, que o levaram a uma abordagem nova do problema urbano. Voltou particularmente a atenção para o ponto de vista da consciência perceptiva. Estudou as bases da percepção específica da cidade e procurou isolar suas constantes, que deveriam integrar qualquer proposta de planejamento (CHOAY, 1997).

administração pública. A escala pode variar de um elemento de referência do espaço à cidade como um todo.

A percepção pode se dar em relação a objetos, indivíduos, paisagem, meio ambiente entre outros. A percepção estudada aqui é a do espaço urbano. Alguns autores, como Choay (1997), se referem à percepção ambiental urbana simplesmente como percepção urbana, visando a diferenciação restritiva do termo percepção ambiental. Na percepção urbana se misturam a percepção que o indivíduo tem da cidade como espaço físico, das suas funções e usos, além do estilo de vida urbano.

Afinal, o que é percepção espacial/ambiental? Existem algumas formas de defini-la: pode ser de uma maneira mais restrita, com conceitos complementares para o entendimento de sua aplicação, ou de uma forma mais ampla, subdividindo-a em etapas ou fases.

Diante da complexidade de elementos que interagem na percepção, Tuan (1980) refere-se à mesma como sendo: “A resposta aos estímulos externos, como a atividade proposital, no qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Segundo Okamoto (2002), para Kant a consciência humana é formada de três grandes faculdades: a sensibilidade, o entendimento e a razão. As formas *a priori* da sensibilidade ocorrem com o bombardeio de milhares de impressões sensíveis aos olhos e sistema nervoso, através de mecanismos físicos e fisiológicos. Na visão kantiana, essas formas são o espaço e o tempo, que são considerados estruturas subjetivas. O espaço assegura uma organização às impressões sensíveis, formando a silhueta do objeto, enquanto o tempo mantém essa organização fazendo-a ir além da fugacidade do instante da percepção. A silhueta resulta na intuição, na imagem sensível, da árvore, por exemplo. A última faculdade é a da idéia, pela qual pensamos as coisas.

Kant, ainda segundo Okamoto (2002), dizia que: “Não vemos a realidade como ela é, mas como nós somos”. Pode-se acrescentar, então, que age-se conforme se pensa e, em conclusão, enxerga-se conforme se pensa, seja tão somente e em conformidade com o universo dos pensamentos. Utiliza-se o sentido seletivo segundo interesses, pensamentos, estado da alma, sentido motivacional, expectativas quanto ao futuro e quase sempre atendendo ao sentido do prazer.

Na Fig. 3 abaixo, está apresentado o processo de percepção, da realidade a ação. Nota-se nesta ilustração que a realidade é vista conforme o universo dos pensamentos. Isto mostra que os valores não são meras fórmulas ou simples enunciados dogmáticos; é com eles que se pensa e sente, como instrumentos que são para ver, interpretar e vivenciar o mundo. Quando se pensa, não se limita a pensar: pensa-se com as próprias idéias. A mente não é um vazio, uma *tabula rasa* (SCHUMACHER, 1981, citado por OKAMOTO, 2002).

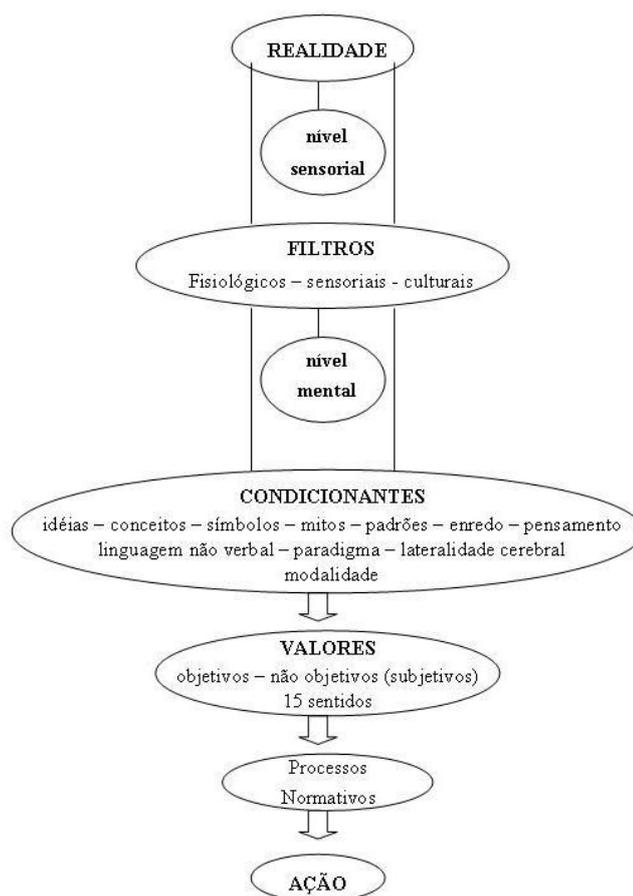


Figura 3: Quadro Sequencial do Processo Perceptivo: da realidade a ação (Fonte: Okamoto, 2002).

Del Rio (1996) explica que os estímulos externos orientam os mecanismos perceptivos. Eles são captados através dos cinco sentidos, sendo a visão a que mais se destaca. No entanto a resposta aos estímulos externos não se dá somente em relação ao que é captado sensorialmente, mas também de experiências e informações adquiridas pelo indivíduo.

Os estímulos chegam ao indivíduo após passar por filtros culturais e individuais. Okamoto (2002) relaciona três filtros: o sensorial, o fisiológico e o cultural. Uma vez chegando os estímulos à pessoa, encontra-se o filtro de caráter sensorial, variável conforme aptidões, mais ou menos aguçadas, ou conforme a suficiência ou deficiência dos sentidos. Isso pode ser exemplificado usando o daltonismo; certamente uma pessoa com essa deficiência terá uma percepção de uma paisagem diferente das demais por causa desse filtro sensorial. Quanto ao filtro fisiológico, pode-se exemplificar com a ida de uma família ao cinema. Todos vêem ao mesmo filme, mas, enquanto a criança se detém nas brincadeiras das crianças, o filho e a nora observam o desenrolar do romance, e os pais o contexto de uma história que já viram inúmeras vezes na vida. Cada um deles enxerga, assim, uma história diferente, conforme o interesse da faixa etária. Por último, dependendo da origem familiar ou da formação cultural, a visão da realidade das pessoas é diferente. Por exemplo, numa cultura ocidental prevalece a objetividade, a racionalidade, a descrição objetiva dos fatos. Já para os orientais prevalece a subjetividade, os valores subjacentes das palavras e das ações.

Del Rio (1996) apresenta na Fig. 4 um esquema, no qual indica como se dá o processo da percepção da realidade que resulta em determinada atitude ou comportamento.

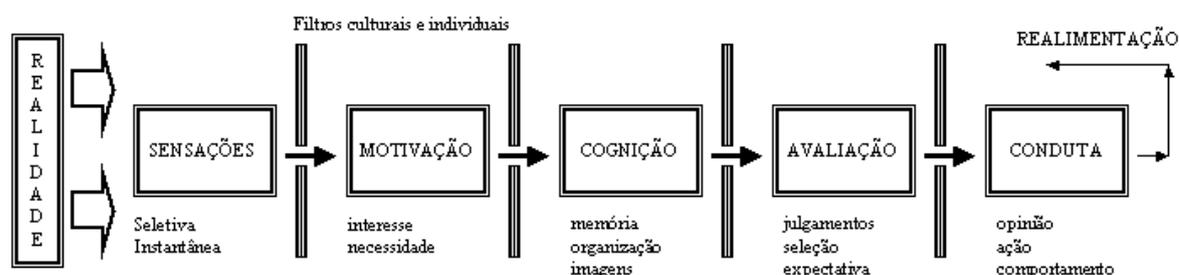


Figura 4: Esquema teórico do processo perceptivo – cinco etapas (Fonte: Del Rio, 1996).

A percepção que se tem da realidade, processada pelos filtros culturais e individuais, pela motivação e cognição, leva o indivíduo a selecionar opções e a fazer escolhas. Dessa forma, baseado nesse processo perceptivo é executada uma ação ou conduta em relação ao que foi percebido.

Considerando o espaço como objeto percebido, pelos pressupostos acima, pode-se dizer que a maneira que o indivíduo se relaciona com esse espaço, isto é, o uso que é empregado e a ação realizada, ocorre de acordo com a percepção.

A percepção abrange também a capacidade humana de adquirir informação através da experiência e a representação. Esta etapa do processo é chamada de cognição, na qual “o sujeito possui e produz signos, sua única possibilidade de mediação com a realidade, a sua única maneira de conhecer os fatos concretos, a realidade material e de conviver com ela” (FERRARA, 1981, citado por POLI, 2004).

Para Del Rio (1996), os mecanismos cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, sendo admitido que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe essas sensações passivamente. Desta forma, considera-se as contribuições ativas do sujeito ao processo perceptivo, o que inclui motivações, humores, necessidades, conhecimento prévio, valores, julgamentos e expectativas. O autor acrescenta que diversos estudos defendem que a mente exerce parte ativa na construção da realidade percebida e, conseqüentemente, na definição da conduta, em consonância com o trabalho de Piaget (1969). Piaget (1969) citado por Del Rio (1996) diz que “nem tudo o que envolve inteligência passa pelos sentidos”.

A palavra cognição, segundo Rapoport (1978), significa o processo de compreender e entender o produto ou a coisa conhecida. Seu objetivo é saber de que maneira as pessoas outorgam significados ao mundo físico, saber qual esquema utilizam para

estruturar o meio ambiente em sua mente e seus efeitos no comportamento humano e no desenho urbano.

Assim, a contribuição da cognição resulta de mecanismos que envolvem a inteligência, as informações e as experiências anteriores, enquanto que a percepção fornece aquilo que é mais imediato, resultado da captação sensorial, ou seja, dos cinco sentidos.

Segundo Oliveira (2001), Piaget apresenta duas interpretações entre as estruturas da percepção e da inteligência, referentes a suas diferenças e semelhanças: a interpretação unitarista, na qual as estruturas perceptivas crescem e se desdobram progressivamente até engendram as estruturas operatórias, observando-se uma continuidade linear entre a percepção e a inteligência; e a interpretação interacionista, que distingue a percepção das funções cognitivas, revelando uma interação entre duas formas de estrutura: o aspecto operativo e o aspecto figurativo. Oliveira (1996) explica que o aspecto operativo se origina da inteligência em todos os seus níveis, isto é, desde as formas pré-representativas, as mais rudimentares da atividade sensório-motora, até as formas interiorizadas, as mais evoluídas do pensamento operatório, ao passo que o aspecto figurativo se origina da percepção e da imagem mental.

A interpretação mais aceitável entre a percepção e a inteligência é a unitarista devido à continuidade entre elas. Piaget (1949), citado por Oliveira (1996), afirma que em todos os níveis de desenvolvimento as informações fornecidas pela percepção servem de material bruto para a ação ou para a operação mental. Por sua vez, estas atividades mentais exercem influência direta ou indireta sobre a percepção, enriquecendo-a e orientando o seu funcionamento à medida que se processa o desenvolvimento mental.

Sob outro ponto de vista, Rapoport (1978) mostra outra distinção entre as estruturas perceptivas e cognitivas, que podem originar-se a partir de um problema de escala. Por exemplo, perceptualmente o indivíduo habita em uma terra plana que é redonda

cognitivamente. Outra distinção possível é que os processos perceptivos e cognitivos também podem ser tratados, respectivamente, como uma fase receptiva e uma fase interpretativa da percepção.

Enfim, entende-se que a estrutura da percepção fornece subsídios para a estrutura da inteligência que, por sua vez, influencia na primeira, e passando pelos filtros sensoriais, fisiológicos e culturais, formam um ciclo, o processo perceptivo. As duas estruturas se completam e compõem a percepção espacial que se deseja estudar.

O conceito de percepção ambiental estabelecido por Rapoport (1978), chamado neste trabalho de percepção espacial, define o significado geral do termo de percepção como “ver” o mundo, dividindo-o em três denominações diferentes:

- percepção: quando se descreve a captação sensorial diretamente – referente àquilo que é apreendido através dos cinco sentidos;
- cognição: quando se usa para descrever como as pessoas estruturam, apreendem ou conhecem seu meio – quando há a interferência da inteligência; e
- avaliação ou preferência: quando o termo percepção se usa para definir avaliações do meio, qualidade do meio, seleção de meios melhores e assim por diante.

Rapoport (1978) esclarece que estes três aspectos da construção de um meio ambiente percebido devem ser considerados como três fases consecutivas de um mesmo processo. A percepção está mais relacionada com os sentidos e implica a presença do indivíduo em um meio específico. Na medida em que a experiência se converte em algo menos imediato e o grau de inferência aumenta, pode-se falar de cognição.

A percepção é relativamente estável e existe uma constância maior relativa entre culturas. Em geral, as pessoas vêem as mesmas ruas, praças e edifícios, mesmo existindo algumas diferenças culturais. No nível cognitivo a constância é menor, as pessoas podem facilmente se desorientar em cidades em que a estrutura é difícil de captar e o espaço

se organiza atendendo às normas diversas. A avaliação ambiental é mais variável e o mesmo meio ambiente se avalia como bom por um e mau por outros (RAPOPORT, 1978).

Assim, o termo percepção ambiental definido por Rapoport (1978) é entendido como um processo que abrange a percepção propriamente dita, a cognição e a avaliação ambiental. Desta forma, a percepção se processa através da intuição, sensação, carga informacional adquirida (memória, experiências, conhecimento, ambiente social), inteligência e reflexão. Pode ser compreendida como o entender subjetivo do outro, pois expressa a visão de outro, objeto ou espaço, em um fenômeno entre o “eu” e o “mundo”. Então, o “eu” percebe o outro subjetivamente e interfere, age, intervém, responde e se move conforme sua percepção.

A Imagem da Cidade: a percepção codificada

De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder...
(CALVINO, 1990, citado por FERRARA, 1996).

Esta pergunta, ou resposta, escondida em toda cidade é o grande desafio que ela nos coloca enquanto lugar de uso cotidiano, enquanto objeto de pesquisa e, sobretudo, enquanto espaço criado pelo exercício de cidadania (FERRARA, 1996). Este desafio é o objeto de pesquisa da percepção urbana.

No caso da cidade, Kohlsdorf (1996a) afirma que a percepção é abordada segundo sua componente visual, mesmo considerando que esta provém de uma síntese de todos os sistemas sensoriais. Isto se deve ao fato de que aquilo que é percebido no caso, é feito principalmente pela visão, pois a forma física ou o espaço é assim percebido.

Ferrara (1993) também afirma que a imagem da cidade percebida depende prioritariamente do impulso visual. Essa visibilidade, orientada pelo registro dos espaços imediatamente reconhecíveis, aponta para uma construção racional da imagem da cidade como um sistema de ordem de ver, pensar a cidade e nela orientar-se.

Segundo Tuan (1980), o campo visual é muito maior que o campo dos outros sentidos. Existe a tendência de considerar os objetos que são apenas vistos, como distantes, porque o sentido da visão é o único que interage com objetos distantes. Os sentidos do olfato, da audição e do tato são acionados quando há uma proximidade com o objeto e, por isso, são sentidos mais emocionais do que a visão.

Ferrara (1996) identifica duas formas de perceber a cidade: a percepção visual e a percepção informacional. A primeira ocupa-se da constatação da imagem urbana flagrando-a nos seus elementos físicos e concretos: cores, formas, texturas, volumes, limites, localização. Esta imagem é formada de uma forma mais clara e objetiva à medida que o indivíduo tenha uma vivência diária com a mesma. Ao contrário, a segunda é composta de signos ou símbolos que compõe a imagem do espaço existente, não podendo ser obtida objetivamente.

A noção de imagem é um conceito fundamental para o estudo do homem e seu meio ambiente. Em geral, uma imagem é uma representação internalizada e, com respeito a um meio ambiente, é uma representação do meio por parte do indivíduo através da experiência de qualquer grau que o segundo tenha com o primeiro. O processo cognitivo se vale da linguagem simbólica para a representação da realidade, onde são formadas imagens e simbologias, segundo o qual se baseia o processo perceptivo na etapa de avaliação e seleção.

Segundo Oliveira (1996), a imagem mental é estudada por Piaget e Inhelder (1966). Eles definem a imagem mental como uma imitação interiorizada, que funciona como um suporte do pensamento e torna possível uma noção anterior ao conferir símbolos às

operações. No caso da imagem espacial, esclarecem que se deve considerar o problema do movimento e de sua relação com o elemento figural ou sensível.

Ferrara (1996) explica que o signo ou símbolo compõe a representação. Um signo é uma representação na mente do indivíduo correspondente a algo real. A representação não substitui o objeto em todos os seus aspectos, sendo parcial na medida em que seleciona aspectos que por algum motivo o indivíduo dá maior importância.

Peirce, citado por Poli (2004), explica signo como um processo de representação ou substituição possível do objeto que se coloca, para alguma mente, em lugar dele de tal modo que o objeto só pode ser conhecido a partir de sua forma de representação. O objeto pode adquirir representações diversas, não existindo uma mais correta ou necessária.

Nesta forma de representação, tanto os sujeitos que emitem como aqueles que recebem a mensagem por meio de signos, influenciam na sua interpretação. Como significado do signo não é algo fixo, a eficiência de sua interpretação dependerá do conjunto de informações que o receptor possui, sendo este conjunto de informações chamado de repertório cultural (FERRARA, 1996).

Para Kohlsdorf (1996a), o modo de apreensão do espaço urbano integra o mecanismo de entendimento da realidade, no qual ocorre a seleção de informação a ser elaborada e a produção de conhecimento, e o nível de formação da imagem mental. Assim a percepção apresenta uma viabilidade para o entendimento da realidade, pois nela há o encontro de informações captadas e a inteligência, construindo o espaço da cidade em seus atributos qualitativos de forma.

Para se conhecer os lugares é necessário “satisfazer a articulação entre afirmação e segurança, pela noção de localização e de identificação” (KOHLSDORF, 1996a). A orientação da cidade e a identificação de onde se está podem ser resolvidas por vários instrumentos, como mapas, indicações verbais e elementos de comunicação visual. Mas a

característica da forma dos lugares exerce, necessariamente, papel ativo neste processo de informação, com desempenhos melhores ou piores.

Segundo Rapoport (1978), o conceito de imagem está de acordo com o ponto de vista de que os seres humanos constroem uma idéia do mundo percebido a partir de uma abstração baseada tanto nos sentidos como em outros tipos de informação, ou seja, do processo de percepção. O meio percebido pode ser considerado como uma imagem em grande escala. Estas formas simbólicas variam de cultura para cultura e são “meios de interagir com o mundo”, sendo a imagem do mundo um todo coerente e sistemático. Então pode-se falar do desenho urbano como algo que outorga expressão física visível de um meio ambiente ideal incorporado a umas imagens e a variedade de meios construídos tendo sua razão de ser na variedade de imagens geradas por diferentes indivíduos.

O conceito de imagem pode ser sintetizado como o conhecimento subjetivo acumulado por um indivíduo acerca do mundo e de si mesmo (BOULDING citado por RAPOPORT, 1978).

Além da imagem, o imaginário também são informações e significados urbanos produzidos na cidade como espaço que abriga as relações sociais. Ferrara (2000) expõe a diferença entre imagem e imaginário. A autora explica que o imaginário corresponde à necessidade do homem de atribuir significados aos significados, ou seja, produzir pensamentos através da multiplicação de significados. Essas produções não são únicas, mas se acumulam e passam a significar mais por meio de um processo associativo no qual um significado dá origem a um segundo ou terceiro e, assim, sucessivamente. Pelo imaginário, a imagem urbana de locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados passa a apresentar uma maior importância ou, em outra direção, um maior desprezo, pela incorporação de significados extras e autônomos do que em relação à imagem básica que lhe deu origem. Ao contrário, a imagem corresponde à informação solidamente relacionada a um

significado que se constrói numa síntese de contornos claros que a faz única e intransferível. Desta forma, a imagem urbana só pode ter apenas um significado que impõe uma leitura e fruição que estão claramente inscritos na cidade enquanto espaço construído.

Estudando as imagens, seus significados e suas estruturas, pode-se analisar as diferenças entre grupos sociais, entre diferentes teorias de planejamento ou entre os diferentes métodos e tipos de desenho e conhecer a natureza das cidades e de suas atividades. A organização de um meio ambiente depende, pelo menos em parte, das imagens, do que é um meio ideal bom ou mau; ou seja, do que uma cidade é ou pode chegar a ser (LYNCH, 1980a).

Kevin Lynch, em seu livro *A Imagem da Cidade*, publicado em 1960, ocupou-se da qualidade do ambiente visual da cidade americana, estudando a imagem mental que os cidadãos têm dela. Uma destas qualidades é a legibilidade tal como a página impressa que, sendo legível, pode ser compreendida visualmente como uma estrutura de símbolos reconhecíveis. Uma cidade legível seria aquela cuja população, sinais de delimitação ou vias são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamento em estruturas globais.

Uma cidade legível facilita o processo de orientação. O elo estratégico para isto é a imagem do meio ambiente, que é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada (LYNCH, 1980a).

No entanto, Ferrara (1996) explica que a cidade tende a se tornar ilegível quando o indivíduo está sob a influência do hábito, ou seja, neste caso a cidade não é apreendida de uma maneira consciente e, conseqüentemente, esta percepção não leva a uma ação adequada a realidade. Para ser percebida de maneira consciente a imagem tem que ser reconhecida, descrita e identificada.

Ferrara (2000) comenta que o imaginário sobre uma cidade tem o papel de revelar identidade dos lugares e superar o hábito na leitura da cidade, pois o caráter apelativo de uma imagem se relaciona com o próprio imaginário e juntos reproduzem a cidade.

Lynch (1980a) segue explicando que a imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional. Assim, pode-se estabelecer uma relação harmoniosa entre si e o mundo exterior. Isto é o inverso do medo que deriva da desorientação. Pode contra-argumentar-se que o cérebro humano é adaptável e que, com alguma experiência, se pode aprender um caminho através das imediações mais caóticas e anônimas. Contudo, mesmo assim, terá que se basear em algum tipo de referência.

A imagem é construída individualmente, mas parece haver uma concórdia significativa entre membros de um mesmo grupo. São estas imagens, chamadas de “imagens públicas” (LYNCH, 1980a), que interessam ao planejador urbano que busca um meio ambiente onde muitos possam desfrutar satisfatoriamente.

Uma imagem do meio ambiente pode ser analisada em três componentes, segundo Lynch (1980a): identidade, estrutura e significado. É fundamental numa imagem a identificação de um objeto, o que implica sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como uma entidade separável. A imagem também tem que ter uma relação estrutural ou espacial do objeto com o observador e com outros objetos. Por último, o objeto tem que ter um significado prático ou emocional para o observador.

A ênfase no meio ambiente físico como variável independente no estudo, leva Lynch (1980a) a definição de imaginabilidade:

àquela qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador (...) pode ser também chamada legibilidade ou talvez visibilidade em sentido figurado, onde os objetos se podem não apenas ver, mas também são apresentados de uma forma definida e intensa aos nossos sentidos.

Assim, temos que aprender a ver as formas ocultas nas áreas das nossas cidades, embora uma pessoa não esteja habituada a organizar e a imaginar um meio ambiente artificial em tão larga escala.

Segundo Tuan (1980), a imaginabilidade de uma cidade, no sentido de quão nítidas e quantas imagens são percebidas e retidas na mente, necessariamente não melhoram muito com a experiência.

O autor complementa que nenhuma pessoa pode conhecer bem, senão um pequeno fragmento da cena urbana total. Não é necessário ter um mapa mental ou uma imagem da totalidade da cidade para poder viver bem em uma parte da cidade. No entanto, o habitante parece ter uma necessidade psicológica de possuir uma imagem da totalidade do meio ambiente para localizar seu próprio bairro. Assim, o conhecimento de uma cidade pode variar muito de uma pessoa para outra: a maioria das pessoas é capaz de indicar pelo nome os dois extremos da escala urbana, a cidade como um todo e a rua onde moram. Por outro lado, as divisões intermediárias são vagamente concebidas.

Uma cidade grande geralmente é conhecida em dois níveis: um de grande abstração e outro de experiência específica. “Em um extremo, a cidade é um símbolo ou uma imagem (expressa em um cartão postal ou um lema) pela qual podemos nos orientar; no outro, é o bairro intimamente experienciado” (TUAN, 1980).

A tese de Lynch (1980a) baseia-se no fato de que se pode desenvolver a imagem do meio ambiente operando sobre a forma física externa, através de um processo de aprendizado interno. Segundo o autor, os elementos da imagem urbana que se referem à forma física são passíveis de uma classificação em cinco tipos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes.

As vias são os canais de locomoção, elementos predominantes na imagem da cidade, pois à medida que as pessoas se deslocam, os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias.

Os limites são elementos lineares que se tornam fronteiras entre duas partes, tais como costas fluviais, ferrovias, rodovias, paredes, locais de desenvolvimento.

Os bairros são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional e possuindo característica homogênea no seu interior, facilitando sua identificação.

Os cruzamentos, ou nós, são pontos estratégicos de uma cidade, por onde o observador passa, constituindo intensivos focos para os quais e dos quais se desloca. Também podem ser simples concentrações que se tornam muitas vezes símbolo de um bairro.

Os pontos marcantes são referências externas. São representados geralmente por objetos físicos como edifício, sinal, loja ou igreja, que são distintos e evidentes do seu entorno.

Se a análise começa com a diferenciação dos elementos em categorias, é importante salientar que deve terminar com a reintegração no todo que é a imagem, a fim de se obter uma forma satisfatória.

Entretanto, a imagem da cidade engloba não só os aspectos físicos, mas é acrescentada de conceitos. Pode se falar, então, em imagem conceitual de uma cidade, exemplificada pelos *slogans* atribuídos as cidades de acordo com as potencialidades existentes.

Tuan (1980) comenta sobre o promocionismo e competição entre as cidades que pretendem criar uma imagem favorável a elas, entretanto sem respeitar a complexidade da verdade. Contudo a imagem, para ser eficaz, deve ter algum fundamento nos fatos. Um traço forte representa a personalidade toda.

Esse tipo de imagem tem naturalmente uma função de instrumento de poder como salvaguarda das ideologias dominantes, que se dá através de símbolos e conceitos fomentados. Esta imagem não é desprovida de conteúdo e forte significado, mas se forma muitas vezes longe dos ideais e pensamentos populares. Nestes tempos, a evolução da mídia deu um impulso definitivo na difusão da imagem da cidade em termos mais amplos, porém de forma distante das dimensões populares (SICA, 1977).

Retornando a imagem física da cidade, Ferrara (2000), supondo-a constituída sobre uma base concreta que produz aspectos imateriais, porém representativos da cidade, observa que a apropriação dos lugares urbanos se dá na exata proporção em que se multiplicam as imagens e imaginários.

A autora acrescenta que a apropriação ocorre sobre o espaço qualificado, pleno de uso: espaço habitado, vivido, qualificado, modificado – o espaço socializado. As imagens de apropriação são em certa medida irracionais, porque são desencadeados por estímulos afetivos e não se explicam por apelos institucionais.

Desta forma, identificar os lugares da cidade, segundo Ferrara (2000), supõe perceber o processo de imagens presentes e passadas que os qualificam e atestam um modo de apropriação.

Percepção e Planejamento Urbano: humanizando a cidade

O planejamento é a ferramenta para pensar e criar o futuro porque contribui com um modo de ver que ultrapassa as curvas do caminho que chega à fronteira da terra virgem ainda não-palmilhada e conquistada pelo homem. Essa visão ampla serve como suporte das decisões de cada dia: os pés no presente e o olhar no futuro. É portanto uma ferramenta vital. Ou sabemos planejar ou estamos condenados à improvisação (MATUS in HUERTAS, 1996).

Ferrara (1996) diz que como objeto de estudo da percepção urbana, a cidade deve ser analisada de forma particular, não existindo uma única maneira de tratá-la, pois são situadas histórica e espacialmente. Por isso, estuda-se sempre uma cidade particular e perceptível por meio das marcas e dos sinais decorrentes da relação cotidiana do homem com um espaço específico.

A utilização da percepção urbana no planejamento leva as cidades a serem tratadas segundo suas peculiaridades, não existindo uma solução pré-definida para determinados problemas e nem um padrão único de formas de atuação.

Segundo Matus citado por Huertas (1996), planejar significa pensar antes de agir, pensar sistematicamente, com método; explicar cada uma das possibilidades e analisar suas respectivas vantagens e desvantagens; propor-se objetivos. É projetar-se para o futuro, porque as ações de hoje terão sido eficazes ou ineficazes, dependendo do que pode acontecer amanhã e do que pode não acontecer.

Lynch (1980b) mostra que a chave para planejar um espaço que irá ajustar-se aos objetivos do homem é entender como o indivíduo o usa e o valoriza. Por exemplo, existem informações técnicas variadas tais como os dados de maneira que se afeta o sistema viário quando se implanta empreendimentos que são pólos geradores de tráfego. No entanto, muitas vezes o planejador urbano tem que trabalhar a partir de seu próprio ponto de vista relacionado as observações pessoais, quando se refere as considerações de como a população reage a algumas circunstâncias, a determinados desenhos ou a certas intervenções.

O autor continua explicando que existem coisas que o planejador precisa conhecer; por exemplo, qual a maneira de forçar as pessoas a atuar de forma predeterminada manipulando seu local de vivência. Existem conhecimentos deste tipo que podem ser úteis, tais como: de que forma pode o ambiente inibir ou facilitar uma conduta determinada; ou como pode permitir possibilidades de mudanças de certas condutas; ou ainda, como pode

enriquecer ou facilitar as imagens pessoais. Esses estudos de forma sistemática podem produzir relevantes informações para o planejamento das cidades.

Um outro exemplo sobre como o conceito de percepção pode agregar qualidade ao planejamento pode ser visto na diferenciação feita por Matus citado por Huerta (1996), entre o diagnóstico e a análise seqüencial. É preciso esclarecer que o autor não menciona o termo percepção em sua explicação, mas fica evidente o seu conceito envolvido.

Matus citado por Huerta (1996), mostra que o diagnóstico geralmente executado por um técnico (ou equipe) é a explicação de ninguém, pois é um estudo desprovido de diferentes visões e sem identificação com o objeto de estudo no que diz respeito a cultura, identificações e significações existentes. Além disso, é executado segundo uma única linha de pensamento ou visão. Contrapondo-se a isso, o autor apresenta a análise situacional, que nada mais é do que a explicação segundo as subjetividades. Pode-se acrescentar que essas subjetividades são alcançadas através de diferentes percepções no estudo: a percepção do(s) técnico(s), dos usuários atuais e futuros, do(s) administrador(es), e assim por diante.

Lynch (1980b) exemplifica os diferentes pontos de vista em uma análise. A situação de um terreno e as intenções que se tem para com ele estão estreitamente relacionadas. Os objetivos dependerão das limitações que o espaço oferece e a análise depende dos fins determinados. Porém, a mesma superfície pode ser vista de muitas maneiras diferentes por um pedreiro, um biólogo, um engenheiro, um homem do campo ou um contratante. Cada ponto de vista é correto, porém parcial.

Lynch (1980b) acrescenta ainda que nas necessidades antropocêntricas deseje-se que os interesses humanos prevaleçam sobre os demais, porém deve-se ao menos considerar os interesses da natureza existente no lugar. Essa consideração é necessária já que

toma-se conhecimento das interconexões do sistema existente, evitando assim algumas consequências desastrosas: erosões, proliferação de vetores, falta de água, etc.

Cabe questionar a dissociabilidade entre o homem e a natureza apresentada. Existe a corrente de pensamento que assume o homem como componente da natureza, tornando a discussão do homem de um lado e natureza do outro um contra-senso. Por isso, a análise do espaço tem duas facetas: uma orientada aos propósitos do homem, considerando as necessidades da natureza também, e a outra ao espaço existente em si mesmo, considerando-o como um sistema em funcionamento.

Jacobs (2000) esclarece que ao lidar-se com as cidades, está se lidando com a vida em seu aspecto mais complexo e intenso. Por isso, há uma limitação estética fundamental no que pode ser feito; “uma cidade não pode ser uma obra de arte”.

A autora acrescenta que não há nada mais fácil do que pegar algumas formas, dar alguma uniformidade rígida e tentar impor o resultado em nome da ordem. Raramente a uniformidade rígida, trivial e os sistemas significativos de ordem funcional são compatíveis na realidade.

Segundo Ferrara (2000), da habitação à cidade, a arquitetura tem como experiência impor a sua manifestação artística uma ambigüidade da representação que, por meio de formas e matéria, é funcionalmente reconhecida. A forma e função compõe um binômio de forças, que às vezes são antagônicas e obrigam o homem a aprender a transformar seu comportamento a fim de encontrar, no espaço construído, as melhores alternativas para a vida cotidiana. A autora debate esta questão dizendo que

a dúvida sobre a dualidade forma / função em arquitetura abre um problema que se amplia na seguinte série de elementos relacionais: arte / ciência, expressão / representação, imagem / significado, imagem / imaginário (...)

Ao tratar de entender a natureza da imagem urbana, somos levados a descrevê-la na sua manifestação formal capaz de identificá-la como marca do poder político e institucionalmente reconhecido, porque é assim codificado (...)

Porém essa imagem explora exatamente aquela dicotomia vista antes, na medida em que concentra o apelo formal / visual da imagem para atender a uma função utilitariamente fixada. Ou seja, essa imagem transforma-se num hábito perceptivo de ver a cidade. Para alcançar o significado da arquitetura, quando nos leva ao conhecimento do espaço, é necessário superar a dimensão utilitária / funcional da imagem, a fim de poder perceber a relação dinâmica e simultânea entre a imagem e sentido irmanados num todo harmônico que desafia a percepção e define a natureza da arquitetura como signo do espaço (FERRARA, 2000).

A imagem do lugar deve guiar o desenho urbano. Inquestionavelmente, não existe uma solução única em relação ao espaço determinado esperando ser descoberta. O plano deve surgir do esforço criativo do planejador. Porém, deve responder ao espaço objeto do projeto sem se desvincular dele. Às vezes o planejador pode trabalhar com a essência do lugar, tratando-o com suas características mais peculiares, dando ênfase a seus pontos fortes e suas potencialidades. Outras vezes, terá que romper com o lugar, ou se opor a sua natureza. Também isto pode ter êxito desde que o lugar seja estudado com profundidade considerando esses aspectos da relação entre o homem e o ambiente, seja este um ambiente construído ou natural (LYNCH, 1980b).

Gorelik citado por Poli (2004) faz uma crítica às abordagens dadas a imagem e ao imaginário urbano argumentando que se criou um mal estar em relação à conceituação e aplicabilidade de teorias envolvidas no tema. O mal estar se caracteriza por se falar muito de imaginários urbanos ao mesmo tempo em que o horizonte da imaginação urbana fica muito enclausurado na teoria e distante das práticas políticas e de planejamento.

Segundo Lynch (1980a), continuamente tenta-se organizar, estruturar e identificar o espaço em que se vive, sendo muitos ambientes moldáveis a tal tentativa.

Contudo, quando há um empenho na reorganização das cidades, não se utiliza de uma forma que facilite estes esforços organizadores, tornando as tentativas em expectativas frustradas. Através da utilização do conceito de percepção espacial, o autor afirma que isto pode ser revertido.

A leitura da percepção espacial da população de uma cidade pode fornecer aspectos importantes para o estabelecimento de diretrizes de políticas públicas e para tomada de decisão de intervenções em grande ou pequena escala. Através dela pode-se obter necessidades físicas da população, grau de satisfação a intervenções, idéias de melhoramentos, necessidades culturais, incômodo com a transformação espacial, senso de apropriação do espaço, enfim, como se dá a relação entre a população e o espaço urbano. Neste caso não se limita a leitura da percepção espacial somente em relação a forma urbana, conforme o estudo de Kevin Lynch, mas também em relação as necessidades básicas, aos significados, a cultura e tudo que aí está incluso, como o estilo de vida.

Rapoport (1978) diz que a percepção do meio ambiente é importante porque introduz a variável cultural e particular, modificando a noção de um meio ambiente único com características imutáveis.

Assim, deve-se considerar a imagem urbana não referente apenas aos aspectos físicos ou quanto à forma urbana, mas também em relação à cultura, aos significados do lugar, e ao cotidiano da população. O estudo da percepção espacial tem que estar ligado a questões atuais da cidade como o seu desenvolvimento sustentável, abordando aspectos sociais, ambientais e econômicos. Também tem que ser analisado dentro de um contexto regional (ou global), considerando em sua análise aquilo que envolve a discussão urbana atual.

A definição da abordagem da percepção espacial que se deseja obter delineia a adoção da estratégia metodológica. Se o pesquisador optar por uma percepção apenas relacionada à imagem física, então adotará a técnica de mapas mentais com este foco, por

exemplo, enquanto que se desejar uma percepção que integra aspectos culturais ou ambientais pode-se usar a entrevista.

Como a percepção espacial resulta de dados obtidos da população, ela se apresenta como um instrumento de inclusão da sociedade no planejamento. Além disso, inclui ou complementa a variável cultural ao processo de planejamento.

Atualmente, as cidades têm adotado um novo planejamento para a cidade, deixando para trás um planejamento com conceitos poucos eficientes. O planejamento participativo tem importante papel neste novo conceito, pois inclui a sociedade na tomada de decisão e, assim, proporciona maior contingente e pressão para cobrança sobre as diretrizes e projetos definidos, visando a garantia de seu cumprimento.

O planejamento urbano que considera a percepção espacial tende a tornar o indivíduo mais satisfeito com o meio urbano onde vive e a proporcionar melhor qualidade de vida.

Estratégias Metodológicas: o desafio de apreender a percepção

A percepção espacial traz algumas peculiaridades quanto à metodologia para sua aplicação. Diferentemente de conceitos que se utilizam de modelos teóricos bem definidos para dada situação, no estudo da percepção isto não ocorre.

Segundo Del Rio (1996), as especificidades dos estudos da percepção, como seu surgimento relativamente recente e sua interdisciplinaridade, fazem com que “não haja uma metodologia ou sequer um instrumento de medição que possa ser tido como o mais indicado”. O autor segue explicando que se deve partir de exemplos de outras pesquisas sobre o tema, que se utilizam de estratégias, métodos e instrumentos diversificados e complementares.

Já Ferrara (1996), de uma maneira mais contundente, afirma que a complexidade da cidade como objeto de pesquisa envolve um rigor metodológico construído com criatividade, que “supõe rejeitar a adoção de qualquer modelo teórico, métodos ou técnicas prefixados”. No entanto, a autora explica que a rejeição de modelos teóricos ou de métodos prefixados não equivale ao empirismo ingênuo. Ao contrário, quanto mais rico, diversificado e interdisciplinar for o repertório cultural e teórico do pesquisador, tanto mais apropriadas serão as estratégias metodológicas.

Assim, a pesquisa de percepção espacial não se utiliza de um modelo teórico pré-definido, mas de estratégias metodológicas estabelecidas a partir do objeto de estudo e de exemplos de experiências anteriores, que fornecem instrumentos e diretrizes para a pesquisa desejada.

As estratégias metodológicas serão apresentadas aqui por meio de exemplos apresentados em trabalhos acadêmicos. Ao se estudar este tópico, torna-se evidente a diversidade e variações de estratégias, técnicas e instrumentos que podem ser empregados para se obter a percepção pública de uma população, isto é, a percepção recorrente ou comum entre os indivíduos.

Kevin Lynch (1980a) utilizou como terreno experimental as cidades americanas *Los Angeles*, *Boston* e *Jersey-City*. Foram usados dois métodos: a entrevista a um pequeno conjunto de cidadãos, considerando a sua imagem do meio ambiente e um exame sistemático da imagem ambiental evocada por observadores treinados no terreno. A entrevista básica consiste essencialmente em pedir para desenhar um esboço da cidade, incluindo uma descrição detalhada de um número de percursos através dela e, ainda, uma descrição breve das partes que o entrevistado achou mais distintivas ou vivas na sua memória. Esta entrevista foi conduzida a fim de por à prova o conceito de imaginabilidade, de conseguir uma

aproximação da imagem pública de cada cidade e de desenvolver um método prático para deduzir qual a imagem pública de uma cidade qualquer.

A análise do terreno foi feita de maneira simplificada, tornando-se uma cobertura sistemática da área, percorrida a pé por um observador treinado, anteriormente instruído acerca do conceito de imaginabilidade. O observador fez o mapa da área, indicando a presença, visibilidade e inter-relações entre os elementos marcantes, nós, vias, limites e bairros, e anotando a força e a fraqueza da imagem destes elementos. Por fim, as imagens obtidas nas duas etapas eram comparadas e, assim, verificava-se a sua constância e a definição de uma imagem comum.

Também foi realizado um teste de reconhecimento fotográfico, no qual apresentava-se fotos de elementos da cidade buscando-se saber se o entrevistado as identificava ou não.

A crítica quanto ao número e conjuntos usados nas entrevistas, segundo o próprio autor, se resume em dois aspectos: em primeiro lugar, a consistência interna dos dados recolhidos de diversas fontes sugere que os métodos usados dão uma visão bastante confiante do composto da imagem urbana; em segundo, apesar de sua pequena relevância, a tendência de classe e da localização parcial dos entrevistados, houve indicação de que a imagem do composto pode ser uma primeira aproximação grosseira da verdadeira imagem pública, pois se teria que melhorar a tendência e o conjunto de entrevistados.

A partir desta pesquisa, desenvolveram-se outras pesquisas que utilizaram os mesmos métodos ou parte deles, modificando-os conforme o objetivo e necessidade própria de cada pesquisa. No Brasil, também foram feitas algumas experiências neste sentido.

Kohlsdorf (1996a), em seu trabalho sobre a análise da escala de percepção de Brasília, utiliza-se da técnica de análise seqüencial, que se refere a determinado percurso desenvolvido pelo observador, tendo como condicionantes a localização e velocidade. A

técnica da “análise seqüencial” procura investigar as seguintes características do nível da percepção: presença física e temporal de sujeito e objeto da percepção, considerando as informações provenientes dos pontos de vista onde se situa o observador; condicionamento da percepção pelo modo de locomoção do observador (velocidades e características do meio de transporte); apreensão cinética dos atributos topológicos e perspectivos dos lugares observados.

A percepção espacial da cidade, tal como abordada no trabalho citado, refere-se, segundo a autora, apenas a um dos aspectos de sua arquitetura: a contribuição como instância informativa, inerente a todo o espaço socialmente apropriado.

Ferrara (1993) apresenta pesquisa desenvolvida em 1989-1990, que teve como corpo de análise três bairros de São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo, com o objetivo de verificar a capacidade que o morador tem de desenvolver informação nova a partir de impactos ambientais próprios e, a partir deles, criar sistemas de representação que correspondam a sua escala de valores e seu padrão de comportamento. Nesse projeto utilizou-se de uma pesquisa de percepção ambiental informacional, que segundo a autora “é situada, localizada, apreendida no contato direto com uma realidade urbana múltipla e instável, que oferece dados de pesquisa mais ou menos confiáveis porque são apenas possíveis”. Isto porque se deixa de considerar vários fatores, tais como: temporais, porque a percepção pode se alterar rapidamente no tempo; espaciais, porque varia de lugar para lugar, de região para região, de bairro para bairro; humanos, porque decorre das limitações ou extensões quantitativas e qualitativas dos repertórios culturais envolvidos, aquele do usuário urbano e do próprio pesquisador.

De acordo com Ferrara (1993), a hipótese da percepção ambiental como pré-verbal e subjacente ao cotidiano urbano, porém mediada por signos que a revelam, norteou a escolha da estratégia utilizada. Assim, a autora optou por realizar a pesquisa levando o

morador a emitir sua percepção utilizando a fotografia, transformada em método e técnica de pesquisa. Solicitando aos moradores que fotografassem os seus lugares urbanos de uma forma controlada, a pesquisa buscou flagrar como se relacionavam com o meio ambiente e o que nele conseguiam perceber e valorizar. Esta estratégia metodológica não opera diretamente com as relações sociais que o espaço urbano possui, pois se refere a semiótica da percepção ambiental, ou seja, apenas a imagem propriamente dita.

Del Rio (1996) realizou um trabalho sobre o estudo da percepção para intervenção urbana e a revitalização da área portuária do Rio de Janeiro. O autor utilizou níveis de investigação com metodologias complementares, que são classificadas pelo autor como descritivas, onde não existe o rigor de aferições rígidas de causa-efeito e nem sempre se pode atribuir correlações diretas entre os fenômenos observados. Mesmo diante de tanta incerteza quanto aos resultados, desenvolveu sua pesquisa baseando-se em experiências anteriores que careciam também das mesmas incertezas, porém obtendo resultados satisfatórios. A estratégia metodológica seguiu duas vertentes complementares de investigação. Na primeira, estudou-se o modo como os leitores de obras de literatura e dos principais jornais da cidade percebiam a área e também que imagens eram veiculadas. Na outra vertente, investigaram-se as diferentes percepções da população usuária da área portuária, podendo ser os moradores ou pessoas que trabalham ou passam pelo local, através da aplicação de questionário em campo.

Del Rio (1996) conclui que os resultados desse trabalho deixam claros a aplicabilidade do estudo da percepção ambiental e a relevância de seus subsídios urbanísticos. Quanto à metodologia, o autor diz que os métodos e os instrumentos de aferição também revelaram-se válidos e passíveis de serem utilizados em outros contextos. Um aspecto específico destacado pelo autor é que se evidenciou no estudo a dimensão utilitária do processo perceptivo, ou seja, a percepção da possibilidade de uso da área pesquisada e de seus

elementos formadores. Outro fato evidenciado é a necessidade de incluir a população nos processos de planejamento e tomada de decisão.

Castello (1996), em pesquisa do projeto MAB/UNESCO, realizada em Porto Alegre, apresenta os principais passos metodológicos da análise ambiental na Figura 5.

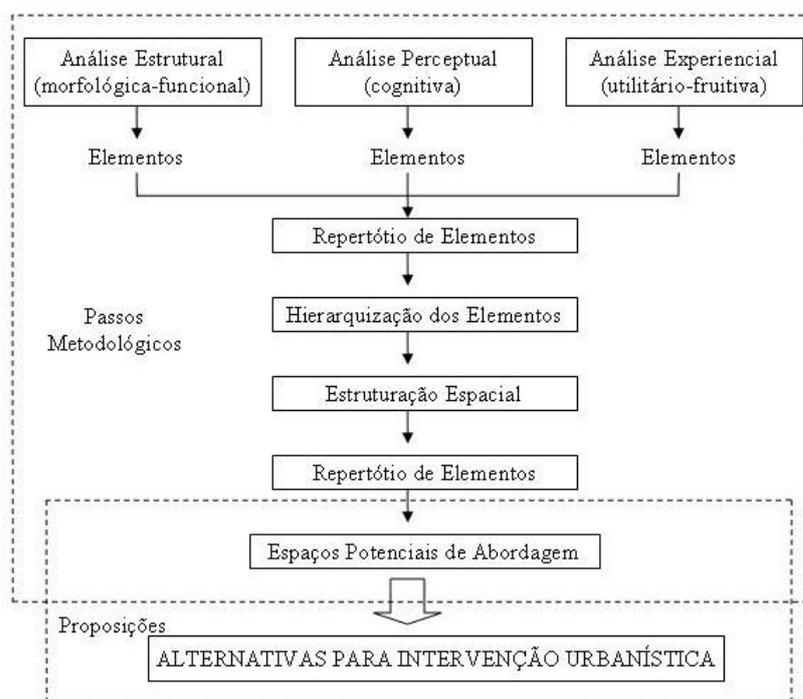


Figura 5: Modelo para avaliação ambiental (Fonte: Castello, 1996)

A identificação de um repertório de elementos se busca através de três tipos de categorias de análise: estrutural, perceptual e experiencial. A primeira origina informações de natureza morfológica e funcional, ou seja, informações mais técnicas próprias de urbanistas. A análise perceptual fornece as imagens mais significativas obtidas dos usuários, sendo uma das técnicas mais empregadas a de mapas mentais. A última envolve elementos sensoriais e não só o visual, voltando-se para o exame de experiências cotidianas, obtendo informações através de questionários.

O autor esclarece que essas categorias não são mutuamente exclusivas. Embora incluam análise de especialistas de um lado e de usuários do outro, contemplam também a análise compartilhada de “especialistas-usuários”.

Após a definição de um repertório de elementos, há uma classificação segundo critérios definidos conforme o objetivo da pesquisa. Depois, realiza-se a estruturação espacial, na qual se verifica a estrutura básica reconhecida pela população, aspectos coincidentes e legibilidade coletiva. Por fim, se obtém, através da análise, potenciais espaços para abordagem segundo objetivo específico para um posterior projeto de intervenção.

Nessa análise ambiental, Castello (1996) destaca a importância de tornar estimulante a convergência do enfoque morfológico-funcional com o perceptivo e o experiencial, pois, assim, há uma aproximação entre o comportamento e o espaço para apontar valores comuns e explicitar o sentido de um lugar.

Os exemplos citados não buscam esgotar as possibilidades metodológicas da percepção espacial/ambiental, mas confirmar que este estudo não se vale de metodologias mais adequadas ou necessárias. É facilmente identificada esta necessidade a partir do momento que se entende que a percepção espacial varia de acordo com dimensões de análise. Por exemplo, pode-se coletar a percepção espacial simplesmente através da observação de indivíduos em um determinado local; ou através de entrevista utilizando-se somente perguntas; ou apresentando fotos do objeto de estudo buscando saber se o entrevistado sabe identificá-las e/ou expressar sua opinião sobre elas; ou através de desenho de mapa mental, no qual o indivíduo desenha numa folha em branco ou com algumas referências, algo desejado sobre o desenho urbano. Portanto, não cabe falar em uma metodologia pré-estabelecida, mas em estratégias metodológicas que são traçadas a partir do objeto de estudo e do que se pretende obter como resultado ou colocar como questão.

Segundo Lynch (1980b), qualquer lista padronizada e programada deve ser vista com desconfiança já que não pode existir uma lista universal. Os dados a adquirir e a forma em que serão trabalhados, dependem da finalidade da intervenção, da natureza do lugar e das fontes de informação disponíveis para o estudo.

Assim, o conceito de percepção espacial apresenta um viés conceitual metodológico condizente com sua área de atuação, não com regras metodológicas a serem seguidas, mas com diretrizes que orientam os estudos específicos de cada caso. Não é uma busca irrealista de entender a realidade, pelo contrário, parte-se da realidade perceptiva dos indivíduos, obtendo-se a percepção pública espacial, que se torna subsídio para o planejamento urbano.

Segundo Ferrara (2000), o produto da pesquisa de percepção resulta de dois pares complementares: demonstrar e interpretar. O demonstrar mecânico exige somente a auto-evidência da estratégia, algo impossível porque sua contrapartida seria a segurança dos resultados e uma demonstração automática. Ao contrário, a tensão entre demonstrar e interpretar realça a verdade dos fatos; só é possível falar em verdade quando ela não está nos fatos, mas na capacidade de relacionar que sustenta a prática da ciência e constrói, em cada caso científico, uma capacidade de convencer que é passageira porque é também processual, mas não menos eficiente na relatividade do seu momento demonstrativo / interpretativo.

A autora destaca ainda que a relação entre demonstrar e interpretar recoloca a questão das análises quantitativa e qualitativa como impossíveis de serem operacionalizadas separadamente. Isto se dá, porque, acabam por sugerir uma dimensão mecânica da realidade, seja quando a substituímos por quadros estatísticos ou quando a travestimos com a retórica do discurso.

Assim, o estudo da percepção espacial de uma população inclui a demonstração da percepção obtida (imagens, sensações ou expressões) e culmina na interpretação dessas informações. Pode se dizer, então, que o resultado é a percepção da percepção; ou seja, é a percepção do pesquisador a respeito da percepção pública.

Segundo Lynch (1980b), para o levantamento da percepção pública é necessário em primeiro lugar identificar quem são as pessoas, como observá-las e comunicar-

se com elas. Isto é claro quando o espaço em estudo está em uso. Porém, um espaço que ainda será construído, a previsão de seus futuros usuários é complicada.

O autor comenta que o problema torna-se mais difícil quando o usuário deixa de ser homogêneo, sendo complexo e com valores e objetivos distintos. Isto é quase inevitável em se tratando de grandes planos na cidade ou para criar espaços públicos. Nestes casos, cada tipo de usuário deve ser identificado e encontrar formas para satisfazer a diversidade de necessidades, sem que haja interferências mútuas.

Lynch (1980b) acrescenta que a pior situação ocorre quando os usuários são desconhecidos ou inacessíveis, como aqueles que não nasceram. Qualquer plano estabelece limitações a usuários ainda não nascidos, e também em relação ao uso futuro dado a algumas zonas que é muito duvidoso. A responsabilidade maior do planejador é prover as necessidades dos usuários sem voz e dos futuros usuários.

A partir da definição dos usuários, grupo ou população se estabelece os objetivos da pesquisa e elabora-se a estratégia metodológica mais adequada.

A percepção espacial em si não é suficiente para compreender um espaço. Porém, ajuda a entender como o homem se relaciona com o espaço, o que é fundamental para o planejamento urbano se se deseja uma relação harmoniosa entre ambos.

Dimensões de Análise da Percepção Espacial

A fundamentação metodológica científica da percepção espacial não se baseia numa visão relativista, mas em dimensões de análise. Assim, não existe um modelo teórico definido para aquisição da percepção da população, pois cada caso apresenta uma particularidade que conduz a uma adequação dos princípios conceituais e metodológicos. Assim, o que se faz no estudo da percepção espacial é estabelecer estratégias metodológicas já

consolidadas. No entanto, isto não desqualifica a opção metodológica, pois para o fim desejado ela é eficiente, mesmo que fuja aos modelos teóricos “alegados” cientificamente tradicionais.

Neste tópico apresentam-se as dimensões de análise nas quais se circunscreve a percepção espacial, ou seja, quais instâncias ou condições influenciam na produção da percepção espacial de um indivíduo. Através da análise da bibliografia apresentada, pode-se estabelecer as seguintes dimensões de análise: física, sócio-cultural, ambiental e temporal.

Já se discutiu que a percepção visual fornece um resultado voltado aos aspectos físicos, à forma urbana, à organização de elementos, à imagem propriamente dita da cidade. Neste caso, vemos envolvida a dimensão física. Ela é, então, referente apenas ao objeto ou conjunto de elementos físicos, não considerando questões que envolvam a sua produção, a sua condição fora de um contexto funcional, estético ou de paisagem.

A dimensão física também engloba o aspecto da paisagem. A Psicologia Ambiental traz estudos que revelam o quanto a paisagem da cidade interfere na condição de vida da população, principalmente em níveis psíquicos, podendo causar estresse ou sensação de relaxamento, analisando os extremos. Além disso, a imagem física pode proporcionar ao indivíduo em maior ou menor grau, dependendo de sua qualidade, o senso de orientação e de identidade, fundamentais para a segurança emocional do indivíduo ao usufruir o espaço.

Um elemento de uma cidade pode ser tecnicamente importante para o funcionamento de determinado setor ou esteticamente agradável para quem executou, porém pode afetar a tradição dos moradores causando uma aversão a ele. Neste caso, deve-se considerar uma outra dimensão, a sócio-cultural.

Ao considerar aspectos sócio-culturais no estudo da percepção como as características do indivíduo e seu perfil, levando em conta sua origem, idade, escolaridade, renda, tradição, necessidades, ideologias, vivência do cotidiano e assim por diante,

incrementa-se a percepção obtida, indo além de uma simples imagem da forma urbana para uma imagem agregada de informação conceitual. Isto ajuda ao pesquisador, por exemplo, saber qual o valor afetivo, sentimento de apropriação ou noção de cidadania que o indivíduo tem em relação ao local.

Além disto, através da análise da dimensão sócio-cultural, pode-se conhecer a motivação do desejo de transformação no meio urbano, assim como o de sua preservação, quando existentes, agregando essas informações no planejamento. Uma tradição pode trazer um desconforto quanto a mudanças, enquanto que necessidades básicas não atendidas podem levar a uma busca por alterações e renovações urbanas.

O aspecto ambiental também influi diretamente na percepção espacial do indivíduo, podendo potencializar ou inibir determinadas atitudes. À medida que o homem impõe um ambiente construído para se adaptar ele sofre certas restrições que prejudicam sua qualidade de vida. Diferentemente disto, a construção de um meio adaptável ao homem, considerando a função da cidade e a vivência do cotidiano da população, proporciona-lhe satisfação no consumo desse espaço.

Dentro da dimensão de análise ambiental, também estão as características ambientais, que diz respeito aos impactos ambientais positivos ou negativos referentes ao ar, solo e água. A falta de espaços verdes, as enchentes ou a poluição atmosférica, sem dúvida, são alguns fatores que influenciam na percepção do cidadão.

Por último tem-se a dimensão temporal, que possivelmente é a mais fácil de ser entendida. A percepção do indivíduo se altera de acordo com o tempo, pois este pode simplesmente se acostumar com uma determinada situação que antes o incomodava, ou pode sofrer influência externa em sua cultura, ou mesmo o ambiente pode ser modificado, entre tantos outros exemplos. Por isso, a percepção pública obtida e usada em qualquer planejamento deve sempre ser analisada de acordo com o período em que foi estudada.

Entende-se que o processo de estudo da percepção de uma população gera um retrato da percepção, pois se refere ao momento de estudo. Num próximo estudo, os resultados podem mudar. Obviamente, a variação depende da escala. Num estudo menos específico, no caso de uma população, por exemplo, a variação será lenta ao longo do tempo, a não ser que haja grandes alterações nas outras dimensões de análise causando mudanças mais abruptas na percepção pública.

Com as dimensões de análise se estabelece onde a percepção espacial se circunscreve. A dimensão sócio-cultural é a mais abrangente e talvez a mais difícil de ser estudada. Não se pode estipular qual a dimensão de análise que mais influencia a percepção de um indivíduo ou a percepção comum de uma população, porque para cada objetivo de pesquisa específico uma dimensão pode ser mais abordada que a outra.

Sabe-se que esta análise pode ser feita de maneira mais específica e detalhada, subdividindo as denominações discutidas e aprofundando os conceitos. Porém, para a compreensão deste trabalho a divisão apresentada é suficiente.

Técnicas e Instrumentos

A percepção é algo interiorizado de um indivíduo. Para ser exteriorizada é necessária uma técnica, cujos instrumentos determinados são aplicados ao indivíduo que acaba por expressar, verbalmente ou não, a sua percepção.

A aplicação das técnicas exige conhecimento e preparação do pesquisador, sendo que o indivíduo necessita apenas de um esclarecimento a fim de contribuir sem resistência, sem esconder ou modificar informações. Em alguns casos é preciso orientar o indivíduo para algo mais específico que tenha que fazer, como no caso de ser pedido que se tire uma fotografia de uma paisagem.

As técnicas variam tanto em relação à influência do pesquisador no processo como à do pesquisado. A seguir é feita uma tentativa de listagem das técnicas encontradas. Isto não é muito simples, pois há uma variação elevada e uma mescla de técnicas que podem confundir. Por isso, apresenta-se cada uma na sua forma mais simples.

- observação: a observação dos cidadãos em um determinado local, na tentativa de se obter a percepção exige apenas a participação do pesquisador, pois os indivíduos apenas são observados em suas atitudes e relações. O pesquisador, nesta técnica, deve ser discreto para não interferir na atitude dos pesquisados (LYNCH, 1980a).
- entrevista: é uma técnica que pode ser realizada de duas maneiras: informal ou formalmente.

- informal: o indivíduo é abordado pelo pesquisador, que pode se identificar e esclarecer sobre a pesquisa ou não, e inicia-se uma conversa espontânea na qual se colocam aspectos relacionados à percepção. Após a conversa o pesquisador anota as informações obtidas e faz sua conclusão.

- formal: o pesquisador se identifica e esclarece aspectos gerais da pesquisa. Utiliza-se de um questionário (ou roteiro) com perguntas pré-definidas, feitas ao indivíduo abordado, que deve responder conforme sua percepção. O conteúdo do questionário varia de acordo com o objetivo da pesquisa e com as especificidades da região estudada. Quando a entrevista é aplicada pelo pesquisador deve-se gravar a conversa para garantir que nenhuma informação se perca. Outra maneira de se aplicar o questionário é sem a presença do pesquisador. Neste caso o questionário deve ser redigido de uma maneira compreensível para todos os níveis de escolaridade e cultura que se pretende alcançar. O questionário pode ser distribuído em lugares públicos, escolas, comércios, instituições, entre outros, mas deve seguir algumas diretrizes básicas, tais como: estabelecer os meios para o retorno do questionário; a viabilidade operacional; a viabilidade técnica, pois corre-

se o risco de obter-se questionários mal redigidos, com respostas pouco expressivas e sem utilidade;

- mapas mentais: o indivíduo é orientado a desenhar numa folha em branco a região de estudo. Ao invés de dar uma folha em branco, pode-se também oferecer uma folha com alguns marcos referenciais para que o indivíduo tenha elementos para se situar, ou qualquer outro subsídio, tais como: limites geográficos, planta topográfica ou altimétrica, mapa urbano, e assim sucessivamente. Complementarmente, o indivíduo é orientado a se expressar sobre alguns aspectos de seu desenho, a falar os motivos, o que lhe chama mais a atenção, comentar a importância e significados de elementos e assim por diante (TUAN, 1980 e LYNCH, 1980a).
- identificação de fotos: apresenta-se ao indivíduo algumas fotos do local de estudo, buscando saber se o entrevistado as reconhece e qual sua percepção em relação a elas (LYNCH, 1980a, e FERRARA, 1993).
- registro fotográfico: deve-se fornecer uma máquina fotográfica ao indivíduo e lhe pedir para que tire uma fotografia de uma paisagem conforme a necessidade da pesquisa. Segundo a estratégia estabelecida o indivíduo pode ou não expressar sua opinião, desejos e idéias, de forma a complementar a apreensão de sua percepção (FERRARA, 1993).
- análise seqüencial: o indivíduo é levado a fazer o percurso em estudo durante o qual expõe sua percepção. Esta técnica procura representar a passagem progressiva do visto para o percebido, na sucessão de registros selecionados da composição morfológica de determinado lugar. Isto se dá através da análise das seqüências urbanas. Os intervalos são definidos pelo pesquisador. Já o meio de locomoção é um parâmetro fundamental que influencia em alto grau a percepção obtida (KOHLSDORF, 1996a, e KOHLSDORF, 1996b).

- análise indireta: baseia-se em evidências indiretas da conduta espacial passada. Por exemplo, estuda-se para que têm sido usados certos locais, que tipo de atividade quando existiam outras opções e assim por diante. É uma informação objetiva mas relativa, pois não se refere em nada ao futuro. Também estuda o ambiente existente, os dados sobre disfuncionalidades (acidentes, desorganização social, etc.), destruição ambiental e experiências prévias. Este tipo de análise, geralmente deve funcionar como ponto de partida de um estudo de percepção espacial (LYNCH, 1980b, e DEL RIO, 1996).
- simulação: apresenta-se ao indivíduo um ambiente simulado, maquetes, fotografias ou esquemas verbais a fim de que a resposta à simulação conduza a resposta correspondente à realidade. A simulação pode ser feita através de um jogo que simula situações reais de interesse do estudo, visando os mesmos objetivos (LYNCH, 1980b).

Em todos os casos a pesquisa é aplicada aos indivíduos, obtendo-se a percepção individual primeiramente. Depois desse levantamento, realiza-se a comparação para encontrar a percepção comum ou recorrente, também chamada de percepção pública. A comparação também pode se dar entre as técnicas, não de uma maneira excludente e, sim, complementar.

Um dos cuidados mais importantes que este tipo de pesquisa exige é a definição da amostra da população estudada. A representatividade é condição indispensável para melhor formulação da percepção pública. Em cada estudo ela deve ser avaliada e dimensionada.

Existem algumas pesquisas de percepção que se denominam qualitativas, pois não há preocupação em apresentar números e porcentagens referentes à imagem pública. Porém, sempre tem a ressalva de que com melhor representatividade a qualidade da imagem pública é mais completa. A dificuldade em se conseguir uma amostra consistente é devido à

falta de recursos destinados a esses projetos, pois seria necessário grande número de pesquisadores em campo.

Contudo, as técnicas apresentadas têm sido aplicadas e têm proporcionado bons resultados, cumprindo o seu objetivo de fornecer subsídios ao planejador urbano e mostrando-se aplicável em várias ocasiões, lembrando que é preciso levar em consideração as particularidades de cada local.



Figura 6: Espaço Urbano: Centro da cidade de São Paulo. Elaboração: Davi E. Lopes a partir de Nádía Somekh (2006).

O

espaço público é fundamental no contexto do espaço urbano uma vez que é um elemento de estruturação e ordenamento da cidade. A compreensão geral do processo urbano está relacionada à análise deste espaço.

O espaço público propicia a realização de contatos sociais e estabelece a unidade da estrutura urbana contígua através de elementos de circulação (as vias, largos, passeios) e áreas como praças, parques, etc.

A discussão da percepção do espaço urbano não trata apenas o espaço como fato consumado e independente, mas envolve a sua produção e os motivos que o conduziram a tais características. A qualidade desse espaço é percebida por quem o freqüenta e até mesmo por aqueles que não o freqüentam. O processo de percepção resultará na avaliação do espaço e na conduta exercida pelo indivíduo, determinando o uso destinado, o grau de afetividade e identidade, ou seja, a maneira que se dá a apropriação do espaço.

A degradação do espaço público em muitos lugares é tão consolidada, que leva à discussão da mudança de sua função, assumindo que é ultrapassado considerá-lo como

palco e produtor do convívio social e da cidadania diante dos conceitos predominantes da sociedade atual de valorização da vida privada em detrimento da vida pública.

Este trabalho não parte deste princípio e, por isso, discute-se neste capítulo a produção do espaço, a qualidade do espaço público e a dimensão pública diante da dimensão privada, tendo como pano de fundo os aspectos da percepção espacial.

Produção do Espaço Urbano: essencialmente social

... a essência do espaço é social.
(SANTOS, 1992)

Para discutir brevemente sobre o conceito de espaço, sua produção e importância na sociedade, considerar-se-ão inicialmente dois autores que debatem a teoria do espaço. Gottdiener (1997) confronta a teoria de Manuel Castells e a de Henri Lefèbvre. O objetivo desses autores é uma concepção mais global da articulação entre sociedade e espaço e ambos empregaram conceitos distintos. No entanto o enfoque deles é o mesmo, considerando o espaço como produto material de uma dada formação social.

Castells segue o estruturalismo de Althusser, no qual toda formação social é uma estrutura constituída de sistemas econômicos, políticos e ideológicos que possuem relativa autonomia entre si. Isto se contrapõe ao pensamento anterior de que as relações de produção seria a determinadora da superestrutura, ou seja, da política e da cultura. Assim, busca-se estudar o espaço como um produto da formação social através dos três sistemas relacionados e não através apenas de um fator que conduz todo o resto de modo simplista.

Diferentemente de Lefèbvre, Castells busca aplicar a formação social ao urbano e não ao todo. Através do elemento econômico ele define o urbano. Considerando a estrutura econômica como sendo constituída por dois fenômenos, meios de produção e força

de trabalho, Castells define o urbano como a unidade espacial da reprodução da força de trabalho. Estendendo-se sobre o termo urbano, conclui que os problemas urbanos estão ligados aos processos de consumo coletivo, ou àquilo que os marxistas chamam a organização dos meios coletivos de reprodução da força de trabalho (GOTTDIENER, 1997).

O processo de consumo coletivo é entendido basicamente como o suporte dado pelo Estado a certos bens públicos, tais como a habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte, etc. Também pode ser incluído o espaço público e seus equipamentos coletivos e urbanos. Castells diz que as diferenças de quantidade e qualidade do espaço público são um reflexo do modo de produção, ou seja, o Estado atende a cada setor diferentemente e, conseqüentemente, fornece suporte urbano através de intervenções para certas áreas em detrimento de outras (GOTTDIENER, 1997).

Conforme Gottdiener (1997), Lefèbvre não reduz o espaço a meros meios de produção, mas o define como uma das forças de produção. Assim, analogamente ao modo de produção capitalista, o espaço assume o papel de capital ou trabalho, a propriedade privada, o papel de posse de máquinas e as relações espaciais, como contradições sociais que se adequam à forma pela qual o espaço é usado para adquirir riqueza.

O espaço é entendido, então, como produto das relações do modo de produção, ou seja, torna-se uma mercadoria e um objeto de consumo. Porém, diferentemente de qualquer mercadoria, o desenho espacial se apresenta como parte das forças e meios de produção e também como produto.

Soja (1993) comenta que o espaço é uma estrutura criada através de uma produção social, cujas relações espaciais são as manifestações concretas das estruturas e relações sociais que evoluem no tempo, seja qual for o modo de produção. Ou seja, o espaço nada mais é que um reflexo daquilo que ocorre na sociedade envolta por uma ideologia que se reproduz a cada ação. O autor acrescenta, apresentando uma afirmação de Lefèbvre de que a

sobrevivência do capitalismo está baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, com interesses em nível mundial, cada vez mais instrumental, de forma manipuladora, e também cada vez mais socialmente mistificada, ou seja, ludibriosa, de forma a esconder uma visão crítica atrás de uma ideologia.

Para Santos (2004), o espaço é produzido através dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações. O objeto compreende as “coisas”⁴ da natureza e as artificiais, entendendo que a própria natureza hoje já é artificializada. As ações são decorrentes das técnicas, pois toda transformação no espaço e, portanto, a sua produção, se dá por meio das técnicas.

O autor acrescenta que ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, também ocorre um novo arranjo de objetos. Verifica-se que na realidade não há apenas novos objetos, novos padrões, mas da mesma forma, novas formas de ação.

Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É o que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há, mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam a função (SANTOS, 2004).

O sistema de ação se dá através da técnica, que por sua vez atua sobre a natureza, ou seja, o espaço é produzido socialmente por meio da ação do homem sobre a natureza. Soja (1993) estabelece uma distinção entre a Natureza como um contexto ingenuamente dado e aquilo que se pode denominar de “segunda natureza”, que é a espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho humano deliberado.

⁴ Santos (2004) apresenta uma outra diferenciação entre os termos “objeto” e “coisa”. O autor explica que o termo “coisa” pode se referir somente aquilo que é da natureza, ou seja, o que é não artificializado. Ao contrário, o termo “objeto” diz respeito a “coisa” que sofreu uma ação antrópica.

Francisco (2002a) diz que a cidade tem na desconstrução do espaço natural e artificial o traço marcante da sua produção, enquanto natureza segunda. A cidade, então, se torna ícone da desconstrução da natureza. “É o espaço privilegiado dos assentamentos humanos como lugar da racionalidade, de mando político, controle social e de administração do trabalho e da produção do excedente”.

No contexto da sociedade, a natureza, apesar de sua aparência de objetividade e separação também é socialmente produzida. O espaço da natureza, portanto, está repleto de política e ideologia, de relações de produção e da possibilidade de ser significativamente transformado (SOJA, 1993).

O Estado promove a desconstrução espacial, intervindo diretamente ou criando e fixando leis que conduzem o processo de produção do espaço.

Sobre o papel do Estado na produção do espaço, Gottdiener (1997) explica que para promover seus interesses administrativos o Estado pode controlar lugares, organizar o espaço hierarquicamente, proporcionar uma homogeneidade ao todo e segregação das partes.

A relação espacial pode ser entendida como reprodução das formações sociais ou das práticas administrativas. Assim, o espaço pode ser considerado também como local do desenvolvimento do conflito social e luta entre interesses econômicos. A produção da forma espacial envolve diversos interesses da sociedade referentes à própria terra. Existe o interesse do setor imobiliário, capital financeiro e corporativo, políticos corruptos conduzindo o papel do Estado, grupos locais de ativistas, partidos políticos, ambientalistas, proprietários de casa própria, etc. (GOTTDIENER, 1997).

Qual a função do Estado na produção e organização espacial? Castells considera que à medida que o capitalismo se desenvolve, os meios de consumo coletivo na base da estrutura urbana são cada vez mais exigidos pela evolução do capital, pelos processos de produção e consumo e pelas demandas sociais. Só que desta forma não é gerado lucro para

o capital privado. Portanto, a lógica do capital não pode satisfazer diversas reivindicações fundamentais (Gottdiener, 1997). Numa tentativa de resolver essa contradição é que o Estado intervém decisivamente na produção, distribuição e administração dos meios de consumo coletivo e organização espacial. Por conseqüência, obtém-se uma produção desigual do consumo coletivo.

Para Lefèbvre o papel do Estado é contraditório. De um lado precisa intervir a fim de preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca e, de outro lado, suas intervenções são explicitadas pela relação de dominação (Gottdiener, 1997).

O Estado está aliado não só contra a classe trabalhadora ou mesmo contra frações do capital; ele é o inimigo da própria vida cotidiana, pois produz o espaço abstrato que nega o espaço social que suporta a vida cotidiana e a reprodução das relações sociais. Como exemplo ilustrativo pode-se citar Haussmann citado por Gottdiener (1997):

Quando na cidade a praça (exemplo: a Place des Vosges), um local de reunião subtraído ao tráfego, se transforma numa via pública (exemplo: Palais-Royale), a vida urbana deteriora-se inconsciente e profundamente em proveito do espaço abstrato, aquele que é percorrido por átomos de circulação (o automóvel).

Diante desses conceitos, Lefèbvre considera o planejamento urbano como instrumento estratégico do capitalismo e do Estado para manipulação da realidade urbana fragmentada e a produção de espaço controlado. Mas esta afirmação se confirma apenas se se considerar a maioria dos administradores públicos com poder de decisão corruptos. Porém deve-se considerar também os fatores políticos que muitas vezes pressionam o Estado a tomar decisões a favor do interesse público, ao invés de intervir no meio urbano apenas com interesses econômicos.

Campos Filho (1992) explica como a política do clientelismo no Brasil foi usada pelas classes dirigentes para se manter no poder por muito tempo. Nesta política, são atendidos interesses do capital, de corporações ou setores através de intervenções que os levam de alguma forma a obter mais lucro e, por outro lado, são atendidos interesses das classes mais pobres com intervenções que apenas satisfazem alguns pedidos de ocasião. Visto de outra forma, são intervenções nas áreas mais centrais beneficiando quem já tem poder aquisitivo e intervenções paliativas na periferia.

Habermas, citado por Falcoski (1997), apresenta duas tendências divergentes em relação a esfera pública política do Estado; uma é caracterizada pelo espaço público da “publicidade demonstrativa e manipulativa” sobre o público, e a outra a “esfera pública politicamente ativa”, que tem a participação de organizações que estabelecem um processo crítico de comunicação pública, e que estão em permanente disputa, indicando o grau de democratização da sociedade. Esta última tem sido estimulada atualmente através de instrumentos participativos estabelecidos por lei.

Deve-se indagar o que representa o espaço público para a sociedade e o que ela espera ou deseja dele. Neste sentido, Lefèbvre (1968) descreve a sociedade com um caráter racional, cujo objeto que ela organiza é o consumo e não a produção. Isto ocorre em um plano de fundo que é o cotidiano. Por isso, “a intenção, o objetivo, a legitimação oficial dessa sociedade é a satisfação de consumo” (LEFÈBVRE, 1968). As necessidades conhecidas e estipuladas, sejam elas quais forem, são ou serão satisfeitas simplesmente. Esta satisfação consiste em uma saturação que leva a sociedade a não necessitar, num determinado tempo, daquilo que necessitava anteriormente. A necessidade compara-se a um vazio, mas bem definido, como um espaço bem delimitado. A saturação é atulhar (o consumo e o consumidor) esse vazio, preenchendo-se esse espaço. Para que a satisfação se torne rentável, estimula-se outra vez, mas de um modo diferente.

O espaço público é percebido muitas vezes pela população da mesma forma que um outro objeto qualquer. Assim, o preenchimento da necessidade de consumo da sociedade na produção e organização do espaço, proporciona a satisfação e o bem-estar dos indivíduos.

Isto não significa que as condições que melhoram a qualidade de vida sejam atendidas, mas apenas ao aspecto de satisfação de consumo do indivíduo que representa um ponto importante. O desafio do planejador urbano é conciliar aspectos que envolvem a satisfação da população, os aspectos técnicos e funcionais, a estrutura social e os aspectos ambientais.

A participação da sociedade na tomada de decisão leva a sua maior satisfação em consumir o espaço. Através da percepção espacial pode-se constatar o grau de satisfação da população de forma geral e o que lhe proporciona ter uma relação harmoniosa com o ambiente. No entanto, deve-se indagar o quanto é benéfico uma sociedade que visa consumir o espaço como um objeto qualquer, desprovido-o de todo o seu significado e importância social. Sob este ponto de vista, o indivíduo avalia a qualidade do ambiente através de suas necessidades específicas, segundo a exacerbação da individualidade e conseqüente falta de noção de cidadania, de conceitos coletivos.

Morfologia Urbana: objeto da percepção

A ação, que é inerente a função, é condizente com a forma que a contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados (SANTOS, 1992).

A morfologia urbana é uma disciplina que estuda a forma da cidade e os elementos que a compõe. Segundo Kohlsdorf (1996b), existem algumas vertentes que analisam a forma da cidade: a estética, a psicossocial e a informativa.

O campo de análise estética compreende as palavras de Aristóteles, para quem todos os princípios da arte de construir as cidades resumem-se no fato de que uma cidade deve oferecer a seus habitantes ao mesmo tempo segurança e felicidade. Este objetivo só se realiza quando a construção das cidades não é considerada apenas como uma questão de técnica, mas também de arte, na acepção mais precisa e nobre deste termo (SITTE, 1889, citado por KOHLSDORF, 1996b).

No entanto, Kohlsdorf (1996b) diz que a maioria dos discursos estéticos na arquitetura tem sido fruto de processos culturais restritos, em geral atrelados a movimentos das elites artísticas e raramente representativos de valores populares. Assim, não alcança os objetivos de “segurança e felicidade” que deveria proporcionar aos habitantes.

Já o campo de análise psicossocial ou emocional traz uma pesquisa que realiza uma contribuição epistemológica importante ao entender o espaço como meio ambiente psíquico e percebido, considerando a realidade a partir de sua codificação pelos indivíduos. Esse campo diz respeito as considerações deste trabalho, isto é, a aplicação do estudo da percepção espacial para se construir e organizar melhor o espaço urbano.

Finalmente, o campo de análise informativa, tem uma abordagem do espaço como estrutura de signos. Essa abordagem se dá através do processo que identifica a formação social da imagem do espaço, ou seja, a maneira com que o espaço físico torna-se espaço social e, portanto, espaço simbólico. Esta análise trata da identificação das imagens, produto da percepção, e de sua decodificação, que servem como indicadores a fim estabelecer diretrizes para atuar na cidade.

Lamas (2004) apresenta outras maneiras de se analisar a forma da cidade, relacionando-a com o contexto, a função e a figura.

Primeiramente, qualquer forma deve satisfazer um conjunto de critérios que se designa geralmente por “contexto”. Por exemplo, não se pode simplesmente fazer uso de uma solução padrão para uma determinada situação em qualquer caso, porque o contexto pode não permitir isto.

A outra análise se dá através da função. A cidade e o espaço urbano têm usos e não devem ser entendidos como se os não tivessem. Um espaço sem usos é um espaço sem vida, desprovido de função. Jacobs (2000) afirma que só a complexidade e a vitalidade de usos é que dão às regiões das cidades estrutura e forma adequadas.

Por último, a análise relacionada à figura pode ser comparada ao campo de análise da estética, explicada por Kohlsdorf (1996b). Lamas (2004) diz que é pela figura, ou através da mensagem figurativa, que a arquitetura e a arte urbana se revelam. Os valores estéticos são só comunicáveis através dos sentidos e que, apesar de as características da forma não se resumirem aos aspectos sensoriais (portanto perceptíveis), estes são determinantes na sua compreensão.

Estendendo sobre o aspecto da forma-função ou forma-conteúdo, Santos (2004) diz que em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los e entendê-los separadamente. “A idéia de forma-conteúdo une processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social”.

Quanto a forma-conteúdo, pode se dizer que a forma é alterada permanentemente e que o conteúdo incorpora uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. “A ação, que é inerente a função, é condizente com a forma que a contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados” (SANTOS, 1992).

Santos (1992) explica que a dificuldade de muitos não compreenderem o espaço reside no fato de não entenderem que a forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social. O valor social que o espaço recebe pode variar com o tempo de acordo com variações da função ou da demanda social. A análise da percepção espacial revela esse valor conferido pela sociedade.

Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, o contexto, a função e a figura como se se tratasse de um conceito único. Cada análise mencionada se complementa. Todas as vezes que se prioriza uma sobre a outra corre-se o risco de cometer erros difíceis de serem reparados posteriormente. Por isso, deve-se buscar uma análise integrada e holística ao se tratar a forma do espaço urbano.

A análise da morfologia urbana também se dá através de dimensões. Lamas (2004) relaciona três, relacionadas à escala da análise: setorial, urbana e territorial.

- dimensão setorial: a escala urbana; para sua apreensão não é necessário muito movimento, basta realizá-lo em circuito fechado.
- dimensão urbana: a escala do bairro; pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou forma de escalas inferiores.
- dimensão territorial: a escala da cidade; a forma das cidades defini-se pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes: o macrossistema de arruamentos e os bairros. As zonas habitacionais, centrais ou produtivas, que se articulam entre si e com o suporte geográfico.

Falcoski (1997) mostra cinco dimensões de análise quanto a forma do espaço (Fig. 7). Destaca-se a segunda dimensão, a qual possui base conceitual referenciada no conceito de percepção espacial.

A dimensão de análise “sentido” avalia o grau em que o assentamento pode ser claramente percebido e mentalmente diferenciado e estruturado no tempo e no espaço por

seus agentes sociais em relação aos seus valores e conceitos. Diz respeito ao ajuste mais adequado entre a forma espacial e as capacidades sensoriais e culturais.

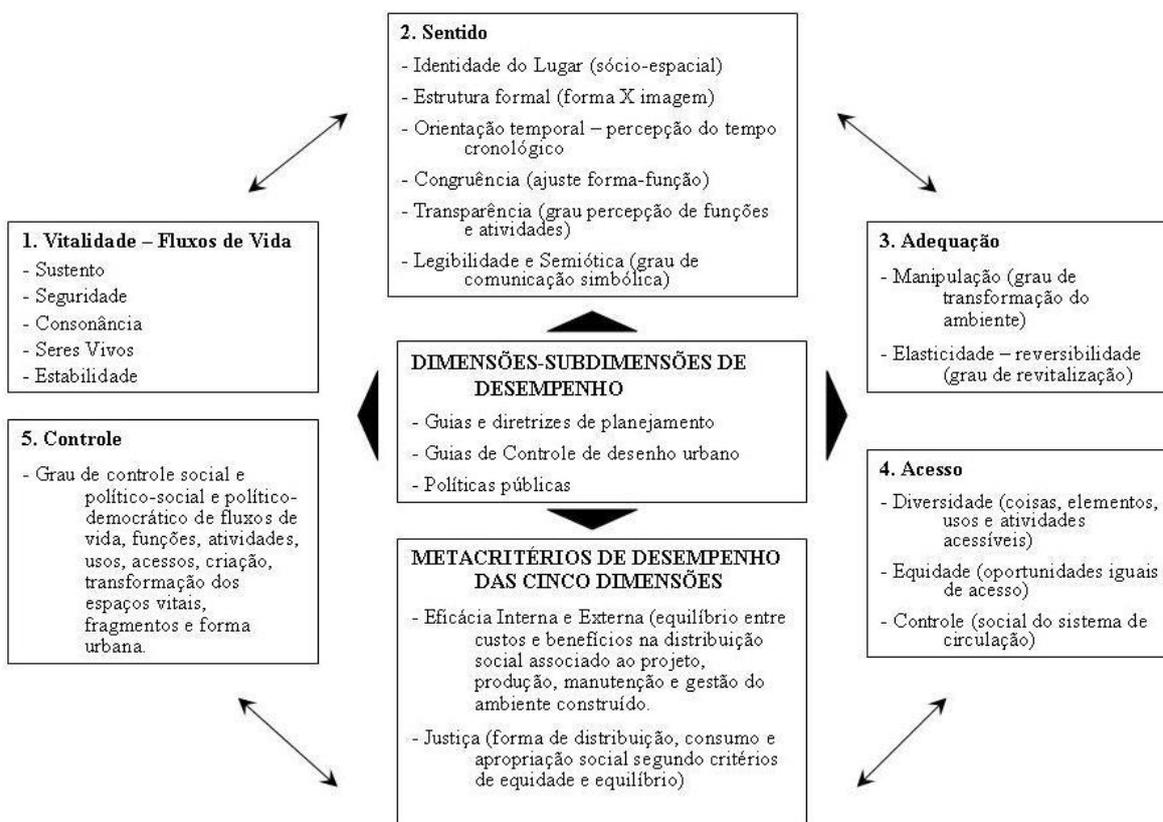


Figura 7: Dimensões, Sub-Dimensões e Metacrítérios de Desempenho da forma urbana - Kevin Lynch (Fonte: Falcoski, 1997).

Nessa mesma linha, na tentativa de estabelecer critérios ou dimensões de análise para o estudo do espaço urbano, Falcoski (1997) elabora um quadro-síntese (Fig. 8) dos estudos desenvolvidos por um grupo de pesquisadores voltados a investigação da cidade enquanto espaço tridimensional.

Esse quadro síntese baseia-se no referencial teórico do estudo da percepção espacial. Cada dimensão conduz a maneira que o espaço responde a expectativa do indivíduo àquele aspecto. Em outras palavras, em cada dimensão verifica-se a percepção que o indivíduo apreende do espaço a respeito de cada aspecto.



Figura 8: Dimensões e Subdimensões de Desempenho do Espaço Construído. Moldura conceitual (Fonte: Falcoski, 1997).

Através desse tipo de análise pode-se executar ações que atendam a expectativa da sociedade e construir um espaço no qual se tenha satisfação de viver. Esta avaliação desenvolve-se através da forma urbana, basicamente.

A morfologia urbana é composta por elementos que devem ser analisados individualmente, porém, integrantes de um todo. Os elementos morfológicos estabelecidos por Lamas (2004) são os seguintes:

- o solo – o pavimento: é a partir do território e da sua topografia que se desenha ou constrói a cidade;
- os edifícios – o elemento mínimo: é através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com forma própria: a rua, a praça, o beco, a avenida...
- o lote – a parcela fundiária: a forma do lote é um condicionante da forma do edifício e, conseqüentemente, da forma da cidade;
- o quarteirão: o quarteirão é um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais;

- a fachada – o plano marginal: por via das regras modernas, a importância da fachada é eliminada pela diferente posição do edifício na estrutura urbana e o volume e a massa edificada vão absorver o esforço de comunicação estética entre o edifício e o espaço urbano, substituindo a métrica, ritmos e a estética das fachadas;
- o logradouro: constitui o espaço privado do lote não ocupado por construção, as traseiras, o espaço privado, separado do espaço público pelos contínuos edificados;
- o traçado / a rua: o traçado estabelece a relação mais direta de assentamento entre a cidade e o território. A rua e o traçado relacionam-se diretamente com a formação e crescimento da cidade de modo hierarquizado, em função da importância funcional da deslocação, do percurso e da mobilidade de bens, pessoas e idéias. É também de importância vital na orientação em qualquer cidade;
- a praça: a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. Atualmente, o recurso ao desenho de praças tem sido por vezes um logradouro, na medida em que o desenho do espaço não é acompanhado pela qualificação e significação funcional;
- o monumento: é um fato urbano singular, elemento morfológico individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado;
- a árvore e a vegetação: caracterizam a imagem da cidade; têm individualidade própria; desempenha funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços;
- o mobiliário urbano: constituído por elementos móveis que “mobíliam” a cidade: o banco, o chafariz, o cesto de lixo, a iluminária, a caixa do correio, a sinalização, etc., ou já com dimensão de construção, como o quiosque, o ponto de ônibus, e outros.

Destes elementos, estão sintetizados os elementos morfológicos do espaço público no quadro na Fig. 9. Sendo identificados, realiza-se o estudo da relação da sociedade com esses elementos e qual a influência, positiva ou negativa, de sua forma na qualidade de vida urbana.



Figura 9: Quadro síntese dos elementos morfológicos do espaço público (Elaboração: Lopes, 2008, a partir de Magagnin, 1999).

Qualidade do Espaço Público: identidade, segurança emocional e topofilia

o espaço dos lugares se constitui como expressão de identidade, do que sou, de onde vivo, do que serei e de como organizo minha vida em torno dele (CASTELLS, 1998, citado por SEGOVIA, 2005).

A percepção que o indivíduo tem de um espaço é o que lhe transmite uma noção de identidade, segurança emocional e topofilia, este último definido por Tuan (1980) como o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. À medida que o indivíduo adquire identidade e um elo afetivo com o espaço onde vive, ele passa a se apropriar dele.

Uma maior e melhor convivência social está vinculada estreitamente à demanda de apropriação cidadã e coletiva do espaço público. Uma alta qualidade de uso e de apropriação dos espaços públicos contribui para o fortalecimento do sentido de pertencimento

à sociedade e, assim, o espaço público pode ser um ator importante nos processos de integração social e de formação de identidade no contexto da sociedade urbana.

No entanto, se o espaço for produzido sem levar em conta a percepção daqueles que irão usufruir dele, considerando-se apenas aspectos estéticos e funcionais, a tendência é o afastamento da população desses espaços, que passa a utilizá-lo apenas como passagem de circulação, muitas vezes percebendo-o como algo hostil, numa inversão de função.

Segundo Segovia (2005), a qualidade do espaço público se pode medir, sobretudo, pela intensidade e a qualidade das relações sociais que promove, por sua capacidade de acolher e mesclar distintos grupos e comportamentos, e por sua capacidade de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração cultural.

A autora acrescenta que o espaço público é também o território onde se manifestam com mais força as crises da vida na cidade. Por isso, ele se torna um indicativo do nível de sociabilidade de uma população. Um espaço público degradado indica uma sociedade com pouco conceito de coletividade. A degradação não ocorre somente em sua condição física, mas também quanto ao seu uso, quando se perde a essência de sua função. Em algumas cidades desenvolvidas os espaços públicos estão em ótimo nível de conservação, no entanto, apresentam características que proporcionam um uso esvaziado de sua função. Diante disto, nota-se que a qualidade, a multiplicação e a acessibilidade dos espaços públicos definem em boa medida o progresso da cidadania.

A qualidade do espaço também se avalia segundo capacidades estabelecidas através de atributos morfológicos. Kohlsdorf (1996b) comenta a capacidade de se orientar, a orientabilidade, e a de ser identificado, a identificabilidade, como condições indispensáveis para que o habitante tenha segurança no espaço em que vive.

O deslocamento na cidade com origem e destino definidos, exige uma série de elementos marcantes no interior dos espaços públicos que possam ser associados e vistos em um sistema de orientação, ou seja, escolher o trajeto, não se perder e chegar ao destino pelo próprio deslocamento, aonde se deseja. Esse é o objetivo de uma cidade com orientabilidade.

Orientabilidade se resume, então, numa “capacidade dos lugares, em termos de possibilidade oferecida aos indivíduos, de se moverem nele e para fora dos mesmos, com uma finalidade consciente” (KOLSDORF, 1996b).

O conceito de identificabilidade pode ser abordado de duas maneiras distintas. Na primeira, os espaços diferenciam-se a partir de características distintas e sua identidade constrói-se sobre as diferenças entre seus atributos. Na segunda, os espaços assemelham-se a partir de tais características e a identidade seria a igualdade entre ambos. A tais possibilidades correspondem dois sentidos para o ato de identificar os lugares: reconhecimento de certa situação, por um aspecto ou propriedade; e assimilação destes quando pertencentes a outra situação (KOLSDORF, 1996b).

Um dos fenômenos da perda do espaço público é a fragmentação que se vive nas cidades, pois nelas se observa um conjunto de constelações descontínuas de fragmentos espaciais, uma espécie de mosaico, onde os diferentes espaços não se encontram (SEGOVIA, 2005).

Na avaliação da qualidade do sistema de espaços públicos devem ser considerados atributos que estão além da quantidade de áreas existentes na cidade, devendo-se considerar a organização sistêmica destes espaços.

O grau do nível de sociabilidade e integração dos espaços públicos de um bairro seria reflexo da sensação que o indivíduo tem com estes espaços, o que contribuiria a uma maior percepção de segurança e a auto-valorização da vida pessoal e social em um local

específico. Porém, isto tem que estar vinculado ao grau de identificação espacial que se tenha com o espaço público.

Nota-se que a percepção do espaço influi diretamente em sua utilização e, conseqüentemente, é um indicador da noção de cidadania da população. O conceito de cidadania é uma condição fundamental para desenvolvimento de uma cidade e uma sociedade. Pois, ao invés da população pressionar o poder público por algo que toma como seu, através da apropriação afetiva ou perceptual, simplesmente deixa de dar o valor devido, ficando para terceiros tomarem as providências. Então, cria-se um ciclo, no qual as possíveis melhorias assumem o risco de não serem perceptualmente aceitáveis à população, que continuará a rejeitá-lo e, assim, o processo se repete.

O espaço público do cotidiano de um indivíduo tem que deixar de ser um espaço indiferente para ser um lugar onde haja uma identificação. Tuan (1980) explica a diferença entre o conceito de espaço e lugar, pois muitas vezes eles se confundem. O espaço tem um sentido mais abstrato e é visto como uma extensão definida. Já o lugar é um espaço que adquire definição e significado para uma pessoa ou comunidade.

Nessa mesma linha de raciocínio, Castells citado por Segovia (2005) sustenta que o “espaço dos lugares se constitui como expressão de identidade, do que sou, de onde vivo, do que serei e de como organizo minha vida em torno dele. Isto mostra ainda mais a influência do meio ambiente sobre o indivíduo”.

Um espaço inclui muitos detalhes feitos pelo homem. A organização harmoniosa destes detalhes melhoraria a qualidade do espaço. Porém Lynch (1980b) comenta que só de tentar-se catalogar o mobiliário existente em uma zona, já se tem uma sensação de desordem e desarmonia: bancos, sinais, postes de iluminação, hidrantes, cestos de lixo, alambrados, parquímetros, bancas comerciais, e assim sucessivamente. É diferente ao sentimento evocado quando se menciona casas, árvores e água.

Jacobs (2000) diz que a ênfase nos detalhes é fundamental, pois a cidade é isso: “detalhes que se complementam e sustentam mutuamente”.

A partir do momento que o espaço se torna mais agradável perceptualmente ao indivíduo, este cria uma identificação com o lugar e passa a usá-lo de forma diferente, dando-lhe o valor e se auto-valorizando por poder usufruí-lo.

Público vs Privado: o predomínio da dimensão privada na sociedade atual

[o espaço público é] o lugar geográfico de realização da esfera pública, necessário à constituição e exercício da cidadania”
(ARENDET, 1981, citado por KONDOR, 2001).

A dimensão pública⁵ e a dimensão privada foram vividas de modo diferente no decorrer da história, refletindo nas relações sociais que se manifestaram concretamente no espaço de forma definidora. Segundo Sennett (1988), o “público” significa aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto que “privado” significa uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos.

⁵ Nas cidades antigas a vida social se dava no domínio público, lugar este onde acontecia o maior contato e a interação humana; faziam parte do domínio público aquela parte da trama urbana em que o público tinha acesso físico e visual. O espaço público começa-se a declinar no final da era de Augusto. A vida pública até então era muito prazerosa para os romanos, entretanto ela tornou-se sinônimo de “dever” ou obrigação formal, onde o cidadão passa a participar das cerimônias públicas com espírito passivo. Na Idade Medieval, há a construção de importantes espaços públicos que ainda hoje são visitados; eles representam um lugar onde aconteciam cerimônias religiosas, eventos governamentais e produções teatrais da época. A partir do século XVIII, a medida que ocorria o crescimento urbano das cidades, ampliavam-se os locais de contato público. Dessa época constam-se construções dos grandes parques urbanos, dos passeios públicos para pedestres, da abertura de *cafés* e bares. Desta época destacam-se também a abertura ao público do teatro e da ópera. O período renascentista foi marcado pela construção de espaços monumentais tanto na forma quanto na escala. No Barroco, as praças tinham a característica de envolver espaços cívicos e religiosos, como é o caso das praças de São Pedro e Navona em Roma. No século XIX, era do capitalismo industrial, a vida social se passava no domínio público, parte esta elegida por todos como sendo a mais importante nas cidades, pois era o lugar onde aconteciam o contato e a interação humana. No século passado, com o advento da modernização sócio-produtiva, há uma alteração na forma de utilização do espaço público, reflexo este decorrente da vida urbana, com conseqüente interiorização das relações humanas; o que antes se passavam nas praças, agora se refugiam-se no interior das residências (SENNETT, 1988, e MAGAGNIN, 1999).

O mesmo autor mostra que o declínio do espaço público da rua deve-se à importância dada ao automóvel. Antes a rua representava espaço de convívio humano e com o advento do automóvel ela passa a ser simples ponto de passagem entre a origem e o destino. O automóvel é sinônimo de locomoção e não de um meio para se ver a cidade.

Para Arendt, citado por Kondor (2001), é na esfera pública que uma pessoa pode sobressair-se e distinguir-se das demais. Desta forma, o espaço público deve ser visto como “o lugar geográfico de realização da esfera pública, necessário à constituição e exercício da cidadania”. Comentando sobre a transformação de cultura ou ideologia, a autora explica que a esfera social enfatiza o progresso da humanidade ao invés das realizações dos homens, de forma que altera o conteúdo da esfera pública a ponto de desfigurá-lo, transferindo-o para a esfera do íntimo e do privado.

Saldanha (1993) explica que o espaço privado tem um sentido de reduto, enquanto que o espaço público se apresenta como obra de um viver social e do estender-se das relações que perfazem esse viver, e que se desdobram em termos de produção econômica, ordem política e criação cultural.

Percebe-se hoje a transferência na sociedade da importância do espaço público como palco onde se exerce cidadania, passando a dar prioridade ao espaço privado e individual onde não há convívio social e desenvolvimento de sociabilidade. O alargamento da esfera privada está conduzindo ao declínio do homem público, à instabilidade do mundo público, razão pela qual as transformações materiais não levam à percepção do caos total (SENNET, 1988).

“A delimitação de espaços coletivos pode ser vista como uma restrição e uma exclusão, como um fim de um direito costumeiro” (PERROT, citado por KONDOR, 2001). Esta é a causadora nas metrópoles atuais, da criação de *shoppings centers*, condomínios

fechados e parques de diversão interditados aos cidadãos de menor poder aquisitivo, que acabam segregados socialmente.

No Brasil, o desdém pelo espaço público não se iniciou recentemente. Saldanha (1993) nos mostra que no período colonial já não havia respeito ao que não fosse específico recinto da casa de moradia e suas adjacências imediatas. Isto tanto acontecia que, no plano da higiene, o lixo era jogado à rua ou ao rio sem nenhuma preocupação e sem nenhum respeito ao que fosse público, comunal, de todos. A história mostra um povo brasileiro que sempre teve como constância a violência privada, sob diversas formas tais como: crimes de fim-de-semana, assassinatos, rixas, facilidade do uso de armas, trânsito violento; e que, entretanto, não tem o hábito da violência pública.

Ferrara (1996) comenta que o processo no qual a produção isolada no contexto do espaço público urbano, seu abandono e falta de sentido, estimulam a ação igualmente desobrigada por parte da população a seu respeito. Como consequência, torna-se comum a noção de que os latões de lixo que preservam a habitação podem ser despejados no espaço vago mais próximo ou na própria esquina da rua, independentemente da vizinhança.

O espaço é público e pública deve ser a responsabilidade de sua produção e manutenção. No entanto, o indivíduo simplesmente desincumbe-se de sua parcela de participação na condução das características ambientais do seu lugar urbano. Ou seja, “o espaço público não é percebido como coletivo, como o lugar de práticas associativas e o indivíduo não se enxerga como cidadão” (FERRARA, 1996).

O declínio da vida pública anuncia um momento crucial da cidade, onde a imagem urbana encontra-se cada vez mais vulnerável e descaracterizada como espaço coletivo, onde se observa o ser humano, com sua individualidade exacerbada, se distanciando de seu contexto social.

A resposta a esta questão da individualização, do isolamento e da fragmentação que se opõe à própria idéia de cidade, que é coletiva por definição, reflete a própria questão da reordenação do espaço público, a qual revela um grande desafio social.



Figura 10: Participação popular no planejamento urbano. Elaboração: Davi E. Lopes a partir de Santo André (2006).

O desafio de fundo para as administrações democráticas e populares diz respeito à necessidade de inverter a relação subordinada entre sociedade e o Estado. Trata-se de alterar o próprio modo de legitimação do poder público, baseando-se em uma cultura política não elitista, a “cultura política dos direitos” (SANTO ANDRÉ, 1992).

O planejamento das cidades envolve aspectos técnicos nos quais profissionais da área se dedicam em buscar soluções inovadoras reclamadas pelo complexo processo de produção e operacionalização da cidade. No entanto, o aspecto técnico nem sempre é o principal peso da balança na tomada de decisão. O fator político, sem dúvida, supera todos os outros aspectos para definição do planejamento e sua implementação.

O sistema democrático⁶ adotado permite a sociedade eleger seus representantes no legislativo e executivo, poderes que estabelecem diretrizes para o planejamento da cidade e

⁶ “A democracia se reduz a um regime político eficaz, baseado na idéia da cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais. Essa concepção da democracia enfatiza a idéia de

que o executam também. É sabido que as pressões de setores da sociedade, predominantemente o setor econômico, influenciam o Estado a atenderem seus interesses, deixando a maioria da população à própria sorte.

A democracia representativa reserva o direito a participação apenas no processo eleitoral. O surgimento nas últimas décadas do século passado de movimentos sociais, exigindo participação na condução do planejamento e das ações no decorrer do governo, buscou preencher a lacuna existente.

A nova cultura desenvolveu-se a partir de 1970, associada aos movimentos sociais que empunharam a bandeira dos direitos de cidadania. Não por acaso, a partir desse período, surgiram no cenário político brasileiro, administrações democráticas e populares de diferentes vinculações partidárias, que desenvolveram uma reflexão e uma prática política comprometida com um projeto alternativo de sociedade, caracterizando a democracia participativa⁷.

Em decorrência desses movimentos, em 1988, a Constituição Federal abriu espaço a participação popular já em seu primeiro artigo: “todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”; foram incorporados canais de participação na administração pública, tais como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares, os conselhos entre outros (CARVALHO, 2007). Através destes instrumentos a sociedade passa a fazer parte da administração pública, exercendo pressões para atender os interesses públicos em contraposição aos setores sempre privilegiados. Se não se pode ainda falar numa administração imparcial, a participação ao menos traz certo equilíbrio de pressões.

representação, ora entendida como delegação de poderes, ora como “governo de poucos sobre muitos”, no dizer de Stuart Mill” (CHAUÍ, 2005).

⁷ A articulação entre democracia representativa com novos canais de participação direta tem gestado uma nova concepção de democracia, alargando-a, aprofundando-a. Tem construído uma concepção de democracia participativa capaz de ampliar a democracia através de uma efetiva partilha do poder de gestão da sociedade. (CARVALHO, 2007).

Obviamente, alguns segmentos da sociedade, por falta de organização, capacitação, tempo etc., permanecem sem serem ouvidos pelos representantes que elegeram.

Bava (2005) complementa dizendo que

cometemos um erro de interpretação, se podemos chamar assim. Ignoramos que esses espaços têm uma dimensão de disputa. Acreditamos que fortalecendo esses espaços de participação, esses novos espaços públicos, já estaríamos contribuindo para a democratização das políticas e universalização dos direitos. Digo que cometemos um erro porque, sendo espaço de disputa, é preciso ter cacife para entrar no jogo e fazer a disputa. Deixamos para segundo plano o fortalecimento das entidades, dos movimentos, das formas de representação junto aos bairros, às comunidades, para que aquele conselheiro lá presente tivesse capacidade de mobilização que o “empoderasse” naquele espaço de disputa.

O desenvolvimento do processo participativo é contínuo e seu aperfeiçoamento ocorre constantemente, partindo das experiências executadas, buscando uma participação cada vez mais abrangente e eficaz.

Neste contexto, o planejamento urbano sofreu alterações no final do século passado. Em oposição ao urbanismo modernista surgiu, como alternativa, o movimento pós-moderno que incorporou no seu discurso o plano estratégico⁸.

⁸ O termo estratégia originou-se no âmbito militar americano, sendo definido como a “arte de conduzir um exército até a presença do inimigo e dirigir as operações para lograr o objetivo desejado” (FERNÁNDEZ GÜELL, 1997). Ou seja, falar em estratégia é decidir um método de raciocínio que permita hierarquizar e classificar ações para escolher os procedimentos mais eficazes direcionados a reduzir ou eliminar a contraposição ou os antagonismos. Ao final da Segunda Guerra Mundial, as empresas americanas adotaram pressupostos militares em seu planejamento e gestão, reorganizando-se para o movimento na guerra de mercado. A ênfase passou a realização de projeções e compreensão profunda a cerca do mercado. No início da década de 1990, Fernández Güell (1997) explica que se desenvolveu o chamado planejamento estratégico criativo e participativo, no qual busca-se novas estratégias que transformem radicalmente o enfoque do negócio e persegue-se a participação de todos os níveis da empresa na elaboração da estratégia corporativa. Além disso, consolidaram algumas ações provenientes de conceitos como estratégia competitiva e marketing estratégico. Como o planejamento da cidade tem que considerar todas as variáveis inerentes a produção espacial e formação dos componentes sócio-econômicos, tais como as mudanças geopolíticas, econômicas, sociais, tecnológicas e administrativas, o conceito de planejamento estratégico passou a ser absorvido pelo planejador urbano a partir da década de 1970.

As mudanças do enfoque no planejamento urbano podem ser resumidas, conforme Fernández Güell (1997), da seguinte forma: descentralização das competências urbanísticas; entrada incisiva dos agentes de desenvolvimento econômico nas decisões urbanísticas; crescente peso dos movimentos sociais no urbanismo; agravamento da componente da rivalidade entre cidades; incorporação de inovações tecnológicas da gestão urbanística; e maior exigência de transparência.

Um importante princípio que o planejamento estratégico traz é a participação de todos os envolvidos, cujas características, segundo Borja e Castells (1997), são:

- participação em todas as etapas do planejamento, desde o diagnóstico até os projetos finais;
- inclusão dos agentes públicos e privados;
- incorporação na estrutura do planejamento participativo da parte da população que tem baixo nível de organização e de visibilidade social.
- informações aos cidadãos sobre o planejamento urbano e o *marketing* dos projetos;
- construção das atuações estratégicas entre os agentes responsáveis pela sua realização, como entre os que devem impulsionar o seu prosseguimento, assim como o consenso social entre os mesmos, constituindo os elementos essenciais no processo de participação.

Segundo Fernández Güell (1997), um ponto importante do início do planejamento estratégico é identificar exatamente aqueles que têm poder e influência na comunidade para ser incorporados ao processo de planejamento. Tendo identificado estes agentes chaves, é necessário divulgar as idéias e projetos de forma clara, para se chegar a um consenso sobre as diretrizes adotadas para o planejamento. No entanto, deve-se assegurar o apoio e compromisso dos agentes sociais na realização do plano para garantir a implementação do que foi acordado.

Segundo Teodózio (2003), nas Agenda 21 e Habitat, assim como nas propostas do Fórum Social Mundial e nas diretrizes e instrumentos do Estatuto da Cidade, existe um apontamento para a importância do processo participativo na gestão das cidades. A Agenda 21 Brasileira apresenta a democracia participativa com foco na ação local e na gestão urbana, fortalecendo a sociedade civil e os canais de participação, incentivando e dando suporte à ação comunitária. Já a Agenda Habitat Brasileira indica o Plano de Ação com Participação dos Atores Chaves e o orçamento participativo. Na mesma direção, o Estatuto da Cidade aponta os conselhos de política urbana, a conferência da cidade, o orçamento participativo, as audiências públicas e a iniciativa popular de projeto de lei, enquanto que o Fórum Social Mundial, apresenta, entre outras propostas já mencionadas, o multiculturalismo.

A institucionalização e normatização da participação no planejamento das cidades é um passo importante do Estado para transformar a participação popular não em uma política de governo, mas numa política de Estado. Assim, independente da filiação partidária e ideológica do administrador público, os canais de participação permanecerão a disposição da sociedade.

Nesse sentido, o Estatuto da Cidade traz grandes avanços, pois prevê no 2º artigo, inciso II, a

gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Os principais instrumentos participativos normatizados são:

- conselho das cidades: é uma composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade; tem independência dos órgãos governamentais para o exercício de suas atribuições; tem competência para formular uma política pública,

coordenar as ações e fiscalizar a execução dessa política; pode fazer gestão de Fundos Públicos destinados para uma política setorial (SAULE JUNIOR, 2007). O enraizamento dos conselhos nas lutas populares e democráticas lhes dá uma qualidade especial enquanto uma das formas de participação mais permanente, que resistem às mudanças e aos diferentes graus de abertura dos governos à participação social (CARVALHO, 2007).

- audiências públicas: tem como fundamentos o princípio constitucional da publicidade e os direitos do cidadão à informação e de participação das discussões políticas para a tomada de decisão (SAULE JUNIOR, 2007).
- iniciativa popular: é o meio pelo qual o povo pode apresentar diretamente ao Legislativo, projetos de lei subscritos por um número mínimo de cidadãos. Este instrumento pode ser aplicado na esfera federal, estadual e municipal. Pode ser utilizada na esfera municipal para apresentação de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através da manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado, nos termos do artigo 29, inciso XIII da Constituição. Coube as Leis Orgânicas a função de regulamentar o processo legislativo da iniciativa popular, como o direito de apresentar emendas a Lei Orgânica, direito de defesa dos signatários do projeto de lei na Câmara Municipal, prazo de tramitação e votação (SAULE JUNIOR, 2007). O Estatuto da Cidade menciona não somente a iniciativa popular de projeto de lei, mas também de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- orçamento participativo: consiste na inclusão da participação popular na elaboração do Orçamento Municipal a ser executado no ano seguinte, responsabilidade esta do executivo municipal, através de um amplo debate que acontece ao longo do ano. Nesses encontros são definidos valores de receita e despesa onde serão feitos os

investimentos, quais as prioridades e quais as obras e ações a serem desenvolvidas pelo Governo (WAISELFISZ et al, 2004).

Além desses canais de participação, existem também os canais não institucionalizados, por exemplo: os movimentos reivindicativos de alguma causa como o Movimento dos Sem Teto; as organizações não governamentais, também chamado de terceiro setor; e os fóruns de debates.

A participação popular na administração pública nos últimos anos, principalmente na elaboração de planos diretores municipais, massivamente caracterizados na sua maioria como plano diretores participativos, teve grandes avanços no nível do planejamento. No entanto, é necessário dar continuidade ao processo participativo no processo de implementação e acompanhamento dos planos elaborados, senão todo o processo pode regredir ao descrédito.

A participação da sociedade brasileira no planejamento das cidades já ultrapassou algumas importantes barreiras, porém as que estão adiante ainda são fundamentais para que realmente se alcance uma gestão urbana participativa consistente, onde haja o mesmo espaço para todos os segmentos e onde todos tenham a mesma atenção.

Participação Popular: obstáculos e caminhos

Participar politicamente significa, fundamentalmente, tomar parte nas decisões sobre políticas públicas. Consiste em formar opinião sobre uma decisão do Estado; em expressar, pública e livremente, essa opinião; e em vê-la levada em consideração.

Trata-se de uma meta ainda a ser atingida, pois nenhuma sociedade possibilitou, até hoje, a plena participação política de todos os seus cidadãos (SAMPAIO, 2005).

A participação popular se insere no conteúdo de direitos no desenvolvimento da cidadania⁹. No que se refere aos direitos políticos, o cidadão tem o direito de participar no exercício do poder político.

O termo participação popular deve ser entendido como a participação de toda a sociedade e não das classes populares, de menor renda.

Para Benevides (1994), citada por Mortatti (2006), a concepção de cidadania ativa¹⁰ se dá na participação direta dos cidadãos. Essa participação popular ocorre na vivência política, na qual se aprende a participar e exercer sua cidadania participando. Também entende a participação popular como a “escola da cidadania” e, para que isso ocorra, é necessário garantir canais abertos de participação, que ajudarão na formação de novos sujeitos políticos.

Nesse sentido, a participação popular se torna o fundamento e a base da cidadania. Para que isso aconteça é necessária a criação de espaços públicos para que a soberania popular não esteja restrita apenas ao processo eleitoral, mas que tenha a possibilidade de criação, transformação e controle do poder, ou dos poderes (BENEVIDES, 2003, citado por MORTATTI, 2006).

Em se tratando deste tema, Cortella (2002) faz questão de derrubar mitos que impedem a discussão e prática profunda da cidadania e da participação. O primeiro mito é o que muitos falam quando o assunto entra em foco: o “resgate da cidadania”. Entretanto, para haver o resgate de alguma coisa é necessário que ela tenha existido no passado, o que é falso

⁹ O desenvolvimento da cidadania pode ser dividida em três fases distintas da história: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Os direitos civis, criados no século XVIII, são aqueles baseados na liberdade, no direito a propriedade e à igualdade perante a lei. Já os direitos políticos, que surgem no século XIX, eram constituídos do direito de participar no exercício do poder político. Mas somente no século XX, é que os direitos políticos atingem a cidadania com o direito do voto a todos os cidadãos. O direito social aparece no século XX como forma de diminuir a carência das camadas empobrecidas. Este foi estabelecido num momento em que se estabelecia o Estado de bem estar social na Europa Ocidental. O direito social engloba o direito ao trabalho e do trabalhador, o direito a seguridade social e o direito à educação (MARCHALL, citado por MORTATTI, 2006)

¹⁰ Cidadania não é só sinônimo de democracia, por isso Benevides (1994) passa a chamar de cidadania ativa aquela que representa a cidadania democrática no que diz respeito a soberania popular (MORTATTI, 2006).

na caso da cidadania brasileira. Na realidade, ao invés de buscar o “resgate da cidadania”, tem-se que buscar a “construção da cidadania”. Este é o desafio da sociedade brasileira, o de criar bases e pilares sólidos na construção da cidadania.

O segundo mito é a distinção feita entre cidadania e política, quando na verdade não há oposição entre os termos. A palavra política, cuja origem é grega, refere-se a cidade; a palavra cidadania, cuja origem é o latim, também refere-se a cidade. Ambas possuem o mesmo sentido na ação de uma pessoa ou sociedade. O ato de fazer política é exercer o direito de participar, portanto é cidadania; e o ato de exercer a cidadania inclui defender os interesses coletivos ou públicos e isso é política.

O terceiro mito é o falecimento da esperança. Com frases feitas, tais como: “no final tudo acaba em *pizza*”, “aqui é assim” e “não tem jeito mesmo” as pessoas se acomodam e não exercem a cidadania. Para estes, “liberdade, igualdade e fraternidade” são termos do passado não aplicáveis hoje; assim, resta “esperar para ver o que vai dar”. Porém, ao invés de esperar deve-se esperar, isto é, ter ações em direção ao alvo. A desconstrução desse mito leva a ações de cidadania sob a certeza de uma mudança gradual.

O último mito refere-se a questão de qualidade e quantidade. Os dois termos são indissociáveis, pois não é possível obter, por exemplo, a qualidade do serviço de transporte público se não houver a quantidade total atendida. A qualidade sem quantidade total atendida é apenas privilégio.

Uma forma de avaliar o alcance da cidadania popular é verificando a sua capacidade e força para desfazer privilégios, seja porque os tornam interesses coletivos, seja porque os faz perder a legitimidade diante dos direitos e, também, quando tem força para fazer carências passarem à condição de interesses comuns e, destes, à direitos universais (CHAUÍ, 2005).

A participação popular traz às administrações públicas a legitimação do poder, pois passa a ser reconhecida pela sociedade por passar a se sentir participante das decisões. Há, então, uma partilha do poder entre poder público e sociedade.

A co-gestão, como pode ser chamada a administração pública compartilhada entre poder público e sociedade, pode ser formal ou informal. A participação institucionalizada é considerada participação formal, enquanto que movimentos sociais não institucionalizados, como o Movimento dos Sem Teto, são considerados participação informal. Além dessa caracterização da participação popular, Costa (2005) cita algumas outras possíveis: a individual ou coletiva, a ativa ou passiva, a eventual ou organizada, ou ainda a orientada para uma “conscientização” ou para a organização em defesa ou luta por direitos entendidos como justos.

Segundo Villaça (2005), tendo como base estudos realizados na cidade de São Paulo, os instrumentos que promovem a participação em Plano Diretores representaram um aprimoramento democrático no debate público de leis importantes. No entanto, esse avanço ficou restrito a uma parcela pequena da população e a uma parcela restrita da cidade, levando a conclusão inevitável de que eles estão ainda muito longe de serem democráticos, já que não conseguiram atrair o interesse da maioria.

Nota-se uma gama de instrumentos na qual é necessária a participação ativa do indivíduo. Neste caso o indivíduo possui um nível de consciência sobre a cidade acima da média. Não necessariamente corresponde à população mais intelectualizada, mas àqueles que, por algum motivo, se direcionaram aos problemas urbanos. O conhecimento intelectual é importante no processo de planejamento, porém não se pode desmerecer o conhecimento popular, pois nele há experiências cidadinas das quais, muitas vezes, os planejadores não conhecem.

No entanto, a proporção da população que tem de alguma forma participado no processo de planejamento ainda é pequena, mesmo havendo representantes de diversos setores da sociedade. Poder-se-ia argumentar que aqueles que não têm se interessado em participar e não têm procurado os meios para isto, quando estes estão disponíveis, não teriam nada a acrescentar por não estarem preocupados com a questão urbana. Mesmo que não existissem diversas justificativas para a ausência de algumas partes da sociedade, os gestores públicos são obrigados a considerar suas necessidades, desejos e idéias, pois estes também são os cidadãos para quem trabalham.

Segundo Arroyo, citado por Mortatti (2006), o vínculo estabelecido entre educação e cidadania como sendo uma condição para a participação política age como justificativa para a exclusão da cidadania.

Essa relação entre educação e cidadania, existe “no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão” (ARROYO, 2003, citado por MORTATTI, 2006).

Villaça (2005) aponta que as classes dominadas, a maioria, nunca participaram. Assim, quando se exalta a participação na elaboração de Planos Diretores, refere-se a maioria dominada, porque a minoria dominante sempre participou, mesmo que não de forma ostensiva. O autor acrescenta afirmando que

num país desigual como o Brasil, com uma abismal diferença de poder político entre as classes sociais, conseguir uma participação popular democrática – que pressuporia igualdade – é difícil. Essa é a principal razão da “Ilusão da Participação Popular”. Assim, os debates públicos seriam apenas a ponta de um iceberg, ou seja, aquilo que não aparece é muito maior do que a parte que aparece (VILLAÇA, 2005).

Diante disto, é preciso mais instrumentos que possam alcançar aqueles que não participam do processo de planejamento diretamente, incrementando o processo participativo.

Para que a participação seja realmente efetiva, Chauí (2005) aponta duas séries de obstáculos à democracia social no Brasil a serem ultrapassadas: aquela decorrente da estrutura autoritária da sociedade brasileira, que bloqueia a participação e a criação de direitos; e aquela decorrente das novas ideologias que reforçam a despolitização provocada, de um lado, pela fragmentação e dispersão das classes populares (sob os efeitos da economia neoliberal sobre a divisão e organização sociais do trabalho) e, de outro, pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado pela ideologia e sistema dominante¹¹.

Chauí (2005) diz que nas décadas de 70 e 80 do século passado, no Brasil, teve o surgimento de um sujeito político novo, o sujeito coletivo dos movimentos sociais e populares; já na década seguinte, de 1990, com a implantação do modelo neoliberal, foram retirados todos os suportes dos movimentos (desde a identidade, definida pela economia, até a ação, definida pelos direitos) e, em seu lugar, tem-se visto o surgimento das ONGs.

A pergunta que deixamos aqui é: as ONGs são a retomada dos movimentos sociais em novos termos, em consonância com as novas condições históricas, ou são a substituição dos movimentos e, tornando-se interlocutoras exclusivas do poder público e canalizadoras exclusivas dos fundos públicos, estão comprometidas com a despolitização

¹¹ Incrementando essa discussão, Oliveira (2005) diz que “a ameaça à democracia no Brasil provém do núcleo mais duro do capitalismo globalizado com sua incoercível tendência a avassalar o Estado, a dilapidar as relações entre as classes, a tornar intransponível a desigualdade, retirando o terreno comum de interesses e aspirações capaz de construir a comunicação e o consenso pelo dissenso; no passado, muitas das crises e das impossibilidades da democracia no Brasil deveu-se à disputa de sentido e da hegemonia sobre o projeto nacional. Agora, as burguesias abandonaram a utopia de uma nação e, portanto, já não disputam nada com as classes dominadas: apenas deixam à incapacidade do Estado exercer o último de seus atributos, o poder de polícia, mesmo este fortemente abalado pela crise financeira do Estado, entre Rocinhas e Casas de Custódia. Parte importante das classes dominadas, sobretudo o operariado assalariado, devastado pelo desemprego e pela reestruturação produtiva, deixou apagar-se o fogo que roubou nas décadas da ditadura: agora contenta-se com diretorias de estatais e de fundos de pensão; o imenso exército “informal” não contesta as classes dominantes: trabalha na aparência de que seus adversários são os consumidores. Com o abandono da política pelas classes dominantes, os dominados são, paradoxalmente, enclausurados no âmbito da política institucional, dos partidos, e aprendem os malabarismos recorrentes da dominação”.

contemporânea? São um obstáculo real à participação e à democracia? (CHAUI, 2005).

Contudo, Costa (2005) acredita que não basta apenas a criação e a implantação de mecanismos de participação para que a mesma se mostre eficaz e venha trazer consigo mudanças significativas na condução dos rumos da cidade. É preciso que haja um comprometimento expresso do poder público em fazer valer as “regras do jogo”. Sem isso, o processo participativo não vai além de um grande “ritual” de consulta, diferentemente do pressuposto de maior abertura do processo de deliberação e tomada de decisões por parte dos cidadãos.



Figura 11: Maquete de intervenção urbana. Elaboração: Davi E. Lopes a partir de Nádia Somekh (2006).

Para estudar um instrumento participativo de planejamento urbano deve-se avaliar se os subsídios fornecidos são relevantes, o grau de participação da sociedade e as condições de sua implementação e funcionamento.

Para discutir a inclusão da percepção espacial no processo participativo de planejamento, primeiramente apresenta-se três experiências que se utilizam de estratégias do estudo da percepção espacial, aplicadas em três localidades: Região Metropolitana de Vitória - no Espírito Santo - Santo André e Araraquara - em São Paulo.

Cada experiência apresenta estratégias distintas, que enriquece a análise deste capítulo e evidencia as virtudes e limites do uso da percepção espacial como instrumento participativo, ainda que essas experiências englobem poucos exemplos diante das possibilidades existentes.

Buscou-se experiências em cidades brasileiras com alguma participação do poder público. No caso de Santo André a experiência teve como autor o governo municipal, em Araraquara a administração municipal encomendou a pesquisa junto a outra instituição, enquanto que no caso da Região Metropolitana de Vitória a autoria é de uma instituição acadêmica, porém, nos objetivos do projeto está prevista a parceria com a administração municipal para compartilhamento de informações resultantes da experiência.

Experiência da Região Metropolitana de Vitória – ES: Percepção de diferentes segmentos sócio-econômicos da sociedade frente à problemática do uso racional da água.

Informações Gerais

A Faculdade Brasileira – UNIVIX, Vitória / ES, criou um programa de extensão na área ambiental em 2002, chamado NEPA – Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental. Atualmente congrega os cursos de Engenharia de Produção Civil, Psicologia, Direito, Administração, Engenharia Elétrica e Enfermagem. O foco do NEPA é a avaliação da percepção ambiental como instrumento de gestão, atuando sobre segmentos formadores de opinião.

A aplicação do NEPA selecionada é referente à problemática dos recursos hídricos, desenvolvida por Fernandes et al (2004). Foi desenvolvido um programa de atuação em bairros da Região Metropolitana de Vitória (RMV) voltado ao diagnóstico da percepção da sociedade frente a temática do uso racional da água.

Objetivos

Avaliar a percepção da sociedade através dos segmentos sócio-econômicos e atuar sobre eles de forma a motivar e consolidar mudanças consistentes de comportamento (individuais e coletivas). Através do conhecimento do perfil da percepção de cada segmento sócio-econômico analisado, disponibilizar as informações aos que produzem campanhas educativas (rádio, jornal e TV), para que levem em consideração tais perfis. Busca-se também influenciar o poder público quanto à necessidade de desenvolver linhas especiais de financiamento para a implantação de ações voltadas a temática.

Estratégia Metodológica

Foram selecionados três bairros representando os segmentos sócio-econômicos desejados: Mata da Praia, classe média alta; Jardim Camburi, classe média; e Goiabeiras, classe média baixa.

Adotou-se um questionário especificamente desenvolvido para a pesquisa com vinte e uma perguntas com respostas fechadas. O questionário utilizado (ver anexo B) foi elaborado buscando obter a percepção ambiental em cinco áreas básicas:

- disponibilidade de água no mundo e o consumo de cada um dos segmentos sócio-econômicos (3 questões);
- fontes de abastecimento atuais, novas alternativas e qualidade da água;
- consumo de água da sociedade em diferentes atividades diárias e desperdício;
- consumo e custo individual de água;
- formas objetivas para o encaminhamento da problemática do uso racional dos recursos hídricos junto a sociedade.

O questionário foi aplicado utilizando-se alunos residentes dos próprios bairros em conjunto com síndicos ou líderes comunitários, devidamente treinados para esse trabalho.

A definição da amostra para aplicação do questionário seguiu padrões probabilísticos, sendo o tamanho da amostra de 267 entrevistas em cada bairro, com margem de erro de 6% e intervalo de confiança de 95%.

Resultados

Os resultados dessa pesquisa provêm dos questionários preenchidos. A qualidade e riqueza da análise dos resultados da pesquisa estão estreitamente relacionadas à correlação e comparações realizadas entre os segmentos sócio-econômicos. Como exemplo, apresenta-se a seguir os resultados dos dois segmentos sócio-econômicos extremos:

Tabela 01: De que rio(s) vem à água que abastece a RMV– Região Metropolitana de Vitória?
(Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção	Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
	Acertaram		40%
Não souberam informar		24%	20%

Tabela 02: Quanto tempo estes rios tem condições de abastecer a RMV? (Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção (anos)	Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
	< 10		23%
> 30		26%	17%

Tabela 03: Consumo de água durante um banho de 15 minutos? (Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção (litros)	Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
	50		32%
100		35%	21,9%
150		16%	6,7%
200		10%	5,7%
> 200		5%	1%

Tabela 04: Consumo de água no ato de escovar os dentes? (Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção (litros)	Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
	<20		80%
40		15%	16,2%
80		5%	4,8%

Tabela 05: Perda de água decorrente de torneira gotejando? (Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Bairro \ Opção (litros/dia)	Mata da Praia	Goiabeiras
5	9%	16,2%
10	17%	18,1%
20	20%	13,3%
30	20%	23,8%
>40	30%	28,6%

Tabela 06: Qual segmento econômico consome mais água? (Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Bairro \ Opção	Mata da Praia	Goiabeiras
Comércio	2%	6,7%
Indústria	20%	28,6%
Agricultura	12%	25,7%
Abastecimento público	56%	28,6%
Não há diferença entre eles	8%	10,5%

Tabela 07: Contrariando o que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos, quem deveria ser isento do pagamento pelo uso da água? (Fonte: FERNANDES, 2004)

Bairro \ Opção	Mata da Praia	Goiabeiras
Comércio	3%	1,9%
Abastecimento público	24%	7,6%
Agricultura	32%	7,6%
Indústria	5%	1%
Todos deveriam pagar	36%	64,8%

Tabela 08: Desperdício médio de água no Brasil? (Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Bairro \ Opção (%)	Mata da Praia	Goiabeiras
20	1%	4,8%
30	4%	18,1%
40	18%	19%
≥40	77%	53,3%

Tabela 09: Você confia na qualidade da água que recebe via rede de abastecimento público?

(Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção \ Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
Sim	44%	31,4%
Não	39%	42,9%
Às vezes tenho dúvidas	17%	25,7%

Tabela 10: Após a pesquisa você aceitaria participar de uma reunião para analisar os resultados? (Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção \ Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
Não	5%	4,8%
Sim	65%	62,9%
Prefiro receber um resumo	30%	32,4%

Tabela 11: Como as instituições de ensino vêm tratando a problemática dos recursos hídricos?

(Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção \ Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
Todas	7%	31,4%
Poucas	38%	29,5%
Nenhuma	24%	16,2%
Não há determinação política	18%	5,7%
Não sei	12%	17,1%

Tabela 12: O governo vem tratando de forma efetiva a problemática dos recursos hídricos?

(Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção \ Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
Bem	4%	35,2%
Razoável	19%	27,6%
Precário	48%	18,1%
Não trata	24%	11,4%
Não sei	4%	7,6%

Tabela 13: Uma pesquisa como esta pode mudar seu comportamento quanto ao uso racional de água? (Fonte: FERNANDES et al, 2004)

Opção \ Bairro	Mata da Praia	Goiabeiras
	Sim	68%
Possivelmente	29%	26,7%
Não	3%	3,8%

Considerações Gerais

Os autores inferiram através dessa pesquisa que a sociedade tem consciência de praticar ações que redundem no uso racional da água, entretanto, na sua grande maioria, desconhece ou ignora as formas práticas de atender tal objetivo.

Segundo os autores a pesquisa mostra que o poder público precisa assumir seu papel de agente de conscientização da sociedade, definindo campanhas que levem em consideração a percepção diferenciada dos diversos segmentos sócio-econômicos. Alguns aspectos que motivam determinado segmento sócio-econômico em termos da adoção de uma política de uso racional da água podem não ser eficazes em outros. Este estudo fornece subsídios de como trabalhar campanhas para redução do desperdício d'água.

Por exemplo, certos segmentos precisam de um apelo econômico como principal motivação da conscientização, como a redução do valor do custo da água no orçamento familiar; enquanto em outros segmentos esse tipo de motivação não seria suficiente para mudança de comportamento.

Após a conclusão dos resultados foi realizada reunião com a população estudada, tendo agendado reuniões subseqüentes em ciclo de seis meses, visando um processo de conscientização, promoção da cidadania. Segundo os autores, “a aceitação do programa foi comprovada pelo número de moradores e convidados presentes às reuniões e, sobretudo, pelo nível das discussões observado nos debates” (FERNANDES et al, 2004).

Entretanto, na primeira reunião, após seis meses, foi notado um “esfriamento” da motivação dos moradores em relação a primeira reunião. Alguns moradores alegaram que não acreditaram no prosseguimento das reuniões. A situação melhorou na reunião seguinte. Porém, essas reuniões foram canceladas, pois a instituição que financiava a pesquisa suspendeu o apoio com o argumento de que necessitava atender outras solicitações.

Quanto a parceria com o poder público, a pesquisa ficou apenas nas advertências e solicitações, mas sem ações concretas decorrentes. Isto se deve, segundo o coordenador do projeto, a visão do político brasileiro que ainda é muito do “hoje”.

Os subsídios fornecidos pela pesquisa também foram passados a mídia, mas foi identificado que a mesma segue exatamente o que a empresa define em se tratando de campanhas solicitadas pela mesma. Assim, as empresas fazem campanhas à luz de seus interesses e não da necessidade real. Por exemplo, uma empresa pública ou privada de abastecimento de água só divulga sua campanha de uso racional de água no verão, pois é seu momento crítico de atendimento da demanda, deixando de ter o mesmo interesse em fazê-lo no restante do ano.

Academicamente, esta pesquisa mostrou o uso da percepção espacial como instrumento de avaliação e conscientização, utilizando-se da técnica de entrevista formal por meio de questionário com questões fechadas.

Análise da experiência

Em relação estratégia metodológica adotada, esta experiência evidencia as vantagens e desvantagens do uso do questionário para levantamento da percepção da população.

Mesmo se tratando de um assunto específico, a questão da problemática da água nas cidades, nota-se que a formulação das perguntas condiciona o resultado obtido. Este

condicionamento aumenta ainda mais quando se tem respostas fechadas, como é o caso. Estas constatações não inviabilizam o uso dessa metodologia, mas tem que ser consideradas na análise final da percepção apreendida.

Por outro lado, nessa metodologia a representatividade da amostra é obtida usando critérios estatísticos usuais. Não é necessária a disposição do morador em se deslocar e ir ao local determinado, pois o pesquisador se locomove aonde está o morador. Isto torna esta técnica menos dependente da disposição do morador, de seu senso social ou de cidadania. Isso não quer dizer que essas condições são dispensáveis, mas que não são necessárias como em outras metodologias, por exemplo, o caso de construção coletiva de mapa mental. Minimizam-se, assim, barreiras para a apreensão da percepção.

A desvantagem nesse fato é que essa metodologia pode não estimular a participação, dependendo de como é concebida. No caso apresentado, realizou-se uma tentativa de verificar através do questionário o senso de participação dos moradores e seu interesse em participar de programas propostos.

Com isso, foram feitas reuniões que mostrou o quanto alguns moradores foram estimulados a participar pela pesquisa realizada. Mesmo havendo as dificuldades de descrédito e financeiras, avalia-se que esse tipo de estratégia, a princípio irrelevante para o desenvolvimento do cidadão, pode estimular a participação em ações e conscientização sobre o tema abordado.

Em relação à participação popular, verifica-se as seguintes características:

- individual: inicialmente, pois a aplicação do questionário foi realizada por morador.
- coletiva: posteriormente, pois as reuniões realizadas após a avaliação dos resultados ocorreram com todos os moradores interessados.
- passiva: o morador foi abordado em casa e teve sua participação estimulada.

- organizada: embora a participação através do questionário seja eventual, pois ocorre quando se deseja avaliar uma situação, a continuação do processo se enquadra nesta categoria. As reuniões passam a ser realizadas semestralmente para avaliar as mudanças de comportamento dos moradores que seguem condições bem definidas.
- voltada a conscientização: esta participação visa a conscientização sobre a problemática do uso racional da água e a consequente mudança de comportamento.

Experiência de Santo André - SP: Oficinas de diagnóstico realizadas através da construção de Biomapas.

Informações Gerais

O município de Santo André integra a região industrial paulista mais conhecida como Grande ABC (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano). Por sua vez, o grande ABC está localizado na Região Metropolitana de São Paulo.

Santo André apresenta características contrastantes, pois é a área com maior concentração de riqueza e atividade econômica do Brasil, mas possui problemas de concentração de pobreza e degradação ambiental, principalmente os relacionados a água.

Cerca de 55% do território andreense (97km²) está inserido na Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings, que abastece atualmente 1,5 milhão de pessoas da Região Metropolitana de São Paulo. Essa área é denominada no Plano Diretor Municipal, Lei 8696/2004, de Macrozona de Proteção Ambiental.

A maioria dos assentamentos localizados nessa região é caracterizado por favelas e loteamentos irregulares, que sofrem grandes pressões por ocupação. Os assentamentos existentes são precários, sob o ponto de vista da unidade habitacional e também pela ausência de saneamento e degradação dos recursos naturais.

O processo de recuperação dessas áreas exige a participação dos residentes, realizando um trabalho de educação ambiental e criando mecanismos e instrumentos que elevem o senso de apropriação do espaço em que vivem para colaborar no planejamento e preservação. Um instrumento direcionado a essa finalidade é o biomapa.

O Biomapa é um mapa elaborado pelos moradores locais que indica diagnósticos, suas necessidades e desejos. É um instrumento participativo de planejamento,

cuja metodologia envolve os cidadãos para a tomada de decisão. Esta metodologia foi utilizada no Projeto GEPAM – Gerenciamento Participativo das Áreas de Manancias de Santo André, que foi desenvolvido através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santo André, mais especificamente por meio da Sub Prefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense (SPPA), e a Universidade da Columbia Britânica, Canadá.

Esta metodologia foi utilizada em bairros localizados em Área de Proteção de Mananciais da Represa Billings. Os bairros selecionados e apresentados neste trabalho compõem a Região R do orçamento participativo do município, que possui 6732 habitantes (1% da população total):

- Pq. Represa Billings II e III: são assentamentos em condições ambientalmente precárias e com pouca infra-estrutura urbana. A população estimada é de 2200 habitantes com renda média familiar em torno de 5 salários mínimos mensais. O padrão de ocupação se caracteriza por lotes de aproximadamente 300m², com 72% de residências térreas. A taxa de ocupação dos lotes, em sua maioria, é bastante elevada. A tipologia construtiva predominante é de casas em alvenaria sem reboco externo.
- Pq. América: é um loteamento com 3 milhões de m² dividido em três glebas. O bairro situa-se na divisa entre os municípios de Santo André e Rio Grande da Serra, o que causou disputa judicial para definição correta dos limites e ocupações irregulares, com condições ambientalmente precárias e com pouca infra-estrutura urbana, no decorrer do processo.
- Vila de Paranapiacaba: foi implantada em 1887 como uma vila ferroviária em estilo britânico, a única conservada no Brasil. A vila e seu entorno foram tombados pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) devido a presença de patrimônios

culturais e arquitetônicos, além do patrimônio ambiental, pois há a presença de remanescente de Mata Atlântica.

Objetivos

Traçar um diagnóstico para cada bairro, baseando-se em cada informação indicada pelos moradores participantes no biomapa. Com isso, estimula-se a participação dos moradores no processo de planejamento, valorizando suas experiências e sensibilizando-os a respeito de seu papel como ator social em todo o processo. Por fim, objetiva-se utilizar, conforme a lei vigente, os produtos de cada oficina como parâmetro para elaboração de futuros planos de gestão para cada região.

Estratégia Metodológica

O Biomapa pode ser implementado segundo três metodologias que variam segundo o grau de participação dos moradores: a participação consultiva, a participação cooperativa e a participação auto-dirigida. Na participação consultiva, os mapas são criados por especialistas e a comunidade apenas fornece informações sem participar da construção dos mapas. Já na participação cooperativa, os mapas são elaborados em conjunto pelos moradores e especialistas. Neste caso, o especialista apenas dirige e orienta o processo. No último caso, a participação auto-dirigida os mapas são criados inteiramente pela comunidade que toma as decisões sobre informações mais relevantes e aspectos a serem abordados. Os especialistas, nesta metodologia, são consultados apenas. Esta é a metodologia mais representativa, entretanto, pode não apresentar todas as informações desejadas pelos administradores públicos.

Em Santo André, adotou-se a participação cooperativa através de oficinas realizadas em cada bairro (Fig. 12). As oficinas consistiram em um levantamento de

informações sobre cada bairro. Os moradores foram convidados a expor o seu conhecimento segundo suas experiências cotidianas no bairro.



Figura 12: Moradores reunidos para construção do biomapa. Numa participação cooperativa, os moradores foram direcionados e assessorados por técnicos públicos (Fonte: SANTO ANDRÉ, 2006).

Nos bairros Pq. Represa II e III e no Pq. América foram identificadas a localização das residências dos participantes, as áreas de vegetação conservadas, os locais utilizados para lazer e os cursos d'água existentes, assim como a identificação da qualidade destes últimos. Na Vila de Paranapiacaba, também foram identificadas as casas dos moradores participantes e as áreas de vegetação. Porém, por causa das características peculiares da Vila e do seu entorno como patrimônio histórico e ambiental, também foram levantados os serviços prestados, os imóveis mais degradados e as prioridades de restauração.

Nas oficinas de cada bairro foram produzidos dois biomapas: um retratando a situação atual e o outro a visão de futuro; nestes estão apresentadas as informações levantadas em forma cartográfica seguindo uma simbologia estabelecida segundo os participantes.

Resultados

Os subsídios fornecidos pelo biomapa estão apresentados segundo cada bairro, conforme foram produzidos. Adotou-se a seguinte padronização para apresentação:

informação sobre a oficina e o bairro; em seguida, um quadro com os dados dos biomapas da situação atual e da aspiração futura; e, por fim, ilustração dos biomapas.

Pq. Represa Billings II

Data: 06/10/2004

Número de participantes: 08

Número de técnicos: 02

População estimada para o ano de 2006: 202 habitantes

Área do bairro: 0,24 km²

BIOMAPA 1 – Situação Atual	BIOMAPA 2 – Aspirações Futuras
<p>- Equipamentos de Lazer: são escassos. Os moradores acham que há mais opções na gleba 03. Na gleba 02 há opções distintas: para as crianças - quadras e praças construídas pela prefeitura; para os adultos – atividade de pesca e recreação na represa.</p> <p>- Curso d'água: em geral, a qualidade é ruim. As áreas próximas a represa são mais poluídas do que as distantes.</p>	<p>- Canalização de esgotos;</p> <p>- Construção de uma área de lazer para visitantes</p> <p>- Pavimentação de ruas;</p> <p>- Construção de uma área para os idosos jogarem malha;</p> <p>- Academia;</p> <p>- Pavimentação da Rua Mirassol e Jacobina;</p> <p>- Clube com piscina;</p> <p>- Sistema de esgoto na Rua Jacobina e Ibertioga;</p> <p>- Festa aos domingos;</p> <p>- Ampliação das praças (mais diversão para adultos e crianças);</p> <p>- Ampliação do Posto de Saúde;</p> <p>- Construção de uma creche.</p>

Figura 13: Quadro referente aos subsídios fornecidos pelos biomapas do Pq. Represa Billings II. Os moradores identificam que convivem em área com qualidade ambiental ruim. Já as aspirações futuras variam desde serviços públicos mínimos e obrigatórios a práticas locais de lazer (Fonte: SANTO ANDRÉ, 2006).



Figura 14: Biomapa do Pq. Represa Billings II – Visão futura. Um mapa no qual os moradores visualizaram em planta seu bairro e indicaram comentários, reivindicações e sugestões (Fonte: SANTO ANDRÉ. SPPA).

Pq. Represa Billings III

Data: 18/09/2004

Número de Participantes: 09

Número de técnicos: 03

População estimada para o ano de 2006: 1396 habitantes

Área do bairro: 1,35 km²

BIOMAPA 1 – Situação Atual	BIOMAPA 2 – Aspirações Futuras
<p>- Equipamento de lazer: são escassos e as opções existentes são voltados as crianças. Algumas pessoas utilizam a represa para atividades de pesca e recreação, situada fora dos limites do município.</p> <p>- Cursos d'água: em geral, a qualidade dos cursos d'água é ruim e há muitos córregos poluídos no bairro e muitos esgotos a céu aberto.</p>	<p>- Linha de ônibus do Pq. Andreense para Ribeirão Pires (com preço de passagem municipal);</p> <p>- Cooperativa de emprego para menores (oficina ou escola comunitária);</p> <p>- Construção de uma quadra na Rua Guaíba;</p> <p>- Construção de uma creche na Rua Mandaguari;</p> <p>- Construção de um poço artesiano junto as torres elétricas (próxima a rua araucária);</p> <p>- Construção de um Parque Infantil (próximo a Rua Porecatu);</p> <p>- Construção de um parquinho para as crianças próximo à estrada Velha do Mar;</p> <p>- Abrir uma saída (rua) na Rua Jacarezinho.</p>

Figura 15: Quadro referente aos subsídios fornecidos pelos biomapas do Pq. Represa Billings III. Os moradores identificaram duas situações negativas: a escassez de equipamentos de lazer e a qualidade ruim dos cursos d'água, porém, verifica-se desejos futuros referentes a primeira situação. Isto mostra talvez a falta de expectativa de melhoria ou ainda a falta de conhecimento de soluções (Fonte: SANTO ANDRÉ, 2004).

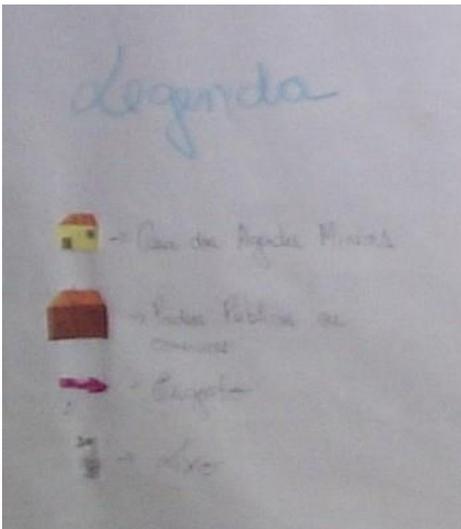


Figura 16: Biomapa do Pq. Represa Billings III – Situação Atual. Acima, detalhe da legenda. Os moradores pintaram o mapa cartográfico fornecido pelos técnicos, identificando áreas de vegetação, áreas residenciais e cursos d'água.. Através de colagens, indicaram pontos de lançamento de esgoto e de lixo (Fonte: SANTO ANDRÉ. SPPA).

Pq. América

Datas: 25/09 e 02/10/2004

Número de participantes: 15

Número de técnicos: 02

População estimada para o ano de 2006: 1480 habitantes

Área do bairro: 1,16 km²

BIOMAPA 1 – Situação Atual	BIOMAPA 2 – Aspirações Futuras
<p>- equipamentos de lazer: são escassos. Principais áreas utilizadas para lazer: represa, cachoeira, campo de futebol e balanço.</p> <p>- cursos d'água: há poucos, mas estão em sua maioria poluídos.</p>	<p>- Construção de uma área para andar de skate; - Posto de Saúde e pagamento de contas; - Escola; - Segurança; - Canalização dos córregos; - Iluminação das ruas; - Água e esgoto encanados; - CEP - Cooperativa de artesanato; - Limpeza dos rios.</p>

Figura 17: Quadro referente aos subsídios fornecidos pelos biomapas do Pq. América. Diante de cursos d'água poluídos os moradores reivindicam canalização dos córregos, deduzindo que assim o problema se resolveria. No entanto, também reivindicam o encanamento de esgoto e a limpeza de rios. Por que, então, a canalização do córrego? Ou há falta de conhecimento ou, pior do que isso, acreditam que a primeira reivindicação seja a mais fácil de ser alcançada por ser usualmente mais empregada.

(Fonte: SANTO ANDRÉ, 2004).

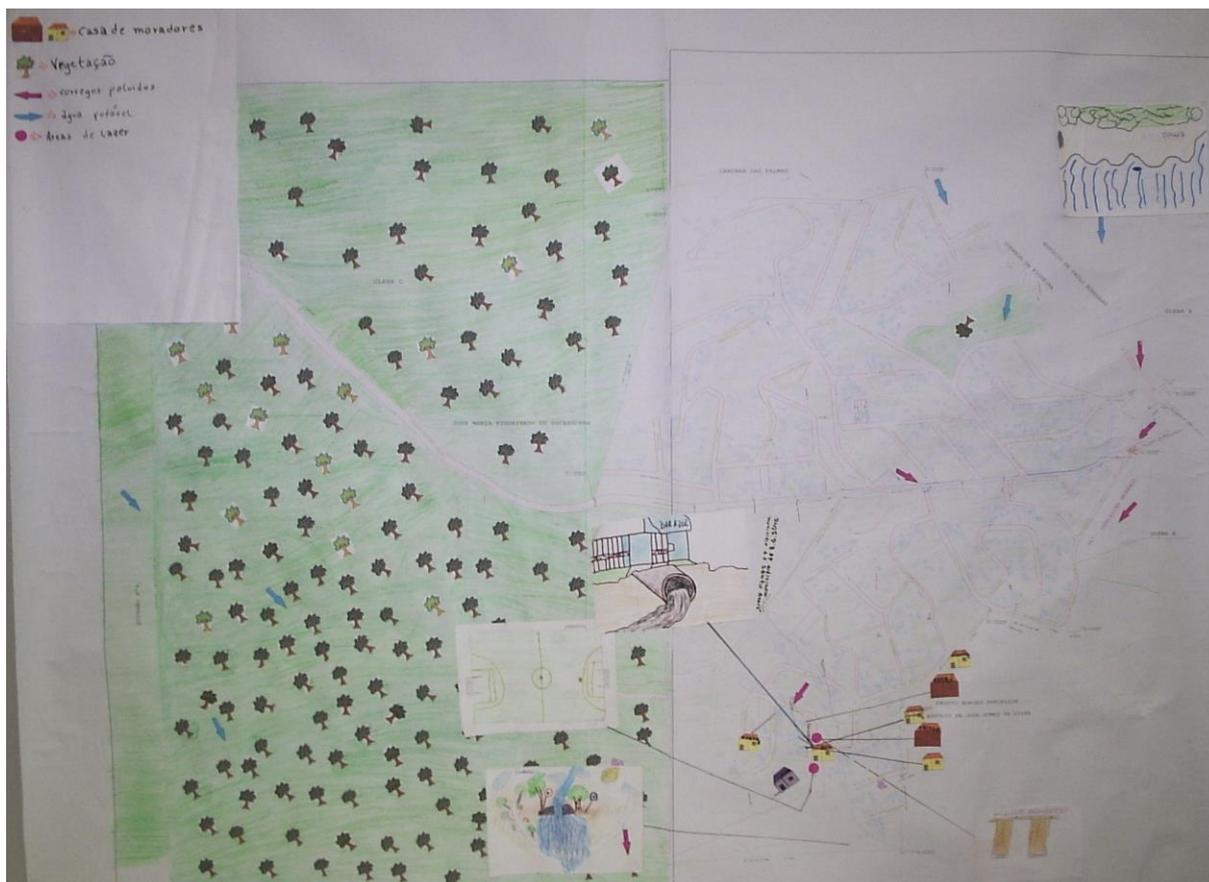


Figura 18: Biomapa do Pq. América – Situação Atual. (Fonte: SANTO ANDRÉ. SPPA).

Vila de Paranapiacaba

Data: 21/09/2004

Número de participantes: 16

Número de técnicos: 02

População estimada para o ano de 2006: 1462 habitantes

Área do bairro: 1,37 km²

BIOMAPA 1 – Situação Atual	BIOMAPA 2 – Aspirações Futuras
<p>- Serviços e comércios: relação nominal de 48 itens incluindo escolas, biblioteca, posto de saúde e delegacia.</p> <p>- Restauro: relação nominal de cada edifício a ser restaurado, sendo no total doze itens. Há especificação de prioridades de restauro: foram selecionados cinco entre todos.</p>	<p>- restauros indicados no biomapa 01, ao menos as prioridades;</p> <p>- mais turistas;</p> <p>- Caixa eletrônico;</p> <p>- Locais para banho (moradores e turistas);</p> <p>- Área de camping;</p> <p>- Salão para bailes;</p> <p>- Trem turístico;</p> <p>- Pista de skate;</p> <p>- Albergue da Juventude;</p> <p>- estação de tratamento de esgoto;</p> <p>- Cinema restaurado e funcionando;</p> <p>- Padaria do Mendes com forno a lenha funcionando;</p> <p>- Cooperativa de consumo;</p> <p>- Quadra de Bocha e malha funcionando;</p> <p>- Pensão restaurada e funcionando como centro cultural.</p> <p>* Reivindicações:</p> <p>- Realização de eventos mensais moderados;</p> <p>- Realização de eventos maiores, inclusive noturno;</p> <p>- Programações de lazer durante a semana para os moradores;</p> <p>- Transporte mais eficiente, confortável e com preço mais acessível;</p> <p>- Uso sustentável do cambuci e festival desta fruta e outras;</p> <p>- Comemoração do dia do Bairro (sugestão 16/02);</p> <p>- Resgate do folclore (mito que a Vila é mal assombrada).</p>

Obs: o grupo estipulou uma meta de quatro anos para a concretização das reivindicações.

Figura 19: Quadro referente aos subsídios fornecidos pelos biomapas da Vila de Paranapiacaba (Fonte: SANTO ANDRÉ, 2004).



Figura 20: Biomapa da Vila de Paranapiacaba – Situação Atual (Fonte: SANTO ANDRÉ. SPPA).

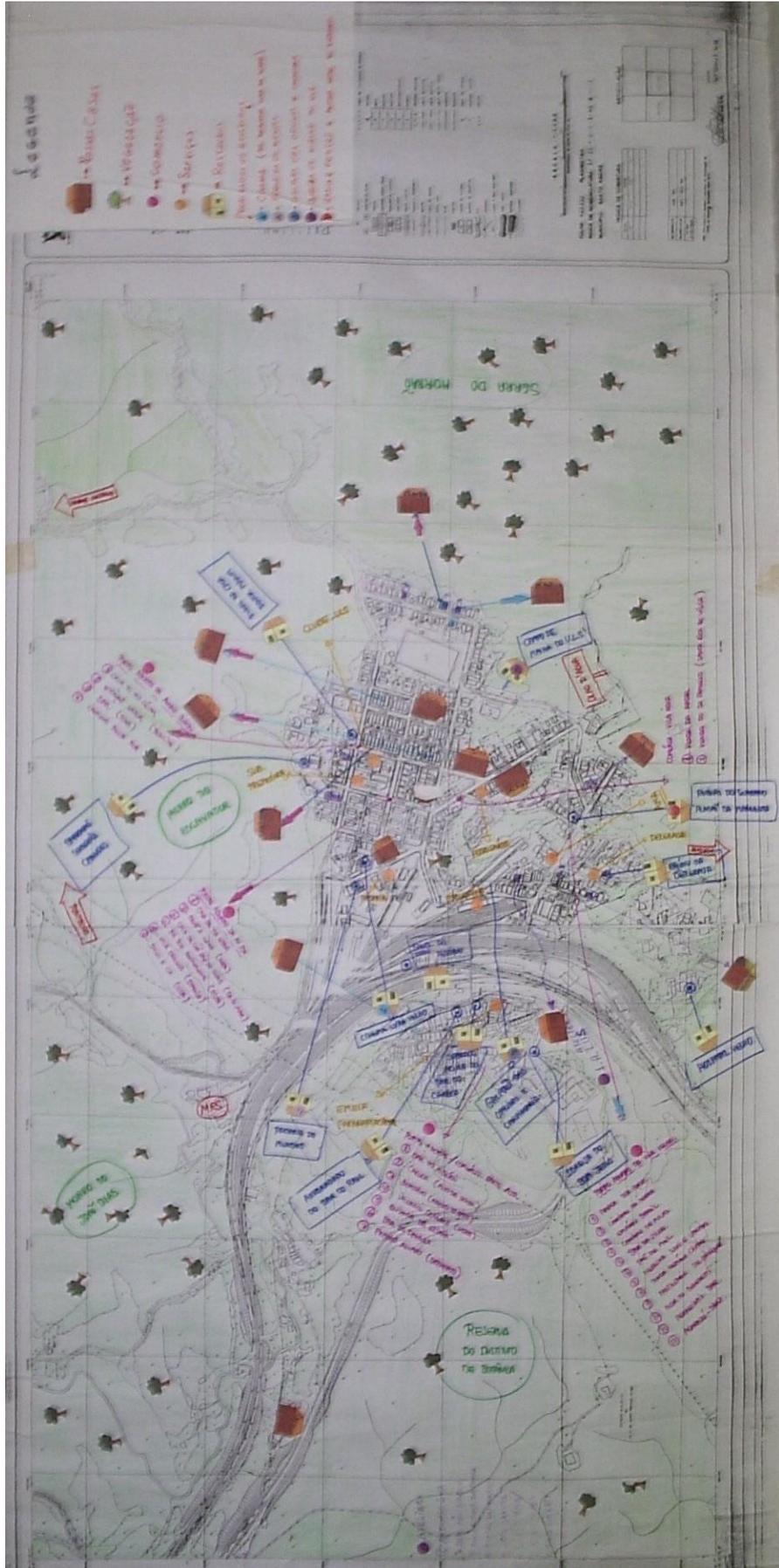


Figura 21: Biomapa da Vila de Paranapiacaba – Aspirações Futuras (Fonte: SANTO ANDRÉ. SPPA).

Considerações Gerais

A etapa de elaboração dos biomapas é fundamental para se avaliar a percepção que o morador tem de seu bairro. Primeiramente a respeito da situação atual: o que mais traz insatisfação e quais aspectos lhe são mais importantes; em seguida, apresentando as aspirações futuras podendo-se identificar as necessidades e prioridades da população. À medida que se atendem as reivindicações apresentadas, os moradores tendem a se sentir mais valorizados juntamente com seu bairro e, assim, a melhorar o senso de apropriação do espaço em que vive. Isso leva a população a cuidar melhor de seu bairro, preservando equipamentos públicos, organizando-se socialmente para buscar ainda mais melhorias.

Concluído o biomapa, cabe a administração pública usar esse instrumento para a tomada de decisão, verificando a viabilidade, elencando prioridades e estabelecendo diretrizes e cronogramas, visando atender as reivindicações e elaborar programas de educação ambiental e conscientização social.

A verificação pós construção dos biomapas, constata poucas intervenções decorrentes das oficinas. Apenas na Vila de Paranapiacaba houve atendimento mais claro de reivindicações, contudo, apenas em relação ao restauro de edifícios que são patrimônio histórico e ambiental.

Análise da Experiência

O biomapa se mostra como um instrumento para se obter a percepção dos moradores. Analisando a distância, o mapa apresentado nada mais é do que um retrato da percepção transcrito no papel. No entanto, notam-se alguns fatores no processo que acabam por influenciar o resultado.

Um desses fatores está na opção da metodologia. Na participação cooperativa existe a interferência de técnicos que induz as decisões tomadas no processo de construção dos mapas. Ainda que nesta metodologia se consiga maior quantidade de informações

desejadas pelo órgão público, até mesmo pela influência dos técnicos nesta direção, seria menos condicionado o trabalho conduzido pela metodologia de participação auto-dirigida. Nesta metodologia os moradores constroem o mapa da maneira que desejam, tomam as decisões por si e apresenta-se como produto final um retrato mais verdadeiro da percepção comum existente.

Outro aspecto a ser considerado é se a participação é representativa ou não. A princípio, os números de participantes apresentados parecem inferiores do que o necessário. A participação insuficiente indica a cultura da população em relação ao que é de interesse coletivo. Pode também ser causada pela metodologia adotada pelos administradores, por exemplo: a qualidade da divulgação das oficinas, a sua data e horário; a conscientização sobre a importância das oficinas; e a credibilidade da administração pública.

A realização desse trabalho deve ser acompanhada por um programa de educação ambiental e de cidadania para que o processo participativo não se encerre ao final da construção do biomapa. Essa é apenas a etapa inicial, pois as reivindicações apresentadas e o acompanhamento da execução são fundamentais para a concretização das necessidades levantadas através do biomapa.

Em Santo André, constata-se que a administração priorizou somente um ponto apresentado, que é a restauração de patrimônios históricos e ambientais na Vila de Paranapiacaba. Ainda que a falta de recurso seja verossímil, deve-se continuar o processo participativo para que o a participação popular não caia em descrédito, não passando de um discurso político.

Dentre as necessidades apresentadas constam-se algumas que são inviáveis tecnicamente ou ambientalmente, como o caso de canalização de córregos em área de proteção aos mananciais. Novamente a educação ambiental aparece como solução. Cabe a

administração pública realizar reuniões explicativas a respeito do que pode e não pode ser atendido, conscientizando e buscando mostrar que é inviável ambientalmente.

A participação da população não implica em atender a todos os seus desejos, mas em proporcionar espaço para discussão de idéias, necessidades e desejos. Dessa forma desenvolve-se a cidadania e a consciência ambiental dos moradores.

A participação popular ocorrida nesse processo é caracterizada da seguinte maneira:

- coletiva: a construção dos mapas foi feita em reuniões em grupo de moradores.
- ativa: os moradores tiveram a ação de deslocarem-se aos locais de reunião e construiram os biomapas.
- eventual: a construção dos biomapas pode fazer parte de uma participação organizada, mas sendo executado independentemente torna-se uma participação eventual.
- voltado a luta por direitos: através da construção dos biomapas os moradores apresentam também reivindicações para solucionar problemas urbanos. Durante o processo, há também a conscientização dos moradores por parte de representantes do poder público para conseguirem realizar as tarefas.

Experiência de Araraquara – SP: Percepção do usuário da Rua Nove de Julho referente a duas simulações de revitalização.

Informações Gerais

A Rua Nove de Julho localiza-se na região central de Araraquara - SP e tem seus edifícios, historicamente, voltados para as funções do comércio. A rua, antes da intervenção realizada, era de mão única e possuía três faixas para circulação de veículos. A Prefeitura Municipal preparou um programa de revitalização de um trecho de quatro quadras desta rua, compreendido entre as avenidas Portugal e José Bonifácio (inicialmente, eram cinco quadras entre as avenidas Portugal e Barroso).

A Prefeitura Municipal apresentou uma proposta de revitalização que transformava o trecho da Rua Nove de Julho mencionado em “calçadão”. Assim, permitiria somente a circulação de pedestres, excluindo os carros e o transporte coletivo. Essa proposta foi chamada de Calçadão Virtual.

Diante desta proposta, a ACIA – Associação Comercial e Industrial de Araraquara – apresentou um projeto alternativo chamado de Estacionamento Duplo. Neste projeto, destina-se a faixa central a circulação veicular e as restantes para estacionamento.

Para verificar a percepção da população a respeito das duas propostas, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), e a ACIA solicitaram uma pesquisa de opinião.

A coordenação geral da pesquisa foi das professoras Darlene Ap. de Oliveira Ferreira e Maria Teresa Miceli Kerbauy e do professor José Luiz Bizelli (FCL – UNESP/Araraquara).

Objetivo

Avaliar a percepção dos consumidores, dos comerciários e dos comerciantes de Araraquara, que possuem estabelecimentos comerciais ou trabalham no trecho objeto das mudanças, em relação às duas propostas de revitalização da Rua Nove de Julho entre as Avenidas Portugal e José Bonifácio.

Estratégia Metodológica

A estratégia utilizada foi a de aplicação de questionário mediante a simulação das duas propostas. Cada simulação teve a duração de um mês. No mês de maio de 2001 foi feita a simulação do projeto do Calçadão Virtual e no mês seguinte houve a simulação da proposta de Estacionamento Duplo.

O instrumento para levantamento da percepção, o questionário, foi elaborado com questões fechadas e aplicado a uma amostra definida segundo critérios estatísticos. A amostra foi dividida em três grupos:

- consumidores: 1% da população total da cidade: 181.989 pessoas; resultando em 1800 questionários aplicados.
- comerciários: 10 a 15% do número de comerciários existentes no trecho pesquisado: 749 pessoas; resultando em 100 questionários.
- comerciantes: 10 a 15% do número de comerciantes existentes no trecho pesquisado: 118 estabelecimentos; resultando em 30 questionários.

Foi preparado o questionário específico para os consumidores e um outro para os comerciantes e comerciários, mas abrangendo os mesmos assuntos. Ambos os questionários se iniciam com um pequeno levantamento do perfil do entrevistado, em seguida trata do meio de locomoção usado para se chegar ao objeto de estudo, a respeito do trajeto do

transporte coletivo, sobre as mudanças realizadas e se encerra com uma pergunta sobre o hábito de compra. A seguir apresentam-se os questionários elaborados (Fig. 17 e 18).

PESQUISA DE OPINIÃO: Consumidores						
Quadra	No. Quest.	Sexo	Idade	Data	Horário	Entrevistador
1. Qual o meio de locomoção que o Sr(a) mais utiliza para chegar ao centro da cidade?						
1. CARRO		2. ÔNIBUS		3. MOTO		<input type="checkbox"/>
4. BICICLETA		5. TÁXI		88. NSR/NQR		
2. Qual sua opinião sobre o fato dos ônibus não transitarem pela Rua Nove de Julho aos sábados?						
1. ÓTIMO		2. BOM				<input type="checkbox"/>
3. RUIM		4. INDIFERENTE				
88. NQR						
3. Na sua opinião, atrapalharia alguma coisa se les fossem deslocados para alguma outra rua central?						
1. SIM		2. NÃO				<input type="checkbox"/>
3. INDIFERENTE		88. NSR/NQR				
4. Qual sua opinião sobre a mudança no trânsito, implementada hoje na Rua Nove de Julho?						
1. ÓTIMO		2. BOM				<input type="checkbox"/>
3. RUIM		4. INDIFERENTE				
88. NQR						
5. O Sr(a) tem o hábito de fazer suas compras fora da cidade?						
1. SIM		2. NÃO				<input type="checkbox"/>
3. PARA ALGUNS PRODUTOS						
se a resposta for 3, perguntar Quais?				_____		
OBS: _____						

Figura 22: Questionário aplicado aos consumidores (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

PESQUISA DE OPINIÃO: Comerciantes e Comercíários						
Quadra	No. Quest.	Sexo	Idade	Data	Horário	Entrevistador
1. Qual o meio de locomoção que o Sr(a) mais utiliza para chegar ao centro da cidade?						
1. CARRO		2. ÔNIBUS		3. MOTO		<input type="checkbox"/>
4. BICICLETA		5. TÁXI		88.NSR/NQR		
2. Qual sua opinião sobre o fato dos ônibus não transitarem pela Rua Nove de Julho aos sábados?						
1. ÓTIMO		2. BOM				<input type="checkbox"/>
3. RUIM		4. INDIFERENTE				
88. NQR						
3. Na sua opinião, sobre o fato dos ônibus transitarem por outra rua central, que não a Rua Nove de Julho?						
1. ÓTIMO		2. BOM				<input type="checkbox"/>
3. RUIM		4. INDIFERENTE				
5. OUTRA (anote a resposta)		88. NQR				
4. Qual sua opinião sobre a mudança no trânsito, implementada hoje na Rua Nove de Julho?						
1. ÓTIMO		2. BOM				<input type="checkbox"/>
3. RUIM		4. INDIFERENTE				
88. NQR						
5. O Sr(a) acha que a população tem o hábito de fazer suas compras fora da cidade?						
1. SIM		2. NÃO				<input type="checkbox"/>
3. EVENTUALMENTE						
Em caso de resposta afirmativa ou eventual, passe para a pergunta seguinte.						
6. Para que produtos?						
Alimentos ()		Roupas/Grife ()				
Eletro/eletrônicos ()		Auto peças ()				
Outros () (anote):						

Figura 23: Questionário aplicado aos comerciantes e comerciários

(Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

No tabela 14 estão indicados os dias de aplicação dos questionários e a quantidade segundo os grupos da amostragem.

Tabela 14: Forma de aplicação dos questionários (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

DATA	CALÇADÃO VIRTUAL			ESTACIONAMENTO DUPLO		
	CONSUMIDORES (1)	COMERCIANTES (2)	COMERCIÁRIOS (3)	CONSUMIDORES (1)	COMERCIANTES (2)	COMERCIÁRIOS (3)
12/5/2001	300	-----	-----	-----	-----	-----
19/5/2001	300	30	100	-----	-----	-----
26/5/2001	300	-----	-----	-----	-----	-----
2/6/2001	-----	-----	-----	300	-----	-----
9/6/2001	-----	-----	-----	300	-----	-----
16/6/2001	-----	-----	-----	300	30	100
TOTAL	900	30	100	900	30	100

- (1) 300 questionários por semana, no horário das 10h às 13h, sendo aplicado 1 a cada 6 minutos, divididos aleatoriamente entre os sexos masculino e feminino e nas faixas de idade até 30 anos, de 30 a 50 anos e acima de 50 anos.
- (2) 30 questionários, no horário das 9h às 10h, sendo um a cada três estabelecimentos.
- (3) 100 questionários, no horário das 9h às 10h, sendo o número de questionários por estabelecimento definido em função do número de funcionários (até 2 comerciários no estabelecimento, 1 foi entrevistado; de 3 a 5 comerciários no estabelecimento, 2 forma entrevistados; e a partir de 6 comerciários no estabelecimento, 3 foram entrevistados).

Para finalizar o processo de coleta de informação, no dia 23 de junho de 2001, foi efetuada uma comparação entre as duas propostas. Para isso, foi aplicado um questionário, cujas perguntas culminam na escolha de uma proposta pelo entrevistado (Fig. 19).

Foram aplicados 400 questionários para os consumidores, 118 para os comerciantes (totalizando 100% dos estabelecimentos existentes no trecho estudado) e 100 para os comerciários.

A margem de erro da pesquisa é de 2,3% para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%.

PESQUISA DE OPINIÃO: COMPARAÇÃO						
Quadra	No. Quest.	Sexo	Idade	Data	Horário	Entrevistador
1. O Sr.(a) viu o funcionamento do "calçadão virtual" na rua Nove de Julho, no mês de maio?						
1. SIM		2. NÃO		88. NQR		<input type="checkbox"/>
2. Se sim:						
1. GOSTOU		2. NÃO GOSTOU				<input type="checkbox"/>
3. INDIFERENTE						
88. NQR						
3. O Sr.(a) viu o funcionamento do sistema de estacionamento dos dois lados da Rua Nove de Julho no mês de junho?						
1. SIM		2. NÃO				<input type="checkbox"/>
88. NQR						
4. Se sim:						
1. GOSTOU		2. NÃO GOSTOU				<input type="checkbox"/>
3. INDIFERENTE		88. NQR/NSR				
5. Se o Sr. (a) pudesse escolher, qual proposta escolheria?						
1. "CALÇADÃO VIRTUAL"						<input type="checkbox"/>
2. ESTACIONAMENTO DOS DOIS LADOS DA RUA						<input type="checkbox"/>

Figura 24: Questionário aplicado aos consumidores, comerciantes e comerciários
(Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

Resultados

Nos quadros a seguir, estão apresentados os principais dados resultantes da aplicação dos questionários. Os pesquisadores em campo também anotaram as observações que os entrevistados fizeram, além da resposta objetiva. Como exemplo, as observações quanto às perguntas do questionário de comparação podem ser lidas no anexo C.

Os resultados estão apresentados por item pesquisado segundo os grupos propostos: consumidores, comerciantes e comerciários; e dispostos lado a lado os dados das duas simulações: Calçada Virtual e estacionamento Duplo - para fins comparativos.

Tabela 15: Modal de transporte do entrevistado (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

MEIO DE LOCOMOÇÃO PARA SE CHEGAR AO CENTRO												
RESPOSTAS	CALÇADÃO VIRTUAL - MAIO						ESTACIONAMENTO DUPLO - JUNHO					
	CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS		CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
CARRO	315	35,00	18	60,00	27	27,00	317	35,22	18	60,00	19	19,00
ÔNIBUS	358	39,78	3	10,00	48	48,00	356	39,56	2	6,67	56	56,00
MOTO	41	4,56	2	6,67	11	11,00	50	5,56	4	13,33	12	12,00
TÁXI	1	0,11	0	0,00	0	0,00	1	0,11	0	0,00	0	0,00
BICICLETA	17	1,89	0	0,00	4	4,00	10	1,11	0	0,00	1	1,00
A PÉ	168	18,67	7	23,33	10	10,00	164	18,22	6	20,00	12	12,00
TOTAL	900	100,00	30	100,00	100	100,00	900	100,00	30	100,00	100	100,00

Tabela 16: Percepção sobre a passagem de transporte coletivo na Rua Nove de Julho (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

AVALIAÇÃO SOBRE OS ÔNIBUS NÃO TRANSITAREM PELA NOVE DE JULHO												
RESPOSTAS	CALÇADÃO VIRTUAL - MAIO						ESTACIONAMENTO DUPLO - JUNHO					
	CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS		CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
ÓTIMO	363	40,33	14	46,67	15	15,00	240	26,67	9	47,37	15	15,00
BOM	404	44,89	9	30,00	53	53,00	439	48,78	9	47,37	46	46,00
RUIM	56	6,22	5	16,67	21	21,00	120	13,33	0	0,00	28	28,00
INDIFERENTE	70	7,78	2	6,67	11	11,00	92	10,22	1	5,26	11	11,00
NR	7	0,78	0	0,00	0	0,00	9	1,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	900	100,00	30	100,00	100	100,00	900	100,00	30	100,00	100	100,00

Tabela 17: Percepção sobre a passagem do transporte coletivo por outra rua da região central (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

AVALIAÇÃO SOBRE OS ÔNIBUS TRANSITAREM POR OUTRA RUA CENTRAL												
RESPOSTAS	CALÇADÃO VIRTUAL - MAIO						ESTACIONAMENTO DUPLO - JUNHO					
	CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS		CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
ÓTIMO	189	21,00	12	40,00	13	13,00	144	16,00	8	26,67	8	8,00
BOM	484	53,78	13	43,33	41	41,00	493	54,78	14	46,67	56	56,00
RUIM	79	8,78	2	6,67,00	29	29,00	119	13,22	3	10,00	29	29,00
INDIFERENTE	131	14,56	3	10,00	17	17,00	119	13,22	5	16,67	7	7,00
OUTRA	3	0,33	0	0,00	0	0,00	2	0,22	0	0,00	0	0,00
NR	14	1,56	0	0,00	0	0,00	23	2,56	0	0,00	0	0,00
TOTAL	900	100,00	30	100,00	100	100,00	900	100,00	30	100,00	100	100,00

Tabela 18: Percepção do entrevistado sobre as simulações das propostas (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

AVALIAÇÃO SOBRE A SIMULAÇÃO REALIZADA NO MÊS												
RESPOSTAS	CALÇADÃO VIRTUAL - MAIO						ESTACIONAMENTO DUPLO - JUNHO					
	CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS		CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
ÓTIMO	354	39,33	10	33,33	19	19,00	107	11,89	9	30,00	25	25,00
BOM	451	50,11	9	30,00	46	46,00	327	36,33	15	50,00	35	35,00
RUIM	61	6,78	9	30,00	30	30,00	421	46,78	5	16,67	33	33,00
INDIFERENTE	27	3,00	2	6,67	5	5,00	35	3,89	1	3,33	7	7,00
NR	7	0,78	0	0,00	0	0,00	10	1,11	0	0,00	0	0,00
TOTAL	900	100,00	30	100,00	100	100,00	900	100,00	30	100,00	100	100,00

Tabela 19: Indicação do local de compras preferencial (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

HÁBITO DA POPULAÇÃO FAZER COMPRAS FORA DA CIDADE												
RESPOSTAS	CALÇADÃO VIRTUAL - MAIO						ESTACIONAMENTO DUPLO - JUNHO					
	CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS		CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
SIM	124	13,78	9	30,00	41	41,00	120	13,33	13	43,33	39	39,00
EVENTUAL	100	11,11	7	23,33	42	42,00	109	12,11	4	13,33	36	36,00
NÃO	674	74,89	14	46,67	17	17,00	670	74,44	13	43,33	25	25,00
NR	2	0,22	0	0,00	0	0,00	1	0,11	0	0,00	0	0,00
TOTAL	900	100,00	30	100,00	100	100,00	900	100,00	30	100,00	100	100,00

Tabela 20: Verificação da quantidade de indivíduos participantes da pesquisa de comparação que viu a simulação das propostas (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

PARTICIPAÇÃO NAS SIMULAÇÕES REALIZADAS												
RESPOSTAS	CALÇADÃO VIRTUAL - MAIO						ESTACIONAMENTO DUPLO - JUNHO					
	CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS		CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
SIM	308	77,00	112	99,12	98	98,00	380	95,00	112	99,12	99	99,00
NÃO	92	23,00	1	0,88	2	2,00	20	5,00	1	0,88	1	1,00
TOTAL	400	100,00	113	100,00	100	100,00	400	100,00	113	100,00	100	100,00

Tabela 21: Percepção dos entrevistados em relação as propostas simuladas (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

AVALIAÇÃO DAS MUDANÇAS IMPLANTADAS												
RESPOSTAS	CALÇADÃO VIRTUAL - MAIO						ESTACIONAMENTO DUPLO - JUNHO					
	CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS		CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
GOSTOU	268	67,00	66	58,41	61	61,00	119	29,75	58	51,33	50	50,00
NÃO GOSTOU	32	8,00	41	36,28	29	29,00	238	59,50	47	41,59	42	42,00
INDIFERENTE	4	1,00	4	3,54	7	7,00	20	5,00	6	5,31	5	5,00
NR	96	24,00	2	1,77	3	3,00	23	5,75	2	1,77	3	3,00
TOTAL	400	100,00	113	100,00	100	100,00	400	100,00	113	100,00	100	100,00

Tabela 22: Escolha entre o “Calçadão Virtual” e o Estacionamento Duplo (Fonte: ARARAQUARA - SDE, 2001).

AVALIAÇÃO POSITIVA SOBRE O MODELO A SER IMPLANTADO												
RESPOSTAS	AMOSTRA COMPLETA						PARTICIPOU DAS DUAS EXPERIÊNCIAS					
	CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS		CONSUMIDORES		COMERCIANTES		COMERCIÁRIOS	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
CALÇADÃO	323	80,75	54	47,79	48	48,00	246	82,83	53	47,75	46	47,42
EST. DUPLO	68	17,00	56	49,56	50	50,00	47	15,82	55	49,55	49	50,52
ATUAL	9	2,25	3	2,65	2	2,00	4	1,35	3	2,70	2	2,06
TOTAL	400	100,00	113	100,00	100	100,00	297	100,00	111	100,00	97	100,00

Considerações Gerais

Dos resultados obtidos pôde-se aferir algumas considerações que serviram de subsídios no processo de definição do projeto a ser executado.

Quanto a escolha entre as duas simulações é clara a preferência dos consumidores pelo Calçadão Virtual enquanto há um equilíbrio nas respostas do grupo dos comerciantes e dos comerciários.

Nota-se que o consumidor se preocupa menos com as condições de estacionamento, pois a sua maioria chega à rua em estudo de ônibus ou a pé, do que com as condições de conforto para realizar suas compras. Durante a simulação do Calçadão Virtual, verificou-se que 89,44% dos consumidores consideraram de bom a ótimo este modelo, enquanto que durante a simulação do Estacionamento Duplo, apenas 48,22% consideraram de bom a ótimo o modelo. Além disso, o índice de rejeição a este último foi muito elevado, sendo de 46,78%.

Já para os comerciantes e comerciários percebe-se que ambos se preocupam com a questão de estacionamento. Talvez isto seja devido a idéia de que a medida que o consumidor possa parar o carro mais próximo do estabelecimento, as vendas tendem a aumentar. Entre os comerciantes este desejo pode ser também pelo simples motivo de querer parar seu carro em frente de seu estabelecimento, pois 60% chegam ao local de carro.

Quanto à restrição do transporte coletivo na rua em estudo, verificou-se que nenhum dos grupos é contra, em sua maioria, quando a simulação é o Calçadão Virtual (85% dos consumidores, 77% dos comerciantes e 68% dos comerciários). Entretanto, deve-se destacar o índice de rejeição à restrição entre os comerciários (21%) devido a maior dificuldade para se chegar ao local de trabalho, pois a sua maioria (48%) utiliza o transporte coletivo, e também pelo maior volume de pessoas passando em frente de seu estabelecimento.

Já quando se trata do período da simulação do Estacionamento Duplo, percebe-se que aumenta a aprovação à restrição ao transporte coletivo entre os comerciantes (94,74%), enquanto que aumenta a rejeição entre os consumidores (de 6,22 para 13,33%) e entre os comerciários (de 21 para 28%).

A pesquisa indica que 74,44% dos consumidores fazem suas compras somente na cidade, revelando a importância que a rua nove de Julho tem para população para o ato de consumir, sendo que tal atividade é demasiadamente valorizada em nossa sociedade.

O relatório desta pesquisa não é conclusivo, portanto coube a administração pública analisar os dados e tomar a decisão.

Através de um concurso público, foi definido o projeto de revitalização, que prioriza o consumidor, o pedestre e o transporte coletivo. Esse projeto amplia as calçadas de ambos os lados, deixando somente uma faixa para circulação de veículos e uma outra faixa para estacionamento que é dividida em trechos de sua extensão, pois há avanços da calçada sobre esta faixa, criando-se ilhas, espaços para assentos públicos e maior movimentação de usuários do comércio (Fig. 25). Atualmente, a única faixa de circulação é destinada ao transporte coletivo, durante o horário comercial.

Análise da Experiência

As considerações quanto à técnica e instrumentos utilizados são as mesmas feitas à primeira experiência. A limitação desta técnica é a falta de espaço para o indivíduo poder expressar sua percepção a respeito do tema de maneira mais livre, pois o entrevistado fica condicionado as questões com respostas fechadas. Na tentativa de dirimir um pouco esta limitação, foi permitido um espaço para que o entrevistador fizesse anotações caso o entrevistado expressasse algo a mais além da resposta objetiva.



Figura 25: O Boulevard do Comércio - Rua Nove de Julho atualmente. Destaca-se as calçadas mais amplas, a existência de ilhas com bancos de madeira, iluminação viária renovada e piso da calçada adequado aos deficientes visuais (Fonte: Davi E. Lopes, abril/2008).

A principal vantagem é a facilidade de se obter um grau de participação satisfatório, através de abordagens individuais em quantidade definida por métodos estatísticos.

Por este estudo pode-se definir, mediante a participação popular, o Calçadão Virtual como projeto a ser executado. No entanto levanta algumas discussões a serem debatidas. Os principais subsídios fornecidos são:

- na questão em que se pede a escolha entre as duas opções, o Calçadão Virtual é o que recebe maior indicação considerando toda a amostra;
- a população em sua maioria aprova a restrição do transporte coletivo no trecho estudado;
- os consumidores em sua maioria preferem maior espaço para fazer suas compras do que mais vagas de estacionamento, diferentemente dos comerciantes e comerciários.

Vale ressaltar que a pesquisa de percepção mesmo tendo um resultado claro, não deve ser analisada de maneira isolada. É apenas um dos subsídios para a tomada de decisão do poder público.

Neste caso, nota-se que em qualquer decisão tomada, o poder público deve enfrentar resistências ou dos comerciantes e comerciários ou dos consumidores. A resistência dos consumidores pode não ser tão visível imediatamente, mas possivelmente poderá ser verificada em período eleitoral. Diante das pressões exercidas de maneira democrática, cabe a Prefeitura Municipal buscar a conciliação dos interesses e atender a necessidade e desejo da maioria.

Depois de todo processo de tomada de decisão, foi definido e executado o projeto denominado de “Boulevard do Comércio”, no qual prioriza-se as necessidades dos consumidores apresentadas na pesquisa de opinião, evidenciando a importância da consulta feita a população.

A participação realizada através da pesquisa de opinião pode ser definida da seguinte forma: passiva, individual, formal, eventual e voltada a conscientização do cidadão.

- passiva: o indivíduo foi abordado na rua e questionado sobre as simulações.
- individual: a participação ocorre em cada entrevista uma pessoa por vez.
- formal: é uma participação que parte da administração pública e que tem um processo direcionado por normas.
- eventual: este tipo de participação ocorre somente quando há algum fato específico a ser discutido.
- voltada a conscientização: ao ser abordado para a entrevista o indivíduo é conscientizado sobre as propostas simuladas. Somente a simulação já promove a discussão diária e informal na sociedade, servindo de informação e conscientização do projeto de revitalização a ser executado.

Relevância dos Subsídios Fornecidos

As estratégias metodológicas adotadas é que definem os subsídios que serão produzidos. O objetivo aqui não é estudar cada estratégia metodológica, pois requereria um estudo detalhado que não é o foco deste trabalho e sim analisar de uma forma geral, baseando-se nas experiências apresentadas e na fundamentação teórica.

Os subsídios fornecidos pela percepção espacial têm um diferencial em relação aos outros instrumentos: a ênfase na relação homem-espço e na variável cultural. Quanto mais aprofundado conceitualmente a estratégia metodológica, mais profundos são os subsídios em relação a esse foco.

As informações provenientes da população muitas vezes são deixadas de lado no planejamento das cidades pela sobrevalorização do conhecimento técnico-científico.

Executa-se grandes projetos, consome-se grandes somas de dinheiro, mas muitas vezes não se atende as necessidades mais próximas e prioritárias da população. É ela que melhor pode informar sobre as condições e carências da vida cotidiana na cidade, cabendo ao técnico a interpretação e a busca pela otimização de soluções.

Uma categoria da informação obtida por este instrumento é de caráter reivindicativo, como se viu na experiência de Santo André, a qual produziu necessidades tais como: creches, quadras poliesportivas, parque infantil, clube com piscinas, cinemas, entre outras. Esse é o subsídio mais encontrado na maioria dos canais de participação, sendo também o mais fácil de se levantar, pois exige menos aprofundamento do conceito da percepção espacial.

Além do caráter reivindicativo do subsídio fornecido na experiência de Santo André, nota-se um outro com conteúdo sobre a avaliação que os moradores fazem do local que vivem, através do mapa da situação atual. Este mapa indica a identificação e insatisfação com os córregos poluídos, o esgoto a céu aberto, a falta de equipamentos de lazer no bairro e a necessidade de restauração de edifícios que são patrimônios históricos ambientais. A percepção espacial da situação atual dos moradores indica algo a mais, além de uma reivindicação desconectada de um fundamento, pois mostra como que percebem o bairro, havendo mais pontos negativos do que positivos, revelando o que lhes causa incomodo, insatisfação e quais são suas prioridades.

Um estudo mais completo da percepção espacial conduz a formação da imagem do objeto de estudo (cidade, bairro, rua, etc.), que revela a identidade, a estrutura e o significado atribuído pela população. Esse subsídio explica algumas condutas e a forma dos indivíduos de se relacionarem com o espaço urbano.

Nesse sentido, tem-se também a segurança emocional, que é verificada através dos conceitos de identificabilidade e orientabilidade. O grau de segurança emocional

recorrente de uma população indica a ocorrência de estresse ao viver na cidade, principalmente no que diz respeito ao espaço público. Quando há segurança emocional, o indivíduo não necessita de um nível de atenção constantemente elevado, tendo uma condição psíquica mais adequada a qualidade de vida.

Ainda cabe mencionar nessa linha a topofilia - o elo afetivo que o indivíduo tem com o ambiente. Identificada essa característica, o planejador pode usar a afetividade de uma população para potencializar, adaptar ou alterar um projeto, ou ainda para trabalhar a população para não rejeitá-lo.

Através da percepção espacial se identifica também a cultura/tradição da sociedade que influencia diretamente o grau de aceitação a determinados programas e projetos urbanos. Como exemplo, cita-se um subsídio da experiência de Araraquara. Ficou evidente que para os consumidores a Rua Nove de Julho deveria sofrer uma intervenção que melhorasse as condições para realizar suas compras, enquanto que os comerciantes, visando mais consumidores, desejavam que os consumidores estacionassem o mais próximo possível de seu estabelecimento. As informações reveladas pela pesquisa mostraram para os comerciantes que a maioria dos consumidores se preocupam mais com as condições de conforto (mais espaço) do que com as condições de estacionamento.

A ênfase a variável cultural nos subsídios fornecidos pela percepção espacial impedem que projetos “excelentes” tecnicamente sejam executados para serem desaprovados e rejeitados pela sociedade.

A experiência da Região Metropolitana de Vitória fornece um subsídio direcionado ao programa de conscientização, ou seja, como os moradores percebem a temática e como devem ser trabalhados para terem seu comportamento mais adequado. Entretanto, qualquer experiência analisada pode ter seus resultados utilizados para este fim, porque, conhecendo-se a percepção espacial comum da população, o planejador poder

verificar quais as lacunas a serem preenchidas quanto ao tema tratado. Basicamente, é a forma de análise dos subsídios que define o objetivo de seu uso e não ele em si. Isto não quer dizer que um tipo de subsídio atenda a todas as requisições, mas que pode variar dentro do campo de análise.

A fim de sintetizar os aspectos apresentados quanto aos subsídios fornecidos ao planejador pela percepção espacial, apresenta-se uma tentativa de caracterização dos subsídios, dividindo-os nos seguintes grupos:

- subsídio físico: são as reivindicações específicas de obras ou necessidades diversas, não necessariamente expressas diretamente, mas entendidas através da análise e interpretação da percepção.
- subsídio sensório-cognitivo: são aqueles referentes a resposta da população através do conhecimento da imagem mental, da segurança emocional e da topofilia. Indica o grau de satisfação e de apropriação do espaço, além de vários elementos relativos ao indivíduo-espaço.
- subsídio cultural: são aqueles que indicam as tradições da população, a forma de agir e vivenciar o espaço urbano.

Em última análise, essas três divisões podem se mesclar, pois um subsídio, por exemplo, pode ser uma reivindicação (física) que também revela a insatisfação (sensório-cognitivo) sobre certa situação urbana. Portanto, essa divisão serve apenas para considerar o campo de respostas que a percepção espacial pode fornecer.

Sob outro olhar, pode-se argumentar que os subsídios não estão classificados por sua característica, e sim pelo tipo de finalidade que a análise deseja. Ou seja, como um subsídio pode ser usado para vários fins, então pode caracterizá-los segundo os propósitos da pesquisa, buscando atender aspectos culturais, sensório-cognitivo ou físicos. Assim o subsídio seria caracterizado conforme os objetivos da experiência executada.

Todos os subsídios fornecidos pela percepção espacial levam a análise que resultam em ações a serem realizadas, podendo ser usados para melhorar a relação do homem com o espaço, influenciando a tomada de decisão em programas e projetos urbanos, corrigindo aspectos negativos que impedem uma adequada apropriação cidadã do espaço e conscientizando a população dos problemas urbanos.

Qualidade da Participação

Assim como o tópico anterior, a participação também varia de acordo com as estratégias metodológicas, por isso a análise da qualidade da participação é condicionada a estratégia adotada.

De modo geral, considerando os canais participativos mais empregados, a participação ativa é a mais praticada, na qual o indivíduo tem uma ação pró ativa de participação, tendo que se deslocar até um local determinado onde realiza o ato participativo, expondo suas opiniões e reivindicações. Esse indivíduo, na maioria das vezes é representante de uma associação, organização ou movimento social. Esse é o caso de instrumentos usados frequentemente, tais como as audiências públicas, orçamento participativo e conferência das cidades. A técnica de apreensão da percepção espacial estudada que se enquadra nessa categoria de participação é a de construção coletiva de mapas mentais, por exemplo. O grau de participação satisfatório é difícil de se obter devido a fatores como capacitação dos indivíduos para discussão, disposição de tempo e deslocamento ou mesmo a falta de cultura de participação, isto é, as mesmas dificuldades de instrumentos já consolidados.

Na participação passiva, o indivíduo é abordado pelo pesquisador, não tendo que fornecer informações por si só, tendo a sua percepção “coletada em campo”. Ou seja, através das técnicas estabelecidas, o pesquisador vai a campo, aborda os indivíduos e obtém

aquilo que se deseja; por exemplo, citam-se as estratégias que utilizam a entrevista, a observação e algumas formas de aplicação de mapa mental. Nessa participação, o indivíduo não precisa ter a consciência das questões urbanas em sua mente de maneira organizada e clara, pois basta apenas transmitir informações e subsídios requisitados pelo pesquisador para que sua percepção seja obtida. Neste caso, pode-se alcançar mais facilmente, através de inferências, a todos os habitantes da cidade.

A primeira vista, pode parecer que a participação passiva não promove a cidadania do indivíduo, porque não tem um envolvimento com o coletivo, o indivíduo expressa apenas o que lhe é pedido, além de ser uma participação pontual. Porém, a participação passiva pode suscitar e estimular questionamentos que o conduza a se envolver em outros níveis de participação. Isto foi o que aconteceu na experiência da região Metropolitana de Vitória, na qual inicialmente foi aplicado o questionário aos moradores, que gerou posteriormente reuniões para discussão do tema.

A percepção espacial pode ser usada no processo de planejamento participativo, tanto como participação ativa ou como, em maior medida, participação passiva. Pela própria metodologia do conceito de percepção, a maioria das técnicas se enquadra como participação individual, pois são aplicadas a cada pessoa individualmente para depois se obter a percepção espacial comum. Mas também é empregada a participação coletiva, como descrita na experiência de Santo André, que apresentou o biomapa, uma variação do mapa mental construído coletivamente. Da mesma forma pode se fazer com as outras técnicas, embora não seja usual.

Na Fig. 26, há uma tentativa de classificação das técnicas em relação à participação que promove. As técnicas estão classificadas de acordo com a maneira mais usualmente empregadas. Um quadro deste tipo, quanto às estratégias, exigiria um estudo mais detalhado, pois tem muitas variações como técnicas mescladas.

TÉCNICAS	PARTICIPAÇÃO			
	PASSIVA	ATIVA	INDIVIDUAL	COLETIVA
Observação	X		X	
Entrevista	X		X	
Mapas Mentais	X	X	X	X
Identificação de fotos	X		X	
Registro fotográfico		X	X	
Análise seqüencial		X	X	
Análise indireta	X			
Simulação	X	X	X	X

Figura 26: Quadro da relação entre o tipo de participação segundo a técnica usualmente empregada na apreensão da percepção espacial (Elaboração: Davi E. Lopes, 2008).

Para a participação ser eventual ou organizada não depende das técnicas empregadas, mas do objetivo do uso desse instrumento. Se se pretende realizar a pesquisa para saber a percepção da população quanto a um projeto ou programa específico, cabe empregar a participação eventual. Porém, se o objetivo é um assunto recorrente, deve-se ter um programa para que seja aplicada em períodos determinados tendo uma análise mais completa e periodizada, caracterizando-se como uma participação organizada. Também consegue-se esse tipo de participação ao incluir o instrumento estudado dentro de um contexto maior de participação na cidade, sendo uma das etapas a serem cumpridas.

A cidadania tem como base a participação popular. A percepção espacial como instrumento participativo também cumpre essa função, pois o indivíduo, em maior ou menor intensidade, pensa, reflete e opina sobre o tema abordado. Considerando a pior hipótese, o indivíduo tem a oportunidade de melhorar a sua conscientização sobre a temática apresentada. Numa visão mais otimista, o indivíduo é estimulado a buscar mais informações e meios de participação, dando continuidade ao processo participativo e de desenvolvimento da cidadania.

A participação através da percepção espacial é institucionalizada, ou seja, parte do poder público para a sociedade, sendo um processo de cima para baixo. Os canais de

participação abertos pela administração pública são fundamentais para o diálogo com a sociedade. Esses canais estimulam a mobilização social, a formação de movimentos de bairro e de organizações não governamentais, que se organizam para aumentar sua força na guerra de pressões exercidas na tomada de decisão do poder público.

Em cada estratégia metodológica deve-se buscar um grau de participação satisfatório, que alcance a sociedade como um todo e considerando-a igualmente. Sabe-se da dificuldade de realizar tal proposta, pois toda participação ainda é parcial, porém buscando dirimir cada vez mais as diferenças, diminuem-se também as desigualdades urbanas.

A percepção espacial agregada aos demais instrumentos participativos complementa o processo de participação das cidades, pois tem as suas características peculiares quanto aos subsídios fornecidos e quanto ao grau de participação, podendo alcançar na participação passiva uma população que não participa por meio de nenhum outro instrumento.

Condições para Implementação

O objetivo deste tópico não é apresentar uma proposta técnica, com todos os passos para a implementação e funcionamento do instrumento proposto, mas discutir os principais aspectos conceituais levantados neste trabalho.

A distância entre o plano e a implementação, infelizmente, muitas vezes é abismal. Planeja-se mas não executa-se. O instrumento participativo tem que ter como ponto de partida fundamental a viabilidade de implementação e funcionamento.

A percepção espacial como instrumento participativo tem algumas barreiras de cunho teórico a serem enfrentadas para sua implantação: a dificuldade na definição das

estratégias metodológicas, a análise segundo a escala, a necessidade de periodização e a interpretação da percepção apreendida.

A variação de estratégias metodológicas pode até ser um aspecto positivo, pois pode atender a várias situações. No entanto, a fim de uma sistematização, torna-se um ponto negativo.

Cada experiência estudada usou uma técnica de percepção conforme a estratégia adotada. Não se vê o emprego do conceito de percepção espacial de forma aprofundada, tal como no meio acadêmico, e não se vê o seu uso de maneira sistêmica.

No caso de Araraquara, a apreensão da percepção foi realizada sobre uma intervenção específica, mas poderia ter ocorrido novamente durante ou após a execução do projeto para verificar a percepção dos usuários em relação à proposta definida, podendo causar alterações.

Já no caso de Santo André, a construção do biomapa poderia ocorrer de forma mais inserida no contexto de participação existente no município, como o orçamento participativo, para que aquilo que foi apresentado não fique somente no papel, mas entre no orçamento municipal e seja executado.

Estes são exemplos de como poderia ser melhor aproveitado o instrumento da percepção espacial no planejamento. Cabe ressaltar, porém, a visão diferenciada que esses municípios tiveram em abrir espaço para este tipo de instrumento, pouco conhecido e pouco empregado nos municípios brasileiros.

A pesquisa de percepção é tão complexa quanto menor a escala. Se se deseja estudar um bairro, a pesquisa tem um nível de detalhamento maior do que o estudo de uma cidade. No caso da cidade, a pesquisa buscará uma abordagem mais geral, porque é o aspecto geral que será recorrente, comum entre os indivíduos.

A percepção espacial requer uma análise periodizada, porque o seu resultado é estreitamente correlacionado ao tempo. Assim, uma mesma pesquisa aplicada em períodos diferentes pode produzir resultados diferentes, devido à dimensão de análise temporal.

Dessa forma, observa-se que quanto menor o detalhamento da percepção, menor será a variação no tempo. Então, pode-se concluir que a escala de estudo da percepção é inversamente proporcional a variação no tempo: quanto maior a escala de estudo menor será a variação no tempo e, assim, quanto menor a escala, maior a variação no tempo.

Se os subsídios são produzidos pelo usuário/sociedade, a análise deve ser feita pelo especialista, ou ainda compartilhada entre especialista-usuário. Os subsídios são a demonstração de dados, mas é fundamental a interpretação coerente para que se obtenha algo coerente. É nesse ponto que o especialista tem grande responsabilidade no processo.

As barreiras relacionadas ao conceito da percepção espacial são ultrapassadas com a capacitação técnica dos administradores e funcionários públicos envolvidos no processo. Na construção dos biomapas em Santo André, uma experiência diferenciada e pioneira no país, a administração buscou parceria com a Universidade da Columbia Britânica situada no Canadá.

Uma saída para a carência de conhecimento técnico-conceitual é a contratação de uma instituição para realização do estudo da percepção espacial. Isto não é o mais indicado porque nesse caso, o uso do instrumento se daria sempre de forma eventual, segundo alguma necessidade, como ocorreu na experiência de Araraquara.

O poder público precisa encarar as dificuldades, se qualificar e conduzir o uso da percepção espacial no planejamento. É fundamental que o processo comece, ainda que a percepção apreendida, inicialmente, seja superficial. A cada etapa e a cada experiência, verificam-se os acertos e os erros, visando um contínuo processo de melhoria. Assim ocorreu com um instrumento já consolidado hoje, o orçamento participativo, que surgiu no início da

década passada sob muitas dúvidas, sendo atualmente utilizado por muitas administrações públicas, mesmo mostrando ainda a necessidade de adequações e melhorias.

Como em toda ação política, nesse caso também é fundamental a vontade política para tornar a percepção espacial num instrumento participativo. Com a vontade política vem a institucionalização do instrumento, a capacitação dos técnicos e campanhas de divulgação e promoção da participação por meio da percepção espacial.

A implementação da percepção espacial como instrumento participativo abre um novo canal de participação e acrescenta novos subsídios ao planejador. Cada técnica e estratégia ficam a disposição do planejador que faz a escolha de acordo com o objeto de estudo e os objetivos.

Uma tentativa de normatizar o instrumento de percepção espacial consiste em relacionar todas as estratégias já propostas, caracterizá-las segundo o objetivo, o objeto de estudo, a escala de estudo, o perfil da população; assim haveria uma diretriz sobre qual estratégia usar para casos pré-determinados. Além disso, inclui o detalhamento do funcionamento de cada estratégia, esclarecendo as técnicas utilizadas, a forma de participação e a maneira de analisar os resultados para apreender a percepção desejada.

A normatização deste instrumento exige um estudo amplo e detalhado de todas as estratégias já utilizadas e propostas.

Por fim, apresenta-se o quadro-síntese da discussão realizada aqui sobre a viabilidade da percepção espacial ser incorporada no processo participativo de planejamento, tendo como base de análise os subsídios fornecidos, a qualidade da participação e as condições para implementação (Fig. 27).



Figura 27: Quadro-síntese da viabilidade da percepção espacial como instrumento participativo do planejamento urbano (Elaboração: Davi E. Lopes, 2008).



Figura 28: Praça em meio a um bairro periférico. Fonte: Davi E. Lopes (2005).

A participação popular no planejamento urbano teve grande avanço nos últimos anos, principalmente com a elaboração dos planos diretores, conforme exigência do Estatuto da Cidade. Porém, é muito questionável o que tem sido chamado de participação no planejamento das cidades, pois encontra-se muitas vezes a participação somente no discurso político e não na prática; um processo participativo insuficiente quanto a representação e repleto de parcialidades.

A cada experiência de inclusão da participação no planejamento tem-se visto avanços consideráveis, reconhecendo-se que é um processo contínuo de melhoria, que envolve ajustes de instrumentos consolidados e a inovação através de novos canais.

Neste cenário, este trabalho apresentou a possibilidade do uso da percepção espacial como instrumento participativo, visando uma discussão teórica-conceitual e não um estudo sistemático das estratégias metodológicas e suas técnicas para se obter modelos ou roteiros de aplicação.

A percepção espacial fornece subsídios diferenciados para o planejador, pois agrega conteúdos relacionados ao homem e ao espaço. Já é sabido sobre a deterioração da

qualidade de vida da população que é obrigada a se adaptar ao meio em que vive ao invés de ter o meio moldado as suas necessidades físicas e psíquicas.

A cultura também encontra forte viés neste instrumento. Qualquer programa, projeto e intervenção urbana devem considerar as tradições, costumes e ideologias da população afetada.

De forma geral, os subsídios indicam os desejos, as necessidades físicas, o grau de apropriação e o elo afetivo com o espaço, a identidade, a segurança emocional, o senso de coletividade, anseios psíquicos, idéias, costumes, etc. A fim de análise, agrupa-se em três campos: físico, sensório-cognitivo e cultural.

A percepção é apreendida através de estratégias metodológicas, que devem ser aplicadas mediante algumas considerações: não há um roteiro pré-definido, portanto, deve-se basear em experiências anteriores, adequando sempre segundo as particularidades de cada local de estudo e dos objetivos; necessidade de periodização; análise da escala de estudo; e cuidado na interpretação da percepção apreendida.

Essas considerações obrigam a capacitação específica dos técnicos públicos para sua aplicação na cidade, o que não é muito diferente de outros instrumentos participativos quando se busca usar todo o seu potencial.

É através das técnicas que nota-se o viés da participação na percepção espacial. Cada técnica é aplicada sobre um indivíduo ou um grupo, que transmite a percepção que se transforma em subsídios utilizados no planejamento.

A participação pode se dar de maneira ativa ou passiva, ocorrendo na maioria das estratégias o último caso, no qual o indivíduo tem sua percepção “coletada em campo” ao atender o pesquisador. Assim, o indivíduo pode participar sem precisar ter qualificações, pois basta seguir as orientações. Além disso, alcança-se toda a população através de inferências conforme metodologias estatísticas usuais.

Já a participação ativa, por meio da percepção espacial, encontra os mesmos obstáculos de instrumentos consolidados que estão nessa categoria, como o orçamento participativo: o baixo grau de representatividade, o desequilíbrio de setores nas pressões, a falta de cultura e capacitação dos cidadãos para a prática da participação.

Nessa última forma de participação verifica-se maior possibilidade de desenvolvimento da cidadania no ato de participar, enquanto que da participação passiva, espera-se que estimule o cidadão a pensar nos temas urbanos, causando uma conscientização e desejo de intervir no processo de planejamento, algo pouco trivial. No entanto, a população que não se envolve ativamente no processo participativo também merece ser ouvido pela administração pública. Para isso, são necessários canais que alcancem essa população.

A percepção espacial se mostra como uma participação institucional, partindo do poder público para a população, um canal participativo viabilizado pelo poder público. Apresenta imenso potencial tanto nos subsídios fornecidos como no grau de participação, somando-se aos demais instrumentos e incrementando o processo participativo de planejamento das cidades.

Sugestão de Pesquisa

Este trabalho buscou uma análise teórica-conceitual da viabilidade do uso da percepção espacial como instrumento participativo do planejamento urbano. Para sua continuidade, sugere-se o estudo detalhado das estratégias metodológicas e suas técnicas, conceitualmente e através de experiências práticas, objetivando uma sistematização e modelação das mesmas. Isto tornaria mais viável o emprego da percepção espacial no planejamento, sendo esse estudo um ponto de partida para as escolhas do planejador.

Referências

- ARARAQUARA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Pesquisa de opinião**: calçada virtual ou estacionamento duplo. Araraquara, 2001. p.46.
- BAVA, Silvio Caccia. Democracia e participação. **Revista Pólis**, São Paulo, p.33-40, 2005.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Lei Federal nº 10.257/2001**. Disponível em:<www.cidades.gov.br>. Acesso em: Outubro de 2007.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992. p.143.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Participação social no Brasil hoje. **Pólis Paper**. Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso em: Dezembro de 2007.
- CASTELLO, Lineu. A percepção em análises ambientais. O projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre. In: DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996. p.23-38.
- CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. **Revista Pólis**, São Paulo, p.23-30, 2005.
- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: utopias e realidades. 4.ed. Trad. Dafne N. Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1997. p.350.
- CORTELLA, Mário Sérgio. Democracia, cidadania e participação. In: SEMINÁRIO DEMOCRACIA E SOBERANIA POPULAR, 2001, Brasília. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. p.13-42. (Série Ação Parlamentar; n. 179).
- COSTA, Flávia Danyelle Alves da. **Orçamento Participativo**: a institucionalização da participação popular no controle do orçamento público. O município de Campina Grande –

PB. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

DEL RIO, Vicente. Cidade da Mente, Cidade Real. Percepção ambiental e revitalização na área portuária do RJ. In: DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996. p.03-22.

FALCOSKI, Luiz Antonio Nigro. **Dimensões Morfológicas de Desempenho: Instrumentos Urbanísticos de Planejamento e Desenho Urbano**. 1997. 370f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

FERNANDES, Roosevelt S. et al. **Percepção ambiental de diferentes segmentos sócio-econômicos da sociedade frente à problemática do uso racional da água**. Espírito Santo, 2004.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. As cidades ilegíveis. percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996. p.61-80.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. Edusp: São Paulo, 1993. p.277.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000. p.185.

FRANCISCO, José. **Desconstrução do lugar** – o aterro da Praia da Frente do centro histórico de São Sebastião (SP). 2002. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2002b.

FRANCISCO, José. Dinâmica e metamorfose do espaço – expansão urbana e loteamentos. In: CARVALHO, Pompeu Figueiredo; BRAGA, Roberto (Orgs.). **Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias** Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal (Deplan/UNESP), 2002a, p.15-26.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. p.310.

GOUBERT, Jean-Peirre. Paris desperta – saneada, limpa, embelezada. In: TASSARA, E. T. O. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2001. p.123-140.

HUERTAS, FRANCO. **O método PES: entrevista com Matus**. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo: FUNDAP, 1996. p.139.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.458.

JUNIOR, H. G.; CAVALHEIRO, F.; OLIVATTO, D. A percepção ambiental como subsídio ao planejamento da paisagem - estudo de caso: município de Campos do Jordão, SP. In: SANTOS, J. E. et al. (Org.). **Faces da polissemia da paisagem: ecologia, planejamento e percepção**. São Carlos: RIMA, 2004. v.2. p.781-803.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996b. 253p.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Brasília em três escalas de percepção. In: DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996a. p.39-60.

KONDOR, Ana Cristina. **O processo de estruturação do espaço urbano e a qualidade dos espaços públicos livres: o caso de São Carlos**. 2001. 165f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

LEFÈBVRE, Henri. **A vida quotidiana no mundo moderno**. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1968. p.277.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1980a. p.207.

LYNCH, Kevin. **Planificación del sitio**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980b. p.324.

MACHADO, Lucy M. C. P. Paisagem valorizada. A Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996. p.97-120.

MAGAGNIN, Renata Cardoso. **Análise de desempenho espacial e perceptiva do espaço público: o caso da Avenida São Carlos**. 1999. 262p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

MORTATTI, Maria Eloísa Velosa. **Gestão democrática como um processo de educação para a cidadania**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOSER, Gabriel. Psicologia ambiental no novo milênio: integrando a dinâmica cultural e a dimensão temporal. In: TASSARA, E.T.O. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2001. p.189-210.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002. p.261.

OLIVEIRA, Francisco. O capital sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. **Revista Pólis**, São Paulo, p. 13-21, 2005. Disponível em: < <http://www.polis.org.br/>>. Acesso em: dezembro de 2007.

OLIVEIRA, Livia. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996. p.187-213.

PINHEIRO, José Q. (Um pouco da) Psicologia Ambiental no Brasil: identidade, incertezas, perspectivas. In: TASSARA, E.T.O. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2001. p.11-26.

POL, Enric. Ejes de tensión y nueva agenda para la Psicología Ambiental. Una perspectiva europea. In: TASSARA, E.T.O. (Org.). **Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2001. p.51-67.

POLI, Mariana Naxara. **A geografia do espaço vivido**: análise do uso social do solo urbano – estudo de caso na cidade de São Carlos, SP. 2004. 231p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

RAPOPORT, Amós. **Os aspectos de la forma urbana**. Tradução de Josep i Thornberg. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. p.381.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p.122.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Participação popular. **Revista Polis**. São Paulo, p.47-50, 2005.

SANTO ANDRÉ. **Participação Popular**. Santo André: Fundação Santo André, 1992. 108p.

SANTO ANDRÉ. Sub Prefeitura de Paranapiacaba. **Metodologia e Experiências. Biomapa**. Santo André: democratizando a gestão em áreas de mananciais. Santo André: Expressão Gráfica e Editora, 2006. p.14.

SANTO ANDRÉ. Sub Prefeitura de Paranapiacaba. **Oficinas de diagnóstico** realizadas nos bairros Pq. Represa Billings II e III, Paranapiacaba e Parque América. Santo André: Departamento de Meio Ambiente, 2004. p.6.

SANTO ANDRÉ. Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo. **Sumário de Dados 2007**. Santo André: Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p.384.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1992. p.88.

SAULE JUNIOR, Nelson. **A participação dos cidadãos no controle da administração pública.** Disponível em: <

http://www.polis.org.br/tematica17.asp?cd_camada1=68cd_camada2=29>. Acesso em: dezembro de 2007.

SEGOVIA, Olga; NEIRA, H. Espacios públicos urbanos: una contribución a la indentidad y confianza social y privada. **Revista Invi**, Santiago, v.20, n.55, p.166-182, 2005.

SENNETT, Richard. **Declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 447p.

SICA, Paolo. **La imagen de la ciudad: de esparta a Las Vegas.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977. p.349.

SOJA, Edward W. **Geografias pós modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p.324.

TEODÓZIO, Delcimar Marques. **Planejamento estratégico e estratégias de gestão do planejamento: princípios e limites.** 2003. 212p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980. p.288.

VILLAÇA, Flavio. **As ilusões do plano diretor.** São Paulo, 2005. p.94.

WAISELFISZ et al. **Nos caminhos da inclusão social: a rede de participação popular de Porto Alegre.** Brasília: UNESCO, 2004. p.132.

Apêndices

APÊNDICE A - Modelos Urbanísticos e o Surgimento da Percepção Urbana

A partir da Revolução Industrial a cidade foi produzida segundo uma nova ordem na qual passou a ser transformada pelo processo tradicional de uma sociedade que adquiria novas características. Esta era uma sociedade industrial sobretudo urbana, tendo a cidade como seu horizonte. Como característica desta nova ordem, pode-se citar a racionalização das vias de comunicação, com a abertura de grandes artérias, a especialização dos setores urbanos, a criação de grandes empreendimentos que mudam o aspecto das cidades e a suburbanização.

Quando a cidade do século XIX começou a tomar forma própria, surgiu um movimento novo de observação e de reflexão. Choay (1997) explica que o estudo da cidade assumiu um aspecto no qual observava-se os fatos isoladamente, tentando-se ordená-los de modo quantitativo, numa abordagem científica e isolada. Porém, assumiu também um aspecto no qual a observação só podia ser crítica e normativa e a grande cidade se apresentava como um processo patológico.

A autora Françoise Choay, através de sua obra “O Urbanismo: utopias e realidades”, escrita em 1965, apresenta os movimentos sobre o urbanismo e suas críticas e propostas. A autora chama de pré-urbanismo esse período imediato pós-Revolução Industrial, e explica que a proposta de ordenamento à cidade industrial distingue-se em dois tipos de projeções espaciais, de imagem de cidade futura, que passou a chamar de “modelos”: o modelo progressista e o culturalista.

Segundo a autora, o modelo progressista se baseia na análise racional que permite a determinação de uma ordem-tipo, que pode ser aplicada a qualquer agrupamento humano, em qualquer tempo, qualquer lugar. Além disso, tal modelo assume a concepção do

indivíduo humano como tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, podendo ser definido em necessidades-tipo cientificamente verificadas.

O espaço nesse modelo é amplamente aberto, rompido por vazios e verdes, como exigência da higiene. Também possui um traçado conforme a análise das funções humanas, como exigência da estética. Assim, são instalados em locais distintos o habitat, o trabalho, a cultura e o lazer. Os edifícios são protótipos definidos exatamente como os conjuntos urbanos, constituindo objeto de análise funcional exaustiva, criando-se os edifícios-tipo.

Já o modelo culturalista tem como ponto de partida crítico, segundo a autora, a situação do agrupamento humano, considerando o indivíduo por suas particularidades e sua originalidade própria, diferentemente do modelo progressista. A cidade neste modelo, enquanto fenômeno cultural, deve formar um contraste sem ambigüidade com a natureza e, assim, homem e natureza devem viver em harmonia. No que diz respeito a construção, neste modelo não há protótipos nem padrões, cada construção deve exprimir suas especificidades.

Choay (1997) explica que esse período chamado “pré-urbanismo” teve ligação com opções políticas. No entanto, devido a evolução da sociedade industrial nos países capitalistas, iniciou-se o período chamado pela autora de “urbanismo”, que é despolitizado, livre de utopias do pensamento socialista do século XIX e baseado mais na prática do que no imaginário, tendo este último uma forma modernizada. Surge, então, uma nova versão dos modelos do pré-urbanismo.

A nova versão do modelo progressista, segundo a autora, tem a idéia de “modernidade”. Como no pré-urbanismo, possui uma concepção da era industrial, mas agora voltada para as estruturas técnicas e estéticas e não para as estruturas econômicas e sociais.

A imagem do homem-tipo permanece e inspira a Carta de Atenas¹², que exprime as bases do movimento através da análise das necessidades humanas universais no quadro de quatro grandes funções: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito. Neste modelo o espaço é produzido em nome da saúde e da higiene, buscando uma eficácia através da expressão da liberdade da razão. A consequência maior é a abolição das ruas, substituídas por espaços fragmentados que atendem a atividade produtora.

A importância dada a estética, que para o urbanista progressista pode ser comparada à eficácia, acaba por produzir a cidade-espetáculo, rejeitando qualquer sentimentalismo com respeito ao legado do passado. A composição da cidade passa a organizar-se em torno de centros múltiplos, onde cada foco separado é ordenado segundo os princípios de uma geometria simples. Assim, os edifícios são repartidos pelo espaço segundo cada função, tendo cada destinação um protótipo diferente.

Ainda segundo Choay (1997), a nova versão do modelo culturalista é comparável à de seu precursor, na qual a totalidade prevalece sobre as partes e o conceito cultural de cidade sobre a noção material. Assim, cada cidade ocupa o espaço de modo particular e diferenciado. A rua é vista como um órgão fundamental, onde os parâmetros para o desenho não são mais as formas dos edifícios, mas as dos locais de passagem e de encontro, como no caso das *Cidades Jardins*¹³. Por isso, neste modelo o espaço deve ser imprevisível e diverso, e para isso não aceitar qualquer princípio de simetria; seguir sinuosidades naturais do terreno, as incidências do sol, dobrar-se aos ventos dominantes, ou ao maior conforto existencial do usuário. No entanto, a crítica que se atribui a este modelo é a nostalgia. “Ao

¹² A Carta de Atenas é um manifesto elaborado no IV CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Neste manifesto estão 111 proposições racionalistas-funcionalistas, base do urbanismo progressista (FALCOSKI, 1997).

¹³ Criada por Ebenezer Howard, apresenta um modelo de assentamento humano contrário a idéia de que existe somente duas possibilidades: a vida na cidade e a vida no campo; a terceira opção é a fusão das duas primeiras, a cidade jardim, na qual todas as vantagens da vida mais ativa da cidade e toda a beleza do campo podem estar combinados. Em 1899, E. Howard fundou a Associação Garden-Cities e, em 1903, adquiriu terreno em Letchworth, que se converteu em modelo de cidade jardim na Europa e nos Estados Unidos (CHOAY, 1997).

utopismo progressista opõe-se o utopismo nostálgico, o funcionalismo à cultura antepassada” (CHOAY, 1997).

Neste período do urbanismo um novo modelo surgiu derivado da corrente antiurbana americana, chamado modelo naturalista. Segundo Choay (1997), ele é baseado no princípio de que só o contato com a natureza pode devolver o homem a si mesmo e permitir um harmonioso desenvolvimento da pessoa como totalidade. A natureza volta a ser um meio contínuo, no qual as funções urbanas estão espalhadas e isoladas sob forma de unidades reduzidas.

Dos três modelos, o progressista foi o que prevaleceu, adaptando-se apenas às características próprias de cada país.

No entanto, a resposta aos problemas urbanos não terminou nos modelos do urbanismo nem nas realizações concretas conduzidas por eles. Após a Segunda Guerra Mundial, estabeleceram-se duas correntes que se orientaram segundo as duas grandes direções, correspondendo à dicotomia progressismo-culturalismo: tecnotopia e antrópoles (CHOAY, 1997).

Segundo Choay (1997), a lógica do urbanismo progressista exigia uma revolução tecnológica que servisse ao estilo de vida do homem moderno. As funções novas da cidade passaram a ser definidas por uma série de necessidades calculáveis, ou seja, mais relacionadas à análise quantitativa em detrimento da qualitativa. As características desta cidade, chamada de “cidade futurista”, é a concentração humana muito forte, liberando a superfície terrestre pelo avanço no subsolo, no mar, na atmosfera. Essa espacialização é acompanhada de uma desnaturalização das condições de existência, na qual utilizam-se solos artificiais e meios climatizados.

A tecnotopia põe em evidência a tecnologia para construção desta cidade futurista. A cidade sofre uma mudança radical na sua significação de origem, tornando-se

objeto, instrumento ou máquina, ao invés de ser a ocupação pela qual o homem tem acesso ao ser e onde se enraíza.

O urbanismo progressista fez surgir uma crítica radical que pretendia reintegrar o problema urbano em seu contexto global, partindo das informações dadas pela antropologia descritiva (CHOAY, 1997).

Nesse sentido e com vistas a um planejamento humanista, antrópolis se desenvolveu fora do meio especializado dos urbanistas, sendo o resultado do trabalho de sociólogos, historiadores, economista, juristas e psicólogos. Este movimento possui três abordagens metodológicas, conceitualmente comentadas por Choay (1997) e apresentadas a seguir.

A primeira tem como promotor do movimento o escocês Patrick Geddes, que se dedicou à história, à sociologia e ao estudo das cidades. A história exerce em Geddes um papel importante, pois ele assume que sob a forma da história, das idéias, das instituições, das artes, a integração do passado no projeto urbanístico se torna indispensável. Diferentemente dos culturalistas, se deseja uma transformação do passado e não sua repetição.

Este movimento se constitui uma antítese da posição dos urbanistas progressistas, pois, para estes, a modernidade coloca em jogo um processo de ruptura e de descontinuidade ante o urbanismo da continuidade, no qual tem a localização humana como enraizamento espaço-temporal.

A segunda abordagem estuda a aglomeração urbana do ponto de vista de suas ressonâncias sobre o comportamento humano, cujo conceito central é o de higiene mental. A higiene mental não coincide com a higiene física, sendo frequentemente a primeira condição da segunda. Choay (1997) cita que autores como J. Bowlby e Anna Freud afirmam que no desenvolvimento harmonioso da personalidade e da sociabilidade, um certo clima afetivo é o único fator insubstituível.

Um planejamento higiênico e uma distribuição racional do espaço urbano são em si incapazes de assegurar aos habitantes o sentimento de segurança ou de liberdade. Entretanto, Choay indica psiquiatras como L. Duhl, sociólogos como D. Riesman e polemistas como J. Jacobs, que sublinham que uma planificação que coloca o habitante diante do fato consumado e que leva a tratá-lo como verdadeiro objeto, traz um caráter traumatizante e diminuidor. Por isso, ressalta-se a importância de fazer os “interessados” participar do modelamento de sua cidade.

O ponto de vista da higiene mental desenvolveu-se a partir de certos problemas sociais como a delinquência juvenil, a recrudescência das doenças mentais em adultos, o emprego de lazers e a evolução da célula familiar. A higiene pode não se constituir num elemento essencial para o planejamento urbano, mas traz uma contribuição ao método, revelando uma dimensão do real, um dado suplementar a integrar, sob forma de normas e de princípios na planificação das cidades.

A última abordagem metodológica trata também da relação do comportamento humano numa análise estrutural da percepção urbana. A proposta do planejamento feita *a priori*, que dava um tratamento como uma coisa ou modelo, é agora substituída por uma proposta *a posteriori* e que se desenvolve a partir do conhecimento e do ponto de vista do habitante. Assim, o projeto deixa de ser objeto na medida em que o habitante torna-se diante do planejador um tipo de interlocutor, através de sua percepção conhecida por meio de técnicas aplicadas.

Choay (1997) explica que a última abordagem não é exclusiva das duas primeiras, pelo contrário, os dados delas são indispensáveis para que se manifeste sua contribuição própria, que é colocar o problema da morfologia urbana em termos de significações.

APÊNDICE B - A Psicologia Ambiental

A Psicologia Ambiental, por causa de seu próprio enfoque, é acima de tudo uma psicologia do espaço, na medida em que analisa percepções, atitudes e comportamentos individuais ou comunitários em explícita relação aos contextos físicos e sociais dentro dos quais se vive. A disciplina opera, então, em vários níveis de referência espacial ou escalas: individual; vizinhança/comunidade; individual/comunidade (habitantes); societal (global) (MOSER, 2001).

Pode-se observar princípios da Psicologia Ambiental durante a segunda metade do século XIX, na França, onde higienistas e seguidores de Pasteur entram num acordo para reformulação de Paris. Para eles, segundo Goubert (2001), a cidade que precede a primeira Revolução Industrial era um espaço obstruído e deletério, evidenciando a urgência de suprimir o mal em suas diversas formas, sanear o ar e a água, combater a sujeira. Este era o desafio que os higienistas pretendiam enfrentar ante a doença declarada do “corpo urbano”. Desta forma, “a circulação” deveria substituir a “estagnação” tão nociva à saúde dos cidadãos. A proposta, então, era de que a doença seria eliminada pela supressão radical de todo ponto de estagnação, baseando-se na tese de que a manutenção de todo equilíbrio, inclusive o da saúde, impõe “a circulação incessante”, ou seja, a reciclagem dos resíduos.

Segundo Pol (2001), é necessário relatar sobre uma primeira Psicologia Ambiental no primeiro terço do século XX, diferente das posteriores. É a Psicologia ambiental alemã, vinculada a Hellpach, os irmãos Muchow e seu grupo, que se desfez com a Segunda Guerra Mundial. Eles abordavam uma estruturação do habitat e dos problemas sociais associados às más condições de habitabilidade de umas cidades em transformação,

com expressões transcendentais como a Bauhaus¹⁴ e o pensamento da filosofia social no início do século.

Na metade desse século, já de uma forma mais sólida, surgem os primeiros trabalhos que Lee (1954) realiza na Inglaterra, como um dos pioneiros e antecessor da Psicologia Ambiental moderna. Segundo Pol (2001), estes trabalhos estão vinculados com a construção de novos habitats, a construção de novas áreas residenciais em altura num país onde a população estava acostumada a viver no nível do solo. Lee também desenvolveu trabalhos vinculados ao meio de vivência escolar e o efeito do transporte escolar para as crianças que o utilizam. Esta mostra temática nos indica de maneira significativa a orientação social dos estudos pioneiros da Psicologia Ambiental na Europa.

Por outro lado, ainda segundo Pol (2001), considerando a origem da Psicologia Ambiental moderna nos Estados Unidos, observa-se mais vinculada ao que é a psicologia individual e ao que é o comportamento em situações quase clínicas. O autor se refere aos primeiros trabalhos de Somer (1959, 1969/1974) e Osmond (1957), que estão ligados ao comportamento espacial em hospitais psiquiátricos, com uma população cativa, que é fácil de analisar e observar.

Nas conferências europeias pode-se encontrar um ponto alto de produção entre 1974 e 1979, seguida de uma caída importante. Pol (2001) comenta que no final da década de 1970 e princípios de 1980, registra-se certa evolução com novos temas e novas perspectivas. Um exemplo é o empenho em tratar menos de mapas cognitivos e mais de simbolismo do espaço dentro de uma órbita de continuidade lógica. Além disso, trata-se menos de imagem da cidade e mais de *place identity*, ou seja, da identidade social vinculada ao espaço. Por fim,

¹⁴ Chamada de Universidade da Arte, foi inaugurada em 1919 por Walter Gropius, um arquiteto alemão. Seu escopo específico era concretizar uma arquitetura moderna que, como a natureza humana, abrange a vida em sua totalidade. A sua meta não consistia em criar um estilo qualquer, mas sim em exercer uma influência viva no design. No entanto, o movimento Bauhaus é interpretado muitas vezes como um tentativa de criar um estilo, em cada construção e em cada objeto que não exibam ornamentos e não se apoiem em um estilo histórico, exemplos desse imaginário “estilo Bauhaus” (GROPIUS, W. A. Bauhaus: nova arquitetura. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1977. 223p.)

ênfatiza-se menos a reação a configurações espaciais como estímulo e mais a qualidade de vida.

Entre 1984 e 1985, o autor destaca um ponto de inflexão e início de uma nova etapa, chamando esse passo de “uma psicologia da arquitetura para uma Psicologia ambiental verde”. Hoje é o que se chama de Psicologia Ambiental orientada à sustentabilidade.

Pol (2001) também apresenta aspectos relevantes da Psicologia Ambiental européia a partir da década de 1970. Segundo o autor, se analisar as conferências que são realizadas na Europa vinculadas ao que é atualmente a associação IAPS (International Association for the People-Environment Studies), um dos principais eventos de discussão da Psicologia Ambiental, pode-se notar como nas primeiras conferências (1969, 70, 72, 73, 76) há uma forte presença de pessoas da administração pública ou do campo de aplicação profissional, especialmente da área de arquitetura e planejamento urbano. Se se analisar a presença atual nas conferências da IAPS, há uma predominância absoluta dos acadêmicos.

A Psicologia Ambiental encontra alguns aspectos pendentes para o seu desenvolvimento atual: a sustentabilidade, a globalização e a gestão ambiental (Pol, 2001). Outro aspecto fundamental para sua aplicação é a questão cultura-tempo.

Moser (2001) comenta que a cidade não é uma entidade indiferenciada. Ela deve ser considerada como contendo vários ambientes diferentes que estão superpostos e que são todos ou apropriados ou, pelo menos, apropriáveis, por seus respectivos residentes. Esses residentes são cada vez mais diferentes quanto às suas culturas e, portanto, também às suas necessidades.

A convivência de populações de origens culturais diferentes coloca problemas que devem ser identificados com precisão. O autor relata que atualmente há uma tendência para uma homogeneização das populações de vizinhança, principalmente em razão do sentimento de segurança que ela parece propiciar. Entretanto, a “guetização”, tal como ela

ocorre, implica acentuar o risco de antagonismos em populações culturalmente diferentes, diminuindo o grau de sociabilidade e de senso de cidadania.

Sobre a dimensão temporal, Moser (2001) diz que esta intervém de diferentes modos na ancoragem espacial contribuindo para o bem-estar social. Ela representa também uma diferente variável condicionando a percepção, o comportamento e a interação com o próprio ambiente. A análise da percepção, avaliação e representação do ambiente, tanto construído quanto natural, geralmente faz apenas uma referência implícita às dimensões cultural e temporal.

Segundo Moser (2001), a Psicologia Ambiental tem de se afastar de uma visão “instantânea” ou do “aqui-agora” da relação pessoa-ambiente, para se tornar uma psicologia na qual a relação com o ambiente funciona com referência à dimensão cultural humana e à dimensão temporal.

Enquanto as discussões da Psicologia Ambiental na Europa estão avançadas, no Brasil ainda “engatinham” segundo Pinheiro (2001). O autor afirma que falar de Psicologia Ambiental brasileira implica um risco assumido, porque sua história está mesclada diretamente com as pessoas que trabalham nela, tornando arriscada qualquer tentativa de traçar sua trajetória. Em 1985, o autor considerava o “estágio de organização da área ainda embrionário, com atividades ocorrendo isoladamente, espalhadas pelo país”. Pinheiro (2001) diz que, em 1997, a presença da Psicologia Ambiental no Brasil ainda era limitada e esparsa, com pouca integração entre os trabalhos, a não ser pelos aglomerados de produção em torno das poucas pessoas ou grupos atuando no setor. Ou seja, houve uma evolução, embora ainda limitada.

Outro aspecto que limita o desenvolvimento da área apontado por Pinheiro (2001), é a dificuldade no acesso às informações, o que empobrece uma tentativa de levantamento sistemático. Este problema é comum a toda a América Latina.

A aplicação da Psicologia Ambiental para construção do ambiente urbano que proporcione melhor qualidade de vida envolve aspectos interdisciplinares. Pinheiro (2001) faz uma observação sobre o fato de os arquitetos enfatizarem muito fortemente o ambiente – a figura, em detrimento do elemento humano – o fundo. Inversamente, os psicólogos enfatizam a pessoa como figura, enxergando o ambiente como fundo. O autor acrescenta que gradualmente estão se rompendo essas tradições social e academicamente estabelecidas e, com algum esforço, consegue-se enxergar a interação humano-ambiental como figura, tendo como fundo a valorização da vida, acompanhada da distribuição equitativa de recursos baseada em um ideal global de sustentabilidade.

Pode-se acrescentar ainda ao campo interdisciplinar da Psicologia Ambiental a Geografia, a Biologia, a Engenharia, a Sociologia, o Urbanismo e áreas afins.

O conceito de percepção ambiental se situa dentro do campo da Psicologia Ambiental, mas como nota-se, sua aplicação na cidade exige conhecimento de diversas áreas. Portanto para se trabalhar com percepção ambiental é preciso ter o cuidado de buscar informações nas diversas áreas de conhecimento que se apresentarem necessárias.

Anexos

Anexo A - Glossário

Instrumento participativo: é um canal de participação para os cidadãos, estabelecido pelo poder público como forma de partilha de poder. Exemplo: conselho das cidades, audiências públicas, orçamento participativo, plano diretor participativo e iniciativa popular de lei.

Percepção ambiental urbana: é o campo de estudo da percepção ambiental restrito somente ao meio urbano.

Percepção ambiental: essa expressão propriamente dita é o ato de perceber o ambiente através dos sentidos sensoriais. Porém, o termo percepção ambiental é utilizado também como campo de estudo ao se referir ao processo perceptivo como um todo. Assim, a percepção ambiental é o estudo que trata a maneira que o homem se relaciona com o ambiente, envolvendo os aspectos conceituais, as estratégias metodológicas, as dimensões de análise e as técnicas e instrumentos para sua apreensão. Esse termo surgiu no campo da Psicologia Ambiental, sendo empregado por biólogos, geógrafos, arquitetos, engenheiros, sociólogos e urbanistas.

Percepção espacial: é o ato de perceber o espaço, considerando neste ato todo o processo perceptivo. Assim, a percepção espacial é o estudo que trata a maneira que o homem se relaciona com o espaço, envolvendo os aspectos conceituais, as estratégias metodológicas, as dimensões de análise e as técnicas e instrumentos para sua apreensão. Esse termo tem sido mais utilizado recentemente entre urbanistas, arquitetos, engenheiros urbanos, geógrafos e físicos, considerando o termo “espaço” mais adequado do que “ambiente”, ao se estudar o meio e seus aspectos ecológicos (ou ambientais), seus aspectos morfológicos (ou físicos) e suas relações sociais (econômica, política e ideológica).

Percepção individual: é a percepção espacial/ambiental de um único indivíduo. Geralmente é mais detalhada e complexa.

Percepção pública: é a percepção espacial/ambiental recorrente ou comum entre indivíduos de uma população. Geralmente é mais ampla, ou seja, com detalhes menos profundos.

Percepção urbana: é uma denominação simplificada, utilizada por alguns autores, referente a percepção ambiental urbana.

Processo perceptivo: é o processo que produz a percepção espacial/ambiental a partir da realidade gerando uma ação ou conduta. Nesse processo ocorre a captação sensorial, isto é, a percepção propriamente dita, a motivação, a cognição, a avaliação e, por fim, a tomada de ação. Frequentemente, o processo perceptivo é referido como percepção espacial/ambiental quando utilizado como campo de estudo.

2.4 - De onde a CESAN capta água para abastecer a população da Região Metropolitana de Vitória (RMV):

Rio(s):

2.5 – Considerando que a população de Vitória continue crescendo no ritmo de 2,5% ao ano, daqui a quantos anos (estimativa) você acredita que irá faltar água para atender às necessidades de abastecimento da RMV tendo em conta apenas os rios Santa Maria da Vitória e Jucú:

- 10 anos
- 15 anos
- 20 anos
- 25 anos
- Mais de 30 anos

2.6 – Quando isso acontecer, de onde a CESAN poderá passar a captar água para atender as necessidades adicionais da RMV.

Rio(s) / outras fontes:

2.7 – Você confia na qualidade da água que consome?

- sim
- não
- às vezes tenho dúvidas

 Percepção quanto ao consumo de água e nível de desperdício.

2.8 – Para produzir um litro de leite, em média, quanta água é consumida neste processo (usina de processamento de leite).

- 1 litro
- 5 litros
- 10 litros
- 15 litros
- Mais de 15 litros

2.9 – No ato de escovar os dentes, mantendo a torneira aberta, quanta água se consome, em média, nesta atividade básica de higiene pessoal:

- Menos de 20 litros
- 40 litros
- 80 litros
- 100 litros
- Mais de 100 litros

2.10 – Durante um banho de 15 minutos de chuveiro, em média, qual é o consumo de água observado:

- 50 litros
- 100 litros
- 150 litros
- 200 litros
- Mais de 200 litros

2.11 – Se no banho anterior o registro fosse fechado enquanto ensaboamos o nosso corpo, qual seria o novo consumo médio de água:

- 20 litros
- 50 litros
- 70 litros
- 80 litros
- 100 litros

2.12 – Na sua opinião, qual a quantidade média diária, em litros de água, necessária para o atendimento do consumo de uma pessoa

- Cerca de 50 litros
- Cerca de 100 litros
- Cerca de 200 litros
- Cerca de 300 litros
- Mais de 350 litros

2.13 – Uma torneira com problema que permanece gotejando, após ser fechada gera um desperdício médio diário de:

- 5 litros
- 10 litros
- 20 litros
- 30 litros
- Mais de 40 litros

2.14– No Brasil, em média, quanto você considera que seja o percentual do desperdício de água:

- 10%
- 20%
- 30%
- 40%
- Mais de 40%

2.15 - Nos últimos 60 anos a população mundial dobrou de valor. Na sua opinião, no mesmo período, por quantas vezes se multiplicou o consumo de água:

- por 2
- por 4
- por 6
- por 8
- por 10

 Percepção quanto ao consumo e o custo individual de água

2.16 – Usando apenas a sua memória, qual foi o último valor que você pagou de condomínio (valor total). Deste valor total pago, quanto você acha que estava relacionado ao consumo de água.

Condomínio – R\$

Água – R\$

Valores reais (consultando os documentos)

Condomínio – R\$

Água – R\$

2.17 - Em 1998 o Estado do Espírito Santo aprovou uma lei que determina que todos os usuários de água deverão pagar uma taxa adicional pelo uso da água. Das utilizações abaixo relacionadas, na sua opinião, qual (ou quais) deveria(m) ser excluída(s) desta cobrança:

- água usada pelo comércio
- água usada para o abastecimento público
- água usada pela agricultura
- água usada pela indústria
- ninguém deveria pagar pelo uso da água uma vez que ela está disponível na natureza para atender as necessidades da sociedade
- todos deveriam pagar pelo uso da água.

 Percepção quanto ao encaminhamento da problemática do uso racional dos recursos hídricos.

2.18 – Você acredita que o Poder Público (governo) vem tratando de forma efetiva a conscientização da sociedade em termos da importância do uso racional da água

- está tratando bem do assunto
- está tratando razoavelmente o assunto
- está tratando precariamente o assunto
- não está tratando do assunto
- não estou acompanhando este assunto e, deste modo, não tenho elementos para emitir opinião.

2.19 – Em se tratando da discussão do uso racional da água nas instituições de ensino (conscientização dos jovens) você acredita que o assunto está sendo tratado de que forma:

- vem sendo tratado adequadamente por todas as instituições
- vem sendo tratado adequadamente por poucas instituições
- não vem sendo tratado adequadamente pelas instituições
- não há uma determinação do governo para que este assunto seja tratado pelas instituições
- não venho acompanhando este assunto e, deste modo, não tenho elementos para emitir opinião.

2.20 – Você teria interesse em participar de uma palestra sobre a problemática dos recursos hídricos (máximo de 30 minutos), se ela fosse oferecida, no seu edifício / associação comunitária, pelo grupo do NEPA que está desenvolvendo esta pesquisa?

- Não
- Sim
- Prefiro receber um pequeno relatório das conclusões da pesquisa

2.21 – Você acredita que iniciativas como esta (aplicação de questionário e posterior discussão dos resultados com os entrevistados) pode influir positivamente sobre a conscientização da sociedade em termos da necessidade do uso racional da água:

- Sim, com certeza.
- Possivelmente
- Não

**Anexo C – Observações do questionário de comparação da
experiência de Araraquara**

OBSERVAÇÕES DE COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS						
Quest.:	Data	Sexo	Idade	Questão 2	Questão 4	Questão 5
1 comerciante	23/06	M	42	Concorda com o calçado só se for virtual.		
9 comerciante	23/06					É indiferente.
42	23/06	M	24		Só aos finais de semana.	
46	23/06	F	26			Não escolhe, acha que deveria por asfalto no Selmi Dei.
58	23/06	M	35			Deveria deixar só os ônibus passarem aqui
67	23/06	M	21		Estacionamento de um lado só	
70	23/06	F	31			Indiferente
74	23/06	F	44		De sábado é ruim	Calçado aos sábados
79	23/06	M	81			Deve imitar o calçado de Curitiba.
80	23/06	F	52			Calçado só de sábado
20 comerciário	23/06	M	19			Prefere como era antes, sem mudanças
12 comerciante	23/06	F		Não fala	português	
13 comerciante	23/06	F	45			Prefere estacionamento pois no calçado as pessoas ficam perdidas, falta divulgação.
18 comerciante	23/06	M	36			Prefere o estacionamento mas está indeciso
19 comerciante	23/06			Loja fechou		
20 comerciante	23/06			NQR		
26 comerciante	23/06	M	32			Calçado para ficar parecido

174	23/06	F	44			com gde centro Se alargar as calçadas e deixar espaço para 1 carro todos seriam atendidos
206	23/06	M	32			Deixa sem mexer
209	23/06	M	23			Prefere o visual do calçadão
210	23/06	F	74	Onibus ficou longe.		
213	23/06	M	23		Facilita acidentes	
214	23/06	M	40		A rua é pequena	Deixar como estava.
217	23/06	M	55			Acabar com a área azul seria melhor
218	23/06	F	42		As calçadas são muito estreitas	
220	23/06	F	72	Fica muito mais bonito		
227	23/06	M	65		Fica muito engarrafado	
228	23/06	F	49	Excelente	Péssimo	
232	23/06	M	23		Complica o trânsito.	
233	23/06	M	50		Mais espaço para estacionar	
51 comerciário	23/06	M	25			Estacionar sem área azul
57 comerciário	23/06	M	32		Fica apertado.	
60 comerciário	23/06	M	34		Péssimo	
45 comerciante	23/06	M	31	Ótimo	Precisa pensar no pedestre.	
46 comerciante	23/06	M	57			Com ou sem calçadão, deve ter horário especial uma vez por mês.
48 comerciante	23/06	F	32			Estacionamento só dos dois lados aos sábados
63	23/06	F	28	Mais bonito	Funciona	- -

comerciário					melhor	
64 comerciário	23/06	F	37			Calçadão de sábado
65 comerciário	23/06	M	25		Fica mais fácil para comprar	
66 comerciário	23/06	M	32			Bom tirar o ônibus da 2
68 comerciário	23/06	F	29	Prefere ônibus, cliente usa.		
50 comerciante	23/06	F	28			Não pode tirar o ônibus.
51 comerciante	23/06	M	46			Calçadão só aos sábados
52 comerciante	23/06	M	33		Quem tem carro não anda	
53 comerciante	23/06	M	47	Aumenta as vendas		
54 comerciante	23/06	M	39			Ônibus e carro é melhor
56 comerciante	23/06	F	41		Só aos sábados	
57 comerciante	23/06	M	51		Melhor com o ônibus	
323	23/06	M	22		Prefere estacionamento só de um lado	
324	23/06	M	28			Não viu calçadão, mas prefere.
329	23/06	M	44			Prefere um calçadão verdadeiro
334	23/06	F	62			Não viu calçadão, mas prefere
335	23/06	M	55			Não quis responder
339	23/06	F	50			Calçadão da Av. Feijó à Av. Barroso
342	23/06	M	34			Estacionamento só de um lado
355	23/06	F	49		Melhor para estacionar	
81 comerciário	23/06	F	34	Bom para o pedestre	Melhor para a loja	Calçadão para - passear

85 comerciário	23/06 -	F	33	Facilita a movimentação		Sem o ônibus e estacionamento de um lado só.
87 comerciário	23/06	F	18			Sem ônibus especial
88 comerciante	23/06	M	22		Aumenta as vendas	
91 comerciante	23/06	F	33		A rua precisava ser mais larga	
95 comerciante	23/06	M	74		Estacionamento de 45°.	Estacionamento à 45°.
97 comerciante	23/06	F	53		Pode deixar o cliente na porta da loja, facilita.	
98 comerciante	23/06	M	65	Só para datas especiais	Estacionamento de um lado só da rua	Trás mais público o estacionamento
99 comerciante	23/06	F	37		Deveria por isso nas Avenidas e deixar a R 2 livre	O calçadão estimula o comércio.
106 comerciante	23/06	M	62		Deve colocar redutores de velocidade.	